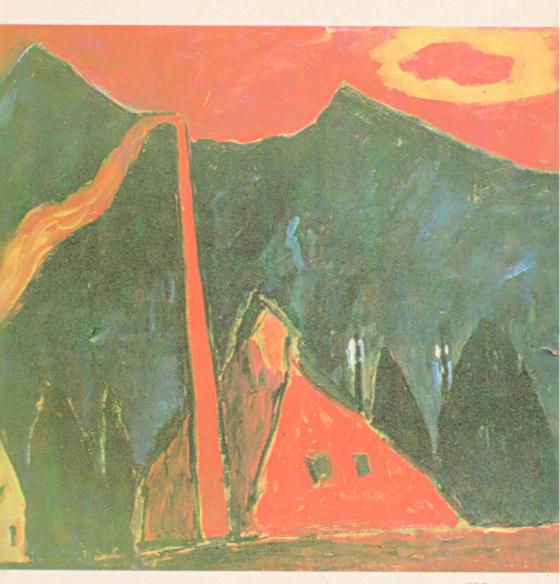
# IDÉIAS

Ano 3 nº 1 janeiro/junho 1996



Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



## IDÉIAS

Ano 3

nº 1

janeiro/junho 1996

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



## **IDÉIAS**

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Armando Boito Junior

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso - Décio Saes - Eduardo Viola - Jacynto Lins Brandão - João José Reis - José Cavalcanti de Souza - José Vicente Tavares dos Santos - Lia Osório Machado - Marilena Chauí - Marisa Lajolo - Octavio Ianni - Pedro Jacobi - Roberto Cardoso de Oliveira - Ubirajara Rebouças - Vilmar Faria

Comissão de Redação: Alcides Hector Rodriguez Benoit - Arley Ramos Moreno - João Quartim de Moraes - Luis Roberto Monzani - Pedro Paulo Abreu Funari

Editor Gráfico: Carlos Roberto Fernandes - DAP / I.A.

**Setor de Publicações:** Elisabeth S. S. Oliveira - Magali Mendes - Marilza Aparecida da Silva

Editoração: Marilza A. Silva

**Projeto da capa**: Carlos Roberto Fernandes **Impressão**: Gráfica Central da UNICAMP

Capa: "A fábrica", de Alexei Jawlensky, 1910.

## **SUMÁRIO**

A Integração Européia e o Problema da Agricultura Elide Rugai Bastos
Democracia e Desinformação na América do Sul Carlos Alberto Lungarzo
Hegel: Entre a Ética Antiga e a Moral Moderna Maria de Lourdes Borges
Sistema de Política Positiva, ou Tratado Instituindo a Religião da Humanidade Auguste Comte
RESENHAS
As Razões da Razão (Sergio Silva)
Pedro Paulo Abreu Funari, Antigüidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos (João Angelo Oliva Neto)

Cláudio Katz, Ruy Braga e Osvaldo Coggiola

Novas tecnologias - crítica da atual

reestruturação produtiva (Giovanni A. P. Alves)

183

Ricardo Antunes

Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as

metamorfoses e a centralidade do mundo do

trabalho

(Josué Pereira da Silva)

Jon Elster
Peças e engrenagens das
ciências sociais
(Marcos Vinícius Pansardi)

### A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E O PROBLEMA DA AGRICULTURA

Elide Rugai Bastos\*

Muito se tem escrito e falado a respeito das mudanças que cercam o processo de globalização que ocorre no mundo deste fim de século. Acontecimentos como a Perestroika em 1985, a queda do muro de Berlim em 1989, a Guerra do Golfo em 1991, situam-se como marcos de reabertura de contradições que estavam de certo modo "adormecidas", o que aponta para um processo de transformações. É evidente que grandes mudanças estão em curso, e que a mundialização generaliza-se e aprofunda-se. Inúmeras controvérsias fazem parte do dia a dia dos diferentes países -economia centralmente planificada, desestatização- que demonstram as pressões para a incorporação de vastos setores da sociedade ao movimento global. Quais as consequências dessas tendências no relacionamento entre homens, grupos, sociedades? Que modificações se impõem alterando as vidas das pessoas? Que novos problemas se apresentam? Creio que, para o que nos interessa neste trabalho, podemos ressaltar, como uma das questões principais nesse processo a do aprofundamento cada vez maior das diferenças entre os países ricos e os países pobres. Isto tem

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

<sup>\*</sup> Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

como resultante o agravamento da exclusão, seja se considerarmos internamente as diferentes sociedades, seja se levarmos em conta o âmbito mais geral das diferentes nações.

Para discutir sobre o caminho da exclusão vamos refletir sobre as modificações resultantes do processo de integração européia e as alterações sofridas pela agricultura e pelas populações rurais nesse processo. O exemplo que escolhemos para ilustrar é o da Espanha.

#### O rural e a integração

A integração da Espanha na CEE -Comunidade Econômica Européia-, dá-se tardiamente, como resultante de vários elementos de caráter econômico e político. Isto tem como conseqüência modificações no próprio desenho da sociedade, que afetam de modo claro o perfil do mundo rural. Utilizarei para referir-me sobre os pontos principais da questão o conjunto de reflexões feitos por Josechu Vicente Mazariegos e seu grupo de pesquisadores, através de vários textos -livros, teses, artigos, ensaios, relatórios- pois levantam questões polêmicas, na medida em que não se limitam a constatar apenas as mudanças ocorridas no seio da sociedade, mas buscam apontar suas implicações para o presente e para o futuro.

As modificações que se deram na sociedade espanhola, resultantes de um leque amplo de elementos intervenientes, acelerados pelas transformações democráticas, acabam por culminar na integração da Espanha na Comunidade Econômica Européia. Simultaneamente aceleradoras e resultado dessa integração, mudanças de caráter modernizador –uma modernização que altera a

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Utilizo o termo *exclusão* na falta de outro adequado à situação.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

"facies" do país- acabam por atingir o campo. A velocidade das mesmas exige um rápido diagnóstico e ao mesmo tempo uma nova reflexão sobre o que está implicado nas mesmas. O poder público move-se lentamente. A realidade se adianta às medidas tomadas pelas políticas públicas.

Assim, acaba por ser o primeiro móvel da reflexão do grupo, a constatação da incapacidade das administrações públicas reconhecerem as demandas do mundo rural. Isto se deve, segundo Mazariegos, a vários pontos:

- a) primeiramente, não apenas à ausência de diagnósticos precisos e atuais sobre o mundo rural, como, e principalmente, à não percepção de que não são apenas modificações setoriais, mas sim tratase de um processo global referido à sociedade como um todo. Nesse sentido, analisar o rural significa percebê-lo num quadro geral não apenas da sociedade espanhola, mas da sociedade européia, levandose em conta suas implicações de caráter mundial;
- b) um segundo obstáculo ao reconhecimento dessas demandas, advém do fato de, a partir de uma ótica modernizadora, construir-se uma visão do rural como setor "atrasado" e sem uma percepção clara sobre o papel desempenhado pelos elementos "tradicionais" que o informam. Tal equívoco provém da consideração arbitrária da sociedade como monovalente e não vista em sua polivalência, sua diversidade. Em outros termos, advém da aceitação da submissão resultante da mono-atividade gerada pelos interesses concentrados no urbano como um modelo a informar a sociedade como um todo. Se isso se constituiu em um ponto de partida numa determinada fase da análise social, há que considerar-se que a sociedade conhece agora uma nova etapa de seu desenvolvimento. Desse modo, é necessário pensar-se a respeito do novo lugar que ocupa e passará a ocupar o "tradicional" na nova organização social;

- c) a equivocada consideração de que rural e agrário são termos intercambiáveis. Em outras palavras, o desconhecimento de que urge a necessidade de redefinir-se a questão agrária, na medida em que cada vez mais o rural, na Espanha (e na Europa) deixa de ser exclusivamente agrário;
- d) decorrente da colocação anterior: é necessário repensar o papel da agricultura numa sociedade pós-industrial. Mais ainda, há que se pensar a respeito do mundo rural como um novo espaço privilegiado que cada vez mais assume a função de criar condições para a reprodução da sociedade como um todo, não mais limitando-se à produção de alimentos e sim, criando condições ambientais para sua sobrevivência.

A partir destes eixos desenvolvem-se as propostas analíticas e emergem os temas dos diferentes estudos desenvolvidos pelos autores.

#### A sociedade itinerante

A idéia de sociedade itinerante é um ponto de referência privilegiado na concepção desenvolvida. Trata-se de apontar para o novo perfil assumido pela sociedade espanhola (e européia): uma sociedade que continuamente reconstrói sua identidade. Produto das mudanças resultantes dos processos desenvolvidos no pós-guerra, nas últimas duas décadas apresenta importantes reformulações dos elementos de referência social que se constituíam como articuladores de seu funcionamento:

a) há uma paulatina ampliação do lugar do indivíduo em relação à ação social, no sentido de cada vez mais configurar-se como sujeito em relação à mesma. Isto é, a alteração de seu lugar no processo produtivo reduz sua visão de pertinência a uma clas-

se social. Isto pode ser constatado pelo fato de ser cada vez menor a intervenção das entidades coletivas no processo de transformação da sociedade;

- b) há um progressivo abandono, gerado não só, mas principalmente, por esse ascenso do individualismo, das raízes sociais e culturais dos antigos grupos formadores da sociedade, processo que tem decorrências políticas;
- c) há uma crescente dissolução das formas de sociabilidade anteriores -terra, família, costumes, crenças- sem uma imediata substituição das mesmas.

Essas transformações acabam por alterar a relação anteriormente existente entre indivíduo e sociedade. Cria-se um novo modo de itinerância social: o indivíduo é jogado numa nova "roda" que transforma o já conhecido: o consumo passa a ser o novo articulador social. Isto traz como consequência a alteração do centro da reflexão sociológica: passa-se do plano institucional ao da construção de modelos sociais multidimensionais. Altera-se o próprio modelo de organização da sociedade face à aparente redução da complexidade social, já então articulada transnacionalmente pelo mercado.

A itinerância, marcada pelo hedonismo, pela busca de todo o prazer que o dinheiro pode proporcionar, opõe-se à imigração, busca da redenção da miséria, alcançada através do trabalho duro e da vida austera, marca dos períodos conhecidos pela sociedade espanhola anteriormente.

Se os objetivos são novos, nova também é a ossatura que sustenta o social. Uma nova trindade dirige os destinos da sociedade: tecnologia, democracia e consumo. Mas, atenção! esses elementos ganham uma nova conotação na sociedade presente. Eles também perdem sua identidade e buscam reformulá-la em novas bases.

A tecnologia se apresenta como um novo mito de progresso, difundida pelo supremo meio de comunicação: a TV. A democracia altera seu sentido perdendo seus antigos nexos igualdade/liberdade, que se substituem pela equalização via consumo. E este, tal como hoje é concebido, altera profundamente o caráter da produção: prevalece o mercado, face à sobrevivência; o luxo, face ao necessário; a troca em lugar do dom.

Um novo gabarito preside a ordenação das coisas: a tecnologia como fonte das imagens do progresso; o mercado como supremo juiz do bom e do mau; a democracia legitimando o Estado segundo a lógica do mercado.

A trindade figura como um novo Deus. Claro que se trata de um Deus discriminatório, pois de seu paraíso se exclui grande parte do planeta. Outra vez é um Deus-Salvador apenas do povo eleito!

Como, então, fica o mundo rural, "lugar sagrado" da tradição, face aos novos eixos que atravessam a sociedade desarticulando-a/rearticulando-a?

#### O Rural redefinido: o quadro em que se desenrola o debate

Frente às mudanças que se desenrolavam na sociedade européia nas últimas décadas, o rural, com a queda da importância dos produtos agrícolas no cômputo geral da economia, com a diminuição da população ativa dedicada à agricultura, com o decréscimo da população alocada no setor, sofre uma crise que o marginaliza em relação não apenas às políticas que lhe são destinadas, como também enfraquece sua importância como objeto de análise das ciências sociais. Hoje, em ambos os casos, conhecemos um renascimento de sua importância. Todavia, tanto em re-

lação à política, como em termos analíticos, há que fazer-se uma revisão. Ao referirmo-nos ao rural é preciso levar-se em consideração as mudanças da sociedade considerada como um todo.

Elemento ilustrativo dessas novas transformações, -da sociedade em geral e do rural em particular- que jogaram papel essencial na construção da Comunidade Européia, é o documento da Comissão da Comunidade Européia intitulado El futuro del mundo rural, de agosto de 1988. Curiosa é a mudança de tom, se comparamos esse texto com outro anterior, de 1985, da mesma comissão. Basta atentar para o título deste: Un futuro para la agricultura europea. A modificação, não apenas semântica -no de 85 a centralidade está na agricultura, enquanto no segundo situa-se no rural- aponta para uma alteração substantiva dos componentes de uma política econômica comunitária. Trata-se, claramente, da passagem de uma política de produção a uma perspectiva territorial. E, desse ponto de vista, há uma alteração de ótica quanto ao âmbito dessa política: embora o delineamento seja geral, há um encaminhamento particular, considerando-se zonas e regiões. Isto acarreta uma nova orientação política, de certa forma descentralizadora, pelo menos em termos administrativos. É curioso observar-se como a nova via acaba por sugerir a alguns analistas a idéia de desaparição do Estado. Há uma nítida confusão entre a diluição das fronteiras territoriais motivadas pela globalização financeira, de produção, consumo, a interdependência de mercados e a territorialidade persistente enquanto se trata de modos de vida, de organização social e de formas de convivência. E tanto o processo como a difusão dessas idéias reforçam os particularismos, estes sim debilitadores do Estado.

Há uma dupla entrada para buscar-se a explicação das novas orientações. De um lado, resultante de novos empregos tecnológicos e novas estratégias produtivas, cria-se a necessidade de

controle da produção, cujos excedentes são de alto custo para a Comunidade. Incentivos à não produção ou à eliminação sistemática de produtos e cultivos acaba por confundir os agricultores, alguns deles até poucos anos atrás empenhados em implantar uma reforma agrária com distribuição de terra, garantia de créditos à produção e formação de cooperativas de pequenos produtores. De outro lado, a relativa equalização entre cidade/campo em termos de modo de vida difunde um "temor ecológico" coletivo. Assim, manter o campo como espaço ambiental privilegiado transformase em tarefa política. A Espanha, até pouco voltada prioritariamente à agricultura, mantém ainda, considerada a Europa como conjunto, espaços especiais para essa manutenção. E por esse motivo encontra-se sob mira direta das políticas comunitárias.

Desse modo, a atividade agrária, embora constituindo-se ainda em elemento importante do mundo rural, não ocupa nem em termos da Comunidade Européia e nem em termos exclusivamente espanhóis, uma posição dominante em relação ao emprego e de geração de produto interno bruto.

Cada vez mais se amplia o âmbito de intervenção da Comissão Européia sobre os problemas de gestão pública do meio rural (*Formulation de la politique rurale: nouvelles tendences*, documento de 1989). Até mesmo questionando as velhas fórmulas de percepção e análise do rural presentes na bibliografia clássica.

Face aos modelos dicotômicos de visão do rural, imediatamente aplicáveis em certo período (Tonnies, Durkheim, Weber, Cooley, Thomas y Znaniecki, Forster, Rogers y Svenning, para exemplificar) e os modelos propositores de um *continuum* rural/urbano (Sorokim, Zimmerman, Redfield, Galewski, para indicar alguns autores) há uma proposta clara da Comissão Européia, para conceituar o rural, de modo a que possa, também

como as análises anteriormente apontadas, ser imediatamente operacionalizada.

Assim, o mundo rural "abarcaria aquellas regiones o zonas con actividades diversas y, dentro de estas regiones, los espacios naturales y cultivados, pueblos, aldeas, pequenas ciudades y centros regionales, así como las zonas rurales 'industrializadas'". O que corresponde, entre os países da Comunidade Européia, à metade da população e pouco mais de 80% da superfície. Todavia, mais do que uma simples delimitação geográfica, o mundo rural é "um tecido econômico e social que inclui um conjunto de atividades muito diversas: agricultura, artesanato, pequena e média indústria, comércio, serviços. E, como zona amortizadora e espaço de regeneração, é indispensável para o equilíbrio ecológico e se está transformando, cada vez mais, em um lugar de acolhida privilegiada para o descanso e o ócio." 3

Como indiquei, trata-se de uma definição imediatamente operacionalizável e, nesse sentido, a busca de um equilíbrio das diferentes funções, equilíbrio esse fragilizado no processo integrativo, principalmente pelo desigual desenvolvimento conhecido pelos diferentes países, passa a ser urgente necessidade. Três são os eixos fundamentais do compromisso entre os países-membros:

a) integração ao processo geral de desenvolvimento daquelas zonas consideradas atrasadas estruturalmente, com grandes índices de "ruralidade", nas quais se chega à cifra de até 30% da população ativa ainda dedicada à agricultura. A preocupação com a melhoria de suas condições de vida e a ampliação de possibilidades de empregos locais constituir-se-iam em garantia de sua

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> El Futuro del mundo rural, p. 43. Mantenho a primeira citação em espanhol, por corresponderem as denominações a uma nomenclatura de organização social e divisão do espaço tipicamente européias.

<sup>3</sup> Ibidem.

permanência na região, assegurando assim, simultaneamente a qualidade de vida das metrópoles, as quais deixariam de apresentar-se como único ponto de resolução dos problemas das populações rurais;

b) adaptação da agricultura de modo a evitar que a produção agrícola aumente estruturalmente com mais rapidez do que a demanda, isto é, um ajuste da oferta e da procura. Embora variando de uma região a outra, esse desajuste atua de forma geral no sentido de que um número crescente de explorações não consegue subsistir unicamente através de sua produção agrícola.

Decorrente desse traço, quantidade cada vez maior de terras acaba abandonada, com os problemas conseqüentes ao meio ambiente, conhecendo-se até mesmo alguns casos de desertificação.

Do mesmo modo, parte da população dedicada à agricultura não mais encontrará empregos no setor, devendo-se, assim, fomentar novas atividades que possam absorvê-la. Mais do que fomento, em um período de transição, são complementadas as rendas, via fundo comum.

Essa adaptação, com o sentido de prevenir rupturas sociais graves, pressupõe a manutenção de um modelo europeu de desenvolvimento agrícola, baseado sobretudo no fomento à empresa familiar e numa ordenação equilibrada do território;

c) modificação do entorno econômico e social, afrontado pelos ataques provocados pela urbanização não planejada, industrialização, turismo, destruição ambiental na construção de sistemas de transporte, abandono da produção agrícola resultando em graves erosões. Estes problemas emergem num contexto social agravado pelo desemprego, baixo crescimento econômico, déficits governamentais. A gestão pública dos problemas rurais depara-se com um dilema frente às necessidades sociais,

ecológicas e a racionalidade econômica. A implantação de um mercado único em 1992 ampliou os impasses.

Esses eixos definem a política e a destinação das verbas comunitárias. Reconhecidos três problemas-tipo que aparecem de modo genérico no mundo rural europeu -as pressões da evolução moderna sobre o rural, o declive rural, a existência de zonas marginais- definem-se estratégias. De caráter diverso, estas apresentam-se como: proteção do meio e do espaço rural, fortalecimento da comunidade local, diversificação econômica, potencial endógeno. desenvolvimento do associativismo, fortalecimento dos intermediários, integração dos setores marginais a um esforço nacional, manutenção cultural. fortalecimento das instituições de patrimônio planejamento.

Face a essas propostas e sua implantação, o grupo de Mazariegos propõe-se primeiramente a analisar a forma específica com que se processam as modificações apontadas no território espanhol. Assim, a temática de seus estudos tem primeiramente, a ver com o diagnóstico da diversificação do tecido econômico e social, as mudanças demográficas, sócio-culturais, institucionais e segundo nível, busca tecnológicas. Em um consequências dessas modificações, bem como da aplicação das estratégias acima mencionadas. Nesse âmbito, ressaltam-se como temas: o desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento autosustentável, o trabalho, a mulher, os conflitos e movimentos sociais, a questão ambiental, a tecnologia, o lazer e o ócio como bases do turismo, o desenvolvimento de alternativas locais de auto-sustento. Se somarmos as duas tendências, podemos dizer que a temática refere-se fundamentalmente à crise e ao renascimento rural.

#### O diagnóstico

O pano de fundo do diagnóstico sobre o mundo rural espanhol está balizado, como já indicamos, pela diminuição da importância relativa da agricultura, resultante das mudanças ocorridas a partir dos anos 60 (anos do primeiro milagre econômico). Essas transformações que ocorrem simultaneamente a modificações gerais nos outros países europeus que formam a Comunidade dos Doze, em que pese o atraso de algumas regiões da Espanha no processo, afetam fundamentalmente a sociedade espanhola. No cômputo geral da Comunidade Européia, considerando que há uma desigualdade entre as diferentes regiões (166 regiões comunitárias) a contribuição da agricultura passou, de 1975 a 1985 de 11,2 a 8,4%. E a contribuição da agricultura ao PIB passa de 5,4% em 1970 a 3,4% em 1991. E a tendência é a diminuição desses índices.

Ao lado desse processo, cresce a integração e globalização da agricultura na economia. Importante, também, é a informação de que cada vez mais aumenta a fonte de ingressos *alheios à agricultura* nas famílias agrícolas. Isto é possível graças à pluriatividade, à agricultura em tempo parcial e à integração da agricultura no complexo industrial agro-alimentário.

#### a) As mudanças demográficas

Naturalmente, as mudanças apontadas acabam por alterar a composição da população que vive na área rural. Assim, as transformações demográficas colocam-se como uma primeira meta a ser diagnosticada, pois sobre ela fundam-se as outras teses desenvolvidas pelo grupo.<sup>4</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Para refletir sobre o tema fixar-me-ei, embora de forma breve, no texto de Luis Alfonso Camarero, *Del éxodo rural y del éxodo urbano: ocaso y renaci-*

Duas questões articulam a reflexão: existe uma tendência clara de repovoamento rural e de término do êxodo rural?; qual é o papel do meio rural espanhol numa sociedade desagrarizada e pós-industrial?

Camarero, através de uma análise minuciosa mostra o perfil das mudancas sofridas pelo mundo rural espanhol. Trata-se do avanço da sociedade pós-industrial. O meio rural, que na sociedade industrial se caracteriza como fonte de recursos -matéria prima e alimentos- além de reserva de mão de obra, vai aos poucos entrando em um círculo vicioso de declive, resultante do despovoamento e do esvaziamento das atividades produtivas e do aparecimento de mercados agrários mundiais. O êxodo, que atinge os setores economicamente ativos, compromete a reprodução social e cultural do meio rural, que envelhece social e culturalmente, e deixa de ser uma população progressiva para converterse em dependente. Em outras palavras, na medida em que avança a era industrial, o desenvolvimento da agricultura de mercado leva a que o meio rural perca a policultura que o caracterizava; e o despovoamento, a que se reduza a diversidade de atividades que viabilizava a reprodução da população agrária. Converte-se em um espaço monoespecializado, marcado pela monocultura, destruindo-se a possibilidade de desenvolvimento de qualquer tipo de atividade à margem do agrícola.

Porém, contrariamente à interpretação corrente que vê no processo a desaparição do rural, que percebe o rural como o espaço tradicional, símbolo do atraso face à modernidade urbana, destinado a progressivamente extinguir-se, o autor aponta para os

miento de los asentamientos rurales en España, Madri, Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1993. Primeiramente tese de doutorado defendida em 1992, no departamento de Sociologia da UNED, recebeu em maio de 1993 o Prêmio Nacional de Publicações Agrárias.

novos caracteres que não só permitem a sobrevivência do rural como podem renová-lo. Há um nítido movimento populacional de retorno ao rural, uma nova ruralização. Todavia, trata-se de uma forma totalmente nova, uma vez que ao mesmo tempo cresce a desagrarização.

Ocorrências contemporâneas, tanto a flexibilização do espaço, separando a residência da produção, como o alargamento do tempo associado à existência de melhores meios que permitem maiores deslocamentos, inauguram perspectivas inusitadas ao conjunto geral da população, seja do campo como da cidade. Assim, por exemplo, possibilita-se a residência no campo e o trabalho na cidade.

A automatização e tecnologização dos processos produtivos, reduz, de forma drástica, a necessidade de mão de obra. Se na era industrial os processos demográficos e econômicos eram de concentração, na era pós-industrial passam a ser de dispersão. População, atividades produtivas e mercado dispersam-se. Somase a isso a crise urbana: insalubridade, violência, deterioração ambiental, perda de qualidade de vida.

Os limites entre cidade e campo acabam por dissolver-se. Crescem as atividades de ócio e lazer que acabam por converter o meio rural, por suas qualidades ambientais e pelas possibilidades mais amplas de uso do espaço, em "locus" ideal para essa ampliação. O processo altera a composição demográfica das regiões anteriormente agrícolas, ampliando-a pelo menos nas épocas estivais ou nos fins de semana.

Com o crescimento da interrelação urbano/rural constituem-se novas pautas migratórias. Não apenas reduziu-se drasticamente o êxodo rural, como o meio rural converteu-se em espaço de recepção de novas populações. O início dos anos 90 marca, na Espanha, um saldo quase nulo entre emigração e imigração rural.

Porém, a composição da população rural modificou-se bastante. "A população das áreas rurais apresenta uma estrutura fortemente desequilibrada, onde é patente um forte processo de envelhecimento acompanhado de outro de descenso da natalidade. Comparada com a população nacional, na qual são evidentes ambos os processos, destaca-se a maior intensidade, no meio rural, tanto do envelhecimento como da ausência do grupo infantil." 5

Contrariamente à marcada tendência anterior, reafirmada em largo período, quando a população rural apresentava as maiores taxas de fertilidade, ocorre hoje, exatamente o contrário. O fato de inverter-se a situação indica as consequências do êxodo rural sobre a área.

O movimento, tem duas vertentes. De um lado, aponta a saída de parte da faixa mais jovem em direção à cidade. De outro, assinala uma queda na taxa de nupcialidade na zona rural. Isto se deve ao fato de grande parte das mulheres menores de 30 anos não encontrar muitas oportunidades de trabalho no setor, partindo, assim, para a região urbana. Associe-se a isso, o fato de as mesmas recusarem-se a reproduzir-se como agricultoras. Esses elementos marcam a tendência de masculinização juvenil do meio rural. Trata-se de um processo de emigração seletiva de gênero, que chega a agravar os desequilíbrios da população rural, principalmente no interior peninsular.

Mas as mudanças que ocorrem na composição da população têm a ver com outros fatores importantes. Primeiramente, o "commuting" rural. Há que levar-se em consideração o fato generalizado de desagrarização, não apenas do conjunto social como dos espaços rurais. A queda da atividade agrária nos municípios rurais que dispõem de mão de obra não exclusivamente agrária leva a que se processe o deslocamento diário ou semanal da

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Idem, tese cit., p. 182.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

mesma, dependendo das distâncias dos novos centros de trabalho. Embora os dados sejam escassos para a análise, torna-se possível a afirmação de que cerca de 25% dos empregados em municípios rurais viaja a outro município para trabalhar.

Um segundo ponto importante reside no fato de cada vez mais ser a população rural uma população flutuante. Isto ocorre, não apenas pela questão do trabalho, como por ser o rural um polo de atração, visando o lazer, para as populações urbanas. Assim, há uma população marcadamente estacional ou uma população de fins de semana. Desse modo, cada vez mais o meio rural vai adquirindo um novo papel desligado de seu uso tradicional produtivo, adquirindo "uma funcionalidade residencial e recreativa, convertendo-se em espaço obrigatório de reprodução das sociedades urbanas. (...) Cada vez existe menos uma população rural permanente anual, sendo o espaço rural cada vez mais um espaço que cíclica ou pendularmente se povoa e despovoa."6

É possível perceber-se a tendência verificando os dados sobre a segunda residência e as vagas de hotéis e hospedarias. No caso das primeiras, sabe-se que uma terça parte das moradias ocupadas no meio rural só o são estacionalmente. Isto, evidentemente, traz problemas de identidade à população fixa. Assinalese, ainda, que este processo de identidade é conflituoso na medida em que novos grupos residenciais, desta vez com moradores fixos, se disseminam nas regiões mais próximas das grandes cidades. Estes novos residentes, que aí vivem, trabalhando fora do "pueblo", acabam por acelerar um conflito entre os novos e os velhos residentes.

Outra forma de mobilidade populacional em direção ao rural é o retorno daqueles que emigraram em décadas passadas. A crise industrial, com seu consequente efeito de desmetropoliza-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Idem, pp. 195-196.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

ção, é um fator decisivo para o fato. De outro lado, há o retorno daqueles que ao se aposentarem ou ao encontrarem novas alternativas de trabalho na região, voltam a residir nos "pueblos". Assinale-se, também, a busca de aposentados que, mesmo não tendo antes vivido na região, para ali se deslocam, pela facilidade de moradias baratas e pela garantia de uma nova infra-estrutura de serviços.

Esses novos movimentos migratórios ocorrem de forma intensa a partir de meados dos anos 80, o que significa ser muito recente essa "facies" da sociedade espanhola.

De modo sumário, podemos dizer que o autor aponta:

- a) para o caráter de coexistência, na Espanha, dos velhos e novos processos de desenvolvimento da economia e da sociedade. Pelo fato de conhecer tardiamente a industrialização e a desagrarização, ocorrência referida ao conjunto dos países de norte da Europa, acaba por incorporar-se com atraso, também, às correntes de desindustrialização e desurbanização, sem haver completado o ciclo da industrialização, e portanto, sem a assimilação das renovações sociais e culturais (e políticas?) que lhe correspondem. Por exemplo, o abandono da atividade agrária e sua marginalização corresponde temporalmente ao desenvolvimento de uma agricultura expansiva de mercado. Esse traço contraditório, resultante da "queima" de várias etapas, acaba por configurar o mundo rural e atribuir características novas se comparadas ao restante dos países da comunidade européia;
- b) para a existência de um duplo movimento de emigração e de imigração rurais. Desse movimento resulta um saldo migratório nulo, o que poderia sugerir a existência de um intercâmbio populacional equilibrado. Longe disso, o que se percebe é um claro desequilíbrio quanto à composição e perfil social dos migrantes: emigram do rural os jovens e ativos e imigram os mais

velhos e inativos. E o desequilíbrio se acentua na medida em que os movimentos ocorrem mais em algumas regiões e menos em outras, produto, naturalmente, dos desajustes entre as fases de desenvolvimento anteriormente apontadas. A homogeneização dos estilos de vida é apenas aparente quando se compara, em várias regiões, o rural e o urbano, uma vez que não se traduzem em igualdade de oportunidades para todos;

- c) para um claro processo de envelhecimento da população rural, o que faz com que cresça, paulatinamente, o número de inativos. Os dados sugerem um aumento da tendência;
- d) para a mudança de modelo de distribuição populacional. Se a revolução industrial rompeu com a forma de organização da população ligada ao meio agrológico impondo, a partir da lógica da produtividade, as concentrações urbanas, a nova sociedade pós-industrial altera o processo. Os limites impostos pela produtividade são revistos, uma vez que a inovação tecnológica e a automatização dos processos produtivos reduzem a dedicação da população ativa a esses processos. A produtividade independentiza-se da forca de trabalho. Desse modo torna-se cada vez mais elevado o preço da centralidade. Assim, de forma crescente e paulatina, faz-se desnecessária a concentração urbana. Associe-se a isso a deterioração dos centros urbanos e os altos custos de sua manutenção. Some-se, ainda, o desenvolvimento telemático, possibilitando a dispersão das atividades. Esse conjunto de elementos contribui para a reconversão das estruturas de povoamento. Podese, então, falar em um fenômeno de contra-urbanização, mas um fenômeno que não é apenas conjuntural e sim produto de uma causalidade profunda incrustada no funcionamento das sociedades modernas:
- e) para o fato de, no momento, o mundo rural apresentar um crescimento vegetativo negativo. Os efeitos produzidos na

estrutura demográfica pelo êxodo rural -envelhecimento, descenso da natalidade, ausência de gerações intermediárias, masculinização- leva a uma crise de reprodução social no setor;

- f) para o rompimento do *continuum* rural-urbano, que se dissolve como modelo. Em outros termos, hoje se produz uma ruptura que se expressa no fato de os fenômenos não mais seguirem o modelo do *continuum*, embora este não perca sua utilidade como instrumento de diagnóstico;
- g) para o fato de o mundo rural aparecer "como um mundo fragmentado, onde desaparece a unicidade anterior. Encontra-se polarizado entre a emigração, herança do passado industrial, e a crescente imigração que determina o ocaso da sociedade industrial. A capacidade agrológica, centro secular das sociedades rurais, é substituída por sua capacidade enquanto qualidade ambiental e paisagística. Este último elemento é responsável de que o 'renascimento rural' seja seletivo."

#### b) A questão tecnológica

As modificações que ocorrem no mundo rural caracterizam-se como um processo silencioso e aparentemente espontâneo. Trata-se, pois, de definir as características dessa trajetória. Esta é polivalente, profundamente modificadora, híbrida e, principalmente, conduzida pelas forças locais, quase sem a intermediação institucional nacional e regional; às vezes com uma reduzida intervenção pública municipal. Não podemos esquecer, todavia, que existe um programa geral de integração ao desenvolvimento comandado do exterior das unidades que sofrem a mudança, representado principalmente pelos incentivos e pelas exigências de inserção no mercado.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Idem, p. 474.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

Em outros termos, percebe-se uma característica itinerante na sociedade global e as trajetórias do mundo rural têm que encontrar sua pertinência nesse quadro mais global. Esta constatação altera o enfoque tradicional da sociologia rural. Trata-se, pois, de buscar novos nexos explicativos para as mudanças e para a projeção do futuro.

Dessa ótica, o mundo rural espanhol oferece atualmente um terreno de análise privilegiado para o reconhecimento da qualidade itinerante que constitui a identidade das sociedades pósindustriais. Sua ruralidade heterogênea permite o reconhecimento dos eixos sobre os quais se articula a dissolução dos modos de vida seculares e de sua organização arraigada, bem como o surgimento de novos códigos de orientação social.

Nessa nova situação, elementos tradicionais, até então considerados fundamentais, desaparecem: exemplo ilustrativo é o já anteriormente citado, da terra, que se torna crescentemente prescindível no processo de produção agrícola. Mas isso afeta, também, a incorporação de elementos modernos. É o caso da tecnologia.

Com o ingresso no Mercado Comum Europeu, a Espanha, em conformidade com as normas internacionais, elabora uma série de medidas para a aplicação de tecnologia. Hoje, porém, com as mudanças ocorridas, o documento de 1988 está superado.<sup>8</sup>

Atualmente faz-se uma avaliação sobre o mesmo, procedendo-se estudos nos vários países. O grupo de Mazariegos aponta para vários problemas de obsolescência do diagnóstico que funda aquele rol de intenções e de medidas.

O problema principal, em relação à tecnologia, reside no fato de ter sido programada a aplicação da mesma apenas na direção da modernização do trabalho agrícola: ora, isso mostra a con-

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>El futuro del mundo rural, op. cit.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

fusão de diagnóstico, pois se identifica mundo rural com mundo agrário. Conseqüência do equívoco é não se dar conta de que a perda substantiva de população dedicada à agricultura é de caráter seletivo, atingindo principalmente aqueles que mais se beneficiariam com uma eficaz política tecnológica. E com isso segue-se com a preocupação de renovar o meio agrário e não o meio rural. Isso acarreta uma série de desequilíbrios que devem ser corrigidos.

Dois elementos devem ser considerados na nova qualificação da tecnologia: os recursos naturais e os recursos humanos. Nesse sentido, a universalização da prática tecnológica deve compreender diferenças fundamentais entre as diversas regiões. O projeto tecnológico precisa levar em consideração a existência de um processo de desagrarização. Nesse sentido deve agir em direção à modernização desse declive, mas também em direção à inovação como necessidade de sobrevivência.

Quanto aos recursos humanos, há que se considerar um conjunto de elementos de caráter social e cultural que constituem a ossatura das populações visadas para a aplicação das tecnologias inovadoras. Existem formas tradicionais de desenvolvimento da produção que não agridem a natureza e que são rentáveis e competitivas. Exemplos dessas formas são discutidos nos trabalhos de Mercedes Montero Bartholomé e de Fernando Rodrigues, dos quais falarei mais adiante.

Quanto aos recursos naturais, o problema aponta para duas direções: para a preservação do meio ambiente, mas ao mesmo tempo para a utilização dessa preservação como potenciadora da dinâmica da sociedade: a utilização da qualidade paisagística do meio ambiente, o que potencializa o ócio, o lazer, o turismo; o desenvolvimento da própria produção agrícola, que beneficiandose do elemento anterior, pode voltar a recuperar produtos tradici-

onais que incorporariam em sua imagem as características da região (denominação de origem).

Assim, dentro do processo de reestruturação da ruralidade, com referência à tecnologia, segundo Mazariegos, dever-se-ia considerar:

- a) o âmbito da produção as condições de produção existentes, referentes ao meio e aos recursos humanos; a acessibilidade a matérias primas e a mercados. Este último elemento é importante, uma vez que a integração da produção é fator decisivo atualmente;
- b) o âmbito do consumo adaptabilidade e flexibilidade, levando-se em consideração que o ambiente rural conta com residentes fixos, atrai novos residentes e também turistas. Assim, toda a projeção que diz respeito à tecnologia deve levar em conta as três situações previstas;
- c) o âmbito da transformação que deve considerar que os problemas de cultura e de organização diferem de região para região. Mas neste âmbito um elemento permanece como pano de fundo para todos os empreendimentos: cabe ao rural manter o equilíbrio que foi rompido pelo urbano, considerando-se o conjunto da sociedade. E, na medida que, em geral, não atuam nesse processo instâncias institucionais a nível nacional ou autonômico, a decisão sobre o impasse acaba por restringir-se ao nível local.

Assim, uma das tarefas das ciências sociais seria encontrar esquemas analíticos tanto para dar conta da situação de mudança, como, e principalmente, para reconhecer os elementos de uma transição marcada pela ambigüidade, uma vez que modelos diversos e mesmo antagônicos coexistem tanto no tempo como no espaço. É nessa direção que aponta o trabalho de Mercedes Montero, que discute os condicionamentos e as implicações da aplicação de projetos de energia fotovoltaica em comunidades do sul da

Espanha e na África Negra. Compreende estudos, na Espanha, em comunidades rurais de Serra Segura (Nordeste da província de Jaén) e na África Negra (faixa sul do Saara), em comunidades de Notto e Diakoloto (Senegal), Cidade Velha (Cabo Verde), Duguia (Chad) e Guerengou (África Central). O trabalho, além de levantar discussões sobre problemas gerais de metodologia no encaminhamento da investigação, busca avaliar tanto a bibliografia sobre a atuação do cientista social, como o âmbito dessa mesma ação nos projetos dirigidos de mudança social associados a inovações tecnológicas na área de energia solar. Trata-se, assim, de examinar a evolução, num setor determinado, dos programas de cooperação internacional desenvolvidos pelo governo espanhol.

A adequação do sistema fotovoltaico para comunidades tradicionais e periféricas é analisada a partir das transformações trazidas pela nova tecnologia às mesmas. Assim, o fato de ser uma forma descentralizada de produção de energia torna-se vantajoso, na medida em que o gerenciamento das aplicações e da distribuição da mesma não violenta a organização da sociedade local. Tratando-se de técnica de fácil manutenção e administração, é gerenciada a partir da própria comunidade. Desse modo, os objetivos a serem alcançados, são definidos coletivamente. É claro, que isto torna-se possível uma vez que o programa se destina a comunidades social e culturalmente homogêneas.

As soluções específicas encontradas em cada um dos locais estudados -infelizmente seria longo descrevê-las- dão bem a idéia da articulação da esfera da produção com a esfera social. Nesse sentido, apesar de tratar-se de localidades situadas em áreas subdesenvolvidas se considerado o conjunto da sociedade, apontam bem para a tese da não direção da tecnologia exclusivamente para

a produção. Em outros termos, para a eficácia de uma tecnologia pensada para o rural e não exclusivamente para o agrário.

As próprias escolhas feitas pelas comunidades locais apontam que o destino dado à energia produzida localmente está dirigido prioritariamente à vida considerada em seu conjunto – escola, lazer, minimização das tarefas domésticas, defesa do grupo– e não diretamente ao aumento da produção agrícola, como imaginavam os técnicos ao conceber a ajuda.

O trabalho de Fernando Rodrigues dedica-se, ao analisar um programa de proteção ambiental na mini-região de Garrotxa, na Catalunha, a buscar coordenadas para avaliar a possibilidade de adequar conservação e desenvolvimento. Ao examinar diferentes programas que se processam na área, indica as tensões internas entre as duas questões. De outro lado, mostra como algumas dessas programações apontam em direção da superação do conflito. Mais ainda, levanta alguns pontos a serem considerados para possibilitar um desenvolvimento duradouro, sem destruição dos recursos naturais que o possibilita.

Chama a atenção para a duplicidade que envolve o projeto do Parque Natural da Garrotxa: trata-se de uma tensão no seio do próprio projeto que, de um lado defende o espaço contra as agressões internas e de outro tolhe certa dinâmica local de desenvolvimento já considerada natural. A forma pela qual aborda o problema, e assim dando elementos à superação do conflito, é mostrando não existir, no caso estudado, uma incompatibilidade entre conservação e desenvolvimento, mantendo-se as características da sociedade local.

Ilustra o trabalho com uma exposição de diferentes experiências de aplicação de tecnologias tradicionais de produção agrícola, que apresentam um aumento da produtividade, bem como formas de comprometimento comunitários para a preservação, o que, de certo modo, aponta, também para maneiras diversas de realizar aquela compatibilidade.

#### As consequências das mudanças

É claro que as mudanças que acontecem na zona rural espanhola fazem parte de um processo que se desenrola ao longo do tempo. Por esse motivo, os resultados são bastante desiguais se considerarmos as regiões uma a uma. De todo modo, há modificações muito expressivas que indicam os rumos das transformações e as conseqüências das mesmas sobre o tecido social. Antigas formas de organizar a sociedade acabam por transformar-se por completo. No caso estão, por exemplo, o trabalho das mulheres e as formas pelas quais se expressam os conflitos sociais.

#### a) Mulher e ruralidade

Uma das pesquisas do grupo, tendo como problema central o estudo da situação feminina no mundo rural, o ao traçar o perfil da mulher, indicar as características de sua ocupação e enfocar suas aspirações, resulta numa análise das metamorfoses sofridas por esse setor na Espanha contemporânea. Mais do que isso, aponta para as tendências da organização espacial européia, onde o rural ganha uma conotação diversa daquela lograda historicamente.

Vejamos como se desenvolve a questão. Parte da constatação de que vários fatores entre os quais se ressalta a integração européia termina com a dependência urbana do país e rompem com a biunivocidade entre *rural e agrário*.

 $<sup>^9</sup>$  J.V. Mazariegos et alii, Mujer y ruralidad. El círculo quebrado e Situación socioprofesional de la mujer en la agricultura, op. cit.

Idéias, Campinas, 3(1):5-45, jan./jun. 1996

As transformações do meio rural espanhol explicitam-se em quatro grandes processos que atuam no sentido social e cultural de mudança. Primeiramente, os núcleos rurais ganham cada vez mais importância como espaço residencial, principalmente para as classes mais favorecidas, que se beneficiam simultaneamente do "ambiente natural" e das vantagens de comunicação com os centros urbanos. Em segundo lugar, o meio rural paulatinamente transforma-se em suporte do ócio e do turismo, caracterizando-se como zona de residência temporal ou sazonal. Terceiro, o rural não se restringe mais a ser espaço apenas de atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras, mas caracteriza-se, também, como lugar de atividades artesanais, mineiras e de pequenas indústrias. E, finalmente, o meio rural parcialmente despovoado por décadas de emigração massiva, uma vez que atividades agrícolas predatórias deixam de ser desenvolvidas acaba por constituir-se em zona de preservação ambiental necessária ao equilíbrio ecológico, o que leva a que haja uma preocupação geral da sociedade, traduzida em políticas governamentais, de manutenção da população que aí se encontra, garantia dessa preservação.

Esse conjunto de modificações que altera a "facies" do rural, induz a que os pesquisadores em questão introduzam a noção de "ruralidade ampliada", no sentido de contemplar a diversidade de situações que fazem do rural um mundo diverso, mais do que heterogêneo e fragmentado, como tendem a apontar certos autores. Contrariam, em seu estudo, a tendência interpretativa que, associando o decréscimo da utilização espacial e populacional em direção às atividades agrícolas, vêem uma tendência do desaparecimento do rural. Assim, apontam para o fato de que, longe de ser um mundo em decadência, o rural deve ser pensado como um setor em ebulição, o qual, embora se decomponha em algumas zonas, em outras surge renovado. Em resumo, trata-se de um ru-

ral que não é mais exclusivamente agrário, mas que emerge fortalecido por uma revalorização que coloca na qualidade de vida seu fundamento. Essas mudanças, por força, afetam o perfil da mulher rural, seja ou não trabalhadora agrícola.

Há um elemento que possibilita fundar a raiz da mudança. Constata-se, em todas as regiões do país, uma crise das economias agrárias tradicionais, acompanhada de uma diversificação das atividades, que se constituem em chaves da crise de desagrarização que ameaça a sobrevivência de vários núcleos rurais e engendra uma transformação de caráter social e econômico em outros. Nesse universo em mutação, a mulher perde seu papel tradicional e parte em busca da configuração de novos: isso a transfigura, simultaneamente, em objeto e sujeito de mudança.

Trata-se de uma mutação silenciosa, que atinge nuclearmente a identidade da mulher e, ao mesmo tempo, altera o conjunto dos papéis sociais. Mantém-se, também, uma duplicidade de situações, com a persistência do modelo antigo ao lado das novas formas de inserção social. É claro que isso acaba por constituir-se, em inúmeros casos, em uma dupla tarefa para a mulher, que conjuntamente aos novos papéis continua a desempenhar as antigas tarefas. Porém, os pesquisadores não se restringem à constatação desse fato; inquerem, ampliando a questão, até que ponto as novas formas rompem ou reproduzem os esquemas tradicionais, mantendo, como sempre o trabalho da mulher em um plano subsidiário em relação ao conjunto social.

As transformações trazem um redimensionamento dos papéis sociais, o que afeta de modo diverso as diferentes gerações, o que é fato perfeitamente compreensível. No entanto, compreender o processo social que gera tal diferença é fundamental, uma vez que afeta todo o conjunto social. A relocalização populacional, que se opera violentamente nos anos 60 -época do primeiro

"milagre econômico" - levando os jovens em direção às cidades, atinge diretamente a população ativa agrária. Mas afeta principalmente a constituição do meio social, operando diretamente no descenso da natalidade, alterando o ciclo de renovação das populações rurais. Assim, como resultado, constata-se atualmente um progressivo envelhecimento do meio rural, a ausência de gerações intermediárias, o relativo excesso de jovens e a ausência das crianças. Ilustrando a tendência, há um aumento percentual significativo da presença de mulheres acima dos 65 anos, se compararmos sua presença nos pequenos e médios assentamentos, entre os anos 50 -16,6% - e os anos 80 -29%. Além de que, levando em consideração que a expectativa de vida da mulher é seis anos maior do que a dos homens, constata-se o fato de ser um meio rural envelhecido e marcado por um coletivo feminino. Claro que não se trata de simples constatação; antes o dado tem a ver diretamente com a definição de políticas sociais importantes.

Além desse traço, existe uma forte masculinização do mundo rural considerada a faixa jovem da população. O fato é resultado simultaneamente do colapso do milagre –que não permite mais aos jovens uma alta imigração para as cidades–, da tendência a haver nacionalmente um número maior de nascimentos de homens em relação às mulheres, da busca pelas jovens de uma maior escolarização fora dos *pueblos*, do abandono dos mesmos pelas mulheres mais novas em número maior que pelos homens em direção ao trabalho nas indústrias e de uma queda de valorização da profissão agrícola pelo conjunto da população. Assim, nos pequenos assentamentos, o fato chega a ser alarmante: na faixa entre 20 e 24 anos, encontramos 86 mulheres para cada 100 homens; e na de 25 a 29 anos, 83. Essa masculinização juvenil, obstáculo à formação de novas famílias, tem repercussões profundas na reprodução do mundo rural. É evidente que existem di-

ferenças regionais apreciáveis na incidência do fenômeno, e que são índices de um processo de desenvolvimento desigual.

Se há uma diferenciação dos contornos da sociedade, as mulheres representam de forma acentuada esse novo perfil. Nessa direção vai, por exemplo, a questão da capacitação ao trabalho. Nos setores mais jovens nota-se nos pequenos assentamentos, a alta porcentagem de mulheres, em certas regiões superior à dos homens, que ascende a cursos de nível médio, dado que acumulado aos de 2º grau e superior, atinge a cifra de 60%. O dado mostra as diferenças generacionais, uma vez que há uma percentagem muito próxima a essa de mulheres entre 45 e 54 anos sem escolarização (muito embora este último dado não seja conclusivo pois, em algumas regiões é muito próximo aos dados referentes aos homens). No entanto, pode-se concluir que o nível de escolarização das mulheres tem a ver com uma estratégia de saída de grupos de mulheres jovens dos núcleos rurais, que não só se ausentam para estudar, como têm mais chances de encontrar ocupação fora do setor agrícola. No entanto, o processo não vem acompanhado de uma igualdade nas oportunidades de trabalho e de salário, continuando as mulheres a desfrutar de uma posição subordinada no mundo do trabalho.

Mas o processo de elevação de nível de escolaridade e busca de trabalho em outros setores que não o agrícola-tradicional permite que paulatinamente vá se questionando a visão atávica de percepção do trabalho feminino como *tarefa*. Essa perspectiva, que atinge principalmente a mulher que carrega a velha implicação de mão de obra como *ajuda familiar*, aparece discutida principalmente no discurso feminino das jovens, mas não apenas destas. A comparação das diferentes condições de trabalho, possibilitada principalmente pela universalização da comunicação, opera como cisão entre o velho modo de organização comunitária

e familiar, não atingindo, todavia, o mundo rural como um todo. Persistem, ainda, bolsões tradicionais em que a identificação família/pueblo impede que a mulher perceba o grau de subordinação em que se encontra e o que a leva a assimilar a univocidade trabalho/tarefa.

Desse modo, assinala-se uma simbiose entre a ordem tradicional e uma nova ordem emergente, onde ancora-se uma dualidade de comportamentos em relação à inserção no mercado: de um lado, as mais jovens buscando estabelecer relações salariais e as mais velhas encerrando-se numa domesticidade "voluntária" da qual só se afastam quando não existem outras possibilidades de aumento da renda familiar exigidas pela situação de crise. Fatores de várias ordens, dos quais prevalecem aqueles de ordem cultural, levam a que haja uma desigual valorização do trabalho – familiar ou assalariado— quando se trata de gerações diferentes.

Outras questões, como: a relativa ampliação do mercado de trabalho feminino, na indústria e nos serviços; a falta de sucessores para as atividades agrárias familiares; o papel de uma agricultura a tempo parcial; a dualidade responsabilidade/titularidade das mulheres na empresa familiar agrária; o desemprego explícito ou disfarçado; o trabalho "submerso", que exclui as mulheres dos benefícios trabalhistas; as condições de trabalho e a não participação política das mulheres via organizações profissionais. Apontam para a subordinação do trabalho feminino em suas várias formas de apresentação na agricultura. Em especial assinalam o destino de sua submissão na agricultura familiar, na medida que dada a tradição, a atividade da mulher não se beneficia do reconhecimento social, além de funcionar, ainda, como reserva de mão de obra (sempre compreendidas as diferenças regionais).

Porém, ao lado da análise de dados estatísticos que permitiram perceber a forte subordinação da mulher no meio rural e a

situação paradoxal de reprodução-ruptura que configura o conjunto feminino rural, o estudo avança para a avaliação das práticas sociais e estratégias de trabalho, bem como para as atitudes e representações que as mulheres têm de sua situação cotidiana. Analisando, através de grupos de discussão e entrevistas, um coletivo de mulheres pertencentes a assentamentos localizados em sete regiões diferentes da Espanha, compreendendo formas de inserção econômicas diferenciadas, constrói um perfil do peso das formas ideológicas na condução e organização do social. Um conjunto de idéias –o feminino, o trabalho, a educação, o casamento, o agrário e o rural– e de valores –a família, o grupo, a comunidade, a terra, a segurança– emergem, construindo a nova facies da mulher espanhola.

#### b) As mobilizações sociais

A avaliação sobre o atual campo de conflitividade na Espanha rural leva a que Mazariegos e seu grupo<sup>10</sup> aponte para os novos parâmetros que balizam as reivindicações das populações rurais. Mostra como os três fatores que intervinham nos conflitos na sociedade rural tradicional passam a ser redefinidos via mudanças. Assim, na análise devem ser levados em consideração os novos aspectos que ganha o rural:

- a) a sociedade rural perde sua autonomia diferenciada frente à sociedade urbana, o que altera todo o sistema de relações sociais, não mais fundado na produção agrícola;
- b) a abertura à sociedade global, que relativiza o peso das relações de produção agrárias, obriga a sociedade local a buscar um mercado de trabalho exterior ou a implementar a economia informal como fonte de emprego;

<sup>10</sup> Para abordar o tema utilizarei, além do material das discussões do grupo o artigo intitulado "Los campos de conflictividad en la España rural", mimeo.

c) resultante dessas mudanças, consolida-se a economia monetária na sociedade local, gerando uma distorção entre oferta e demanda de emprego, o que propicia o subemprego para poder assegurar a permanência local dos jovens e o ingresso das mulheres, antes catalogadas como "ajuda familiar". Isto recompõe a família em termos de homogeneidade social, trazendo alterações profundas em seu seio.

Nessa direção, os pesquisadores elegem como centro da compreensão dos conflitos, a mutação simbólica resultante das transformações. Estas, principalmente acionadas pela construção da transnacionalidade européia, operam direcionadas a uma reestruturação da sociedade no sentido de globalização. Nessa direção dois elementos se destacam:

- a) de um lado, destaca-se com força o âmbito da *localidade* como portadora da identidade "histórica" coletiva que luta para manter certa qualidade de soberania territorial frente ao "compacto político-cultural" que representa o poder do Estado;
- b) de outro, afirma-se cada vez mais a questão conservacionista, levantando o problema da redefinição da função do rural, enfocando-o como espaço de regeneração ambiental.

Desse modo, a pergunta que se levanta face às mutações é: que tratamento se pode dar à análise dos conflitos sociais no meio rural? A primeira resposta encaminhada é procurar diagnosticar em que campos se explicitam os conflitos. Mazariegos e seu grupo apontam no âmbito da produção, no da planificação e no da convivência local. É claro que os diferentes campos estão articulados. Assim, na medida que aparecem os conflitos na área da produção pelo desaparecimento de atividades seculares, aumenta a necessidade de planificação para a redistribuição dos recursos, de modo a diminuir o impacto das mudanças. Quando essa planificação deixa de existir, não se gerando outro circuito de atividades, amplia-se o campo do conflito.

Portanto, sem criar propriamente uma tipologia, que no caso deixaria de captar a dinâmica do processo, os pesquisadores indicam:

a) no campo da produção, aparecem conflitos decorrentes tanto da desagrarização como da desindustrialização;

No âmbito da desagrarização, assinale-se que a redução do peso específico do setor agrário na economia dos países comunitários induz a uma reorientação na forma de produção, uma alteração de técnicas e do processo de trabalho. Ora, o setor agrário ressente-se das següelas de atraso estrutural, isto é, associativotécnico-cultural dos agricultores espanhóis, atraso esse agravado pelo envelhecimento da mão de obra do setor. Ocorre, então, por parte destes, uma demanda de tutela do Estado, o que colide com os tracos gerais da economia européia, marcadamente competitiva, bem como com as políticas da Comunidade Européia. Nesse sentido encontramos ações coletivas de caráter defensivo em grande parte do meio rural espanhol, principalmente naquelas regiões em que a integração ao mercado foi tardia. Do mesmo modo, os movimentos dos assalariados e suas reivindicações acabam por ser decorrentes da progressiva debilidade do setor agrícola.

No âmbito da desindustrialização, os conflitos estão ligados ao fato de ter a sociedade, num estágio pós-industrial, necessidade de alteração das fontes energéticas, acarretando por isso uma modificação que afeta as populações tradicionalmente vinculadas à produção mineira e indústria subsidiária. Assim, as zonas rurais de Astúrias, Huelva e Cartagena, afetadas pela supressão das minas, localizam-se nos planos gerais de reconversão das atividades regionais –plantio de florestas, criação de centros de lazer, reconstrução paisagística. Ora, um setor como o mineiro, tradicionalmente politizado, reage não apenas à perda de sua identidade

como trabalhadores (têm que se rearticular profissionalmente, passando a ter outras atividades, não mais industriais, mas agrícolas ou no terciário), mas também ao fato de localizar-se o centro de decisão sobre as políticas fora de seu âmbito de ação, e, conseqüentemente, as decisões lhes serem impostas. Por este motivo, os conflitos na área tendem a radicalizar-se pouco a pouco;

b) no âmbito da planificação, em geral os conflitos têm a ver com a ecodistribuição. O encaminhamento de resíduos da cidade para as zonas rurais, a utilização progressiva dos recursos hídricos com o desvio de rios em direção às áreas metropolitanas, o crescimento das urbanizações e a multiplicação de projetos de lazer em áreas anteriormente dedicadas à agricultura, tornam-se temas de atritos na zona rural, opondo grupos que apóiam ou não esses procedimentos, apoio naturalmente vinculado a diferentes interesses. A restrição dos benefícios em relação aos recursos hídricos, com a proibição de certas culturas que necessitam de irrigação como norma gerada pelos acordos internacionais, constituise também em ponto de atrito.

Além disso, há um nítido choque entre as administrações locais e o Estado central resultante das decisões impostas a nível central ou autonômico, referentes ou a encaminhamentos considerados lesivos à qualidade de vida rural ou, paradoxalmente, pelo motivo contrário, quando as localidades se opõem aos limites impostos pelos projetos de preservação ambiental considerados como obstáculo ao desenvolvimento das regiões. O que se torna claro, embora haja uma contradição evidente nos encaminhamentos, é o fato de os movimentos restringirem-se cada vez mais ao âmbito local;

c) no campo da convivência social os conflitos acabam por aprofundar-se. Em outras palavras, percebe-se a presenca de ten-

sões, que se explicitam comumente em conflitos e que emergem, muitas vezes em termos de mobilizações sociais.

Os pesquisadores apontam para um aspecto importante da situação. Enquanto os conflitos se dão nos campos da produção e planificação, o grupo local aparece como "comunidade", marcando fortemente sua identidade rural. No entanto, a homogeneidade apresentada é construída. Trata-se de uma unidade aglutinada como estratégia defensiva, que na realidade esconde uma comunidade fragmentada, centro nevrálgico de tensões conflitivas. A evolução contemporânea das sociedades rurais caracteriza-se pela dissolução de sua própria unicidade e homogeneidade em favor da heterogeneidade de suas estruturas sociais. De um lado, o crescente processo de desagrarização e de outro, a paulatina dissolução das fronteiras urbano-rurais são fatores que determinaram a fragmentação das comunidades rurais. O resultado é o aparecimento de um todo heterogêneo -oposição generacional, de sexo, de procedência, etc.- gerando pólos de tensões. Saltam aos olhos dois eixos de diferenciação: a) a oposição entre os velhos e os novos residentes; aqueles com tradição rural e agrária, estes gestados na cidade e sem raízes culturais com os "pueblos". b) mais do que este, outro polo de tensão é a localização dos setores migrantes -"gitanos" e estrangeiros- considerados "nômades" e contra os quais explode um conflito manifesto de caráter étnico.

Estas dissenções marcam a arena política. Há uma surda luta entre a classe de proprietários tradicionalmente dominantes (não necessariamente detentores de grandes áreas de terras) que se empenha em manter seu poder frente aos novos residentes, desconhecendo que as bases do poder, hoje, são outras. Esse desconhecimento das mudanças gera inúmeros conflitos locais.

Sintetizando, os autores mostram que a própria qualidade das transformações afeta não só os caminhos como a compreen-

são das mobilizações sociais. Isso impõe várias questões: qual a capacidade dos conflitos de articular-se de forma organizada? há uma clara definição do adversário? existe a possibilidade real de alcançar um mínimo organizativo para chegar-se à máxima capacidade negociadora face às instituições, mantendo-se a característica localista das organizações? os velhos troncos analíticos estão, conforme afirmam alguns autores, realmente superados, ou o problema reside no fato de que encontramo-nos frente a uma dificuldade de diagnosticar os parâmetros dentro dos quais se desenrolam os conflitos?

Refletindo a respeito do alcance do debate sobre os movimentos sociais proposto pelo grupo, podemos afirmar que, mostrar a passagem dos movimentos sociais organizados, ocorridos nas décadas passadas na Espanha como em outros países europeus, aos conflitos que hoje expressam as tensões existentes no mundo rural, significa ao mesmo tempo refletir sobre as mudanças ocorridas no conjunto da sociedade e colocar em questão as velhas fórmulas de percepção do social.

Se em um determinado momento a análise dos movimentos sociais rurais significava dar conta dos impasses de um setor de produção e de uma população de certa forma à margem dos processos econômicos alcançados pela sociedade urbano-industrial, hoje, estudá-los transforma-se em um momento de reflexão sobre um sistema econômico de caráter continental e de uma sociedade cada vez mais integrada.

Nesse sentido, discutir a origem, o desenvolvimento e o alcance dos conflitos sociais constitui-se em etapa fundamental para o estudo das relações sociais e das forças sociais em jogo na sociedade. A reflexão ganha mais importância porque o grupo não toma esses conflitos de forma isolada, mas como subprodutos de uma mudança radical de ordem econômica, social, política e cultural ocorrida

na Espanha da última década, que traz implicações de caráter demográfico, territorial, de organização social e política.

O princípio mais geral da proposta dos autores é que o rural deixou de ser exclusivamente agrário. Isso implica que não pode mais ser pensado "setorialmente" como as antigas propostas analíticas o faziam. Essa transformação de caráter mais geral afeta, necessariamente, o perfil dos movimentos sociais rurais. Conseqüentemente:

- a) se existe uma desagrarização em marcha, é evidente que o móvel dos conflitos vá deixando de ser agrário, sem deixar, evidentemente, de ser rural;
- b) uma vez que os limites rural/urbano são totalmente diferentes do que foram no passado, acaba por tornar-se difícil a tarefa de perceber os contornos exatos dos movimentos denominados rurais:
- c) a colocação das questões agrária ou rural ultrapassa os contornos estritos da sociedade espanhola, para ganhar contornos europeus;
- d) nesse sentido, o estudo permite inferir que, por não restringir-se aos limites de uma forma de produção -a agrária- conforme o eram os movimentos sociais de décadas passadas, a abordagem coloca problemas à própria formulação teórica e analítica dos movimentos sociais concretos feitas anteriormente (por exemplo: Landsberger, Stavenhagen, Huizer, Quijano, para citar alguns autores que buscaram estabelecer uma tipologia dos movimentos sociais rurais; ou ainda àquelas formulações que centralizam a questão no surgimento de novos atores);
- e) pode-se lembrar ainda, a partir dos dados fornecidos pelos pesquisadores, a especificidade da Espanha que, dada sua situação política marcada pela repressão durante décadas, não conheceu o mesmo caminho que ganharam as mobilizações sociais

rurais em outros países europeus (por exemplo, a França, onde o projeto de transformação agrícola do pós-guerra –a política de De Gaulle para a agricultura– acabou por absorver muitas das reivindicações dos produtores diretos –via cooperativas ou sindicatos– que acabaram por integrar os organismos dirigentes dessa política);

f) considere-se também, algumas conseqüências políticas, econômicas e sociais do período ditatorial, que acaba por "ralentar" o exercício democrático de direitos, de um lado; e, de outro, acaba por trazer reivindicações que padeciam de certo "atraso político", se as considerarmos no quadro geral da globalização. Por exemplo, as propostas de reforma agrária colocadas imediatamente à abertura democrática. Estas careciam não apenas de um diagnóstico claro sobre o agrário e o rural na Espanha, como também de uma visão mais abrangente sobre o curso mundial da economia e dos horizontes da integração européia. Por esse motivo padeciam de um perfil ideológico antes de ser um projeto que dava totalmente conta da situação econômica e avaliava as forças sociais presentes na sociedade. Isso explica, em parte, o insucesso de algumas medidas.

Claro que se abrem inúmeros problemas, que não podemos aprofundar imediatamente: a questão do imediatismo das mobilizações; a diferenciação entre o conflito visível e o que não salta imediatamente aos olhos; a questão de os movimentos "não se expressarem mais em termos de classes", como os autores sugerem; o problema do opositor dos movimentos.

Todavia, para além dos problemas que restam, uma coisa é certa: os pesquisadores ultrapassam as análises limitadas que vêem de forma fragmentária os movimentos sociais e, assim, abrem espaço para pensarmos o sentido das mobilizações e as transformações que as mesmas apontam. Se considerarmos no conjunto de sua temática, o debate do grupo Mazariegos, conforme vimos, busca compreender quais as conseqüências do processo de centralização detonado pela integração da Espanha à Comunidade Econômica Européia. Muitos problemas são levantados no procedimento. A reflexão ainda está em curso. Todavia podemos adiantar que faz-se um balanço enriquecedor das formulações tradicionais da Sociologia Rural, buscando conferir, assimilar, contrapor as explicações aos novos fatos que se impõem. Abre-se, assim, espaço para uma nova reflexão que terá, certamente, conseqüências profundas na análise do mundo rural não apenas para a Espanha ou para a Europa, mas que afetará também os países do hemisfério Sul.

## Bibliografia

- Alonso, L.E., J.M. Arribas y A. Orti, "Evolución y perspectivas de la agricultura familiar: de 'proprietarios muy pobres' a agricultores empresarios", in *Política y Sociedad*, nº 8, Madri, 1991.
- Arribas, J.M. y A. Lopez, "El proceso de profesionalización de los agricultores cerealistas", in *Agricultura y sociedad*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madri, abriljunho de 1989.
- Camarero, Luis Alfonso, "El mundo rural español en la década de los noventa: ¿renacimiento o reconversión?", in *Documentacion Social*, nº 87, abril-junho, 1992, pp. 9-28.
- Camarero, Luis Alfonso, *Del éxodo rural y del éxodo urbano:* ocaso y renacimiento de los asentamientos rurales en España, Tesis doctoral, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales/ Universidad Complutense, Madri, 1992.
- Comunidade Europeia, *El futuro del mundo rural*, Comunicación de la Comisión al Consejo y al Parlamento, Documento 7957/88 agosto de 1988.
- Mazariegos, Josechu Vicente e Carlos Moya, "Viajes y retornos de una y otra parte", in *Política y Sociedad*, nº 8, Madri, 1991.
- Mazariegos, Josechu Vicente e Fernando Porto Vasquez, "La implicación de la mujer en la agricultura familiar: apuntes sobre el proceso de desagrarización en España", in *Política y Sociedad*, nº 9, Madri, 1991.
- Mazariegos, Josechu Vicente, "Las mujeres en la agricultura europea: elementos para su estudio sociológico", in *Agricultura y Sociedad*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, Madri, abril-junho, 1989.

- Mazariegos, Josechu Vicente, "Presentación", in *Política y Sociedad*, nº 8, Madri, 1991.
- Mazariegos, Josechu Vicente, *El ojo de Dios o la sociedad itine*rante. Texto provisório, Madri, 1993, mimeo.
- Mazariegos, Josechu Vicente, F.P. Vasquez, L.A. Camarero e M.R. Sampedro, Situación socioprofesional de la mujer en la agricultura, V volumes, Madri, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1991, 1992 e 1993.
- Mazariegos, Josechu Vicente, L.A. Camarero e F. Rodriguez, "Los campos de conflictividad en la España rural", Universidad Complutense, Madri, 1993, mimeo.
- Mazariegos, Josechu Vicente, L.A. Camarero e M.R. Sampedro, *Mujer y ruralidad. El circulo quebrado*, Madri. Ministerio de Asuntos Sociales/Instituto de la Mujer, 1991.
- Montero Bartolome, Mercedes, "Sociedades rurales e innovación tecnológica: reflexiones preliminares", in *Politica y Sociedad*, nº 9, Madri, 1991.
- Montero Bartolome, Mercedes, Programa de curso e justificação, Facultad Politecnica, Madri, 1993.
- Rodriguez, Fernando, *Las relaciones medio ambiente-desarrollo*paisaje. Usos, valores y conflictos por la utilización de los recursos, Universidad Complutense, Madri, 1993.
- Sampedro, M.R., "El mercado de trabajo en el medio rural: una aproximación a través del género", in *Política y Sociedad*, nº 8, Madri, 1991.

# DEMOCRACIA E DESINFORMAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Carlos A. Lungarzo\*

"Uma vez, num reino imaginário, um mendigo se aproximou do rei.
-É verdade que Vossa Majestade está empenhado numa guerra contra a miséria?
-Não só isso -respondeu o rei-; já estamos ganhando a guerra.
-E por que a gente ainda vive na miséria? -perguntou o mendigo.
-Porque vocês estão perdendo". 1

O físico Max Born, em seu delicioso livro *The restless universe*, se espantava que o homem tivesse inventado urna palavra para algo que não existe: *o repouso*. A contrapartida dessa reflexão para o caso das ciências humanas poderia talvez ser oferecida pelo uso da palavra *democracia* nos países subdesenvolvidos.

No estilo da "sociologia-propaganda" norte-americana, um lingüista estadunidense afirmava que no inglês não havia uma palavra específica para *golpe militar* (e por isso se utilizava o

<sup>\*</sup> Departamento de Filosofia do IFCH/UNICAMP.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> The wizard of Id, estória em quadrinhos publicada pelo Montreal Star, em janeiro de 1971.

termo francês *coup*), porque os países anglosaxões sempre foram democráticos. Se essa assertiva fosse verdadeira (por sinal, "golpe militar" está bem representado por *military onslaught*), as variantes do português e do espanhol utilizadas na América Latina não deveriam conter o termo "democracia".

De fato, se democracia é algo mais que uma palavra de ordem *(um homem, um voto)*, e um mecanismo formal, pelo qual, teoricamente, os cidadãos elegem os representantes aos poderes públicos que, também teoricamente, deverão cuidar de seus interesses em benefício de uma também teórica isonomia dos habitantes, então os países subdesenvolvidos nunca conheceram mais do que aproximações, muito imperfeitas, à democracia.

#### Tradição democrática e autoritária

Depois de lograr sua independência da Espanha e de Portugal, as novas nações da América do Sul apresentavam um quadro algo diferenciado. A principal demarcação estava entre o Brasil e a América Espanhola, pelo fato de terem sido colônias de países que, embora similares, apresentavam algumas divergências.

O Brasil tinha ao menos duas singularidades:

Uma, a de ser um império, mesmo durante o primeiro período da independência.

A outra, a enorme proporção de mão de obra escrava de origem africana, aspecto no qual foi superado apenas pelos Estados Unidos e Haiti.

Estes dois fatores, e a circunstância de não ter tido uma revolução democrático-burguesa, como foi a Guerra Civil norte-americana, poderiam ter gerado uma cultura fortemente autoritária e antidemocrática, mas algumas outras variáveis tiveram incidência para que a resultante fosse bastante original.

Idéias, Campinas, 3(1):47-76, jan./jun. 1996

Por sua localização geográfica, o país adquiriu uma importância essencial na geopolítica latino-americana (e não apenas na América do Sul), que nem o México nem a Argentina poderiam substituir.

Tempo depois, a singularidade geopolítica do Brasil (posição territorial bihemisférica, costa comprida sobre o Atlântico) determinou um fluxo imigratório apenas ultrapassado pelos próprios Estados Unidos, o que gerou uma combinação étniconacional, que teve influência decisiva no espírito cosmopolita da população, e estimulou a criação de uma sociedade algo mais moderna e industrial que o resto do continente.

Por outra parte, ainda que a colonização portuguesa tivesse sido uma das mais atrasadas da Europa, a influência britânica que sempre se exercera sobre Portugal em sua querela com a Espanha, foi transmitida às colônias em alguns de seus aspectos jurídicos e culturais progressistas.

A América Espanhola, por sua vez, era relativamente homogênea, variando só depois dos processos migratórios europeus. Os países do Pacífico tinham população dominantemente indígena ou mestiça, com alguns enclaves africanos significativos (por exemplo, Colômbia). Os grupos de origem hispânica, ou com pequeno grau de miscigenação, constituíam principalmente as oligarquias nacionais.

Os países hoje considerados replicações americanas da sociedade européia, (Argentina e Uruguai), eram, na época, menos diferenciados.

Como fora indicado muitas vezes na literatura, nos países hispânicos houve uma pesada herança gerada pela forma da conquista. Esta esteve baseada em valores abstratos, intangíveis e irracionais, que não eram apenas ideológicos, mas implicavam também uma exaltação patológica do ego do conquistador. Por exemplo, Vivas explica com notável sutileza, como o conquista-

dor, aderindo a crenças ideais e desumanizadas *(el honor, la virilidad, la lealtad al rey,* etc.), exercia, na prática uma sangrenta e impiedosa violência, na procura do poder, do ouro e da glória.<sup>2</sup>

O problema da violência tem um papel central na explicação dos fenômenos que impediram à América Latina e em particular à América do Sul desenvolver um sistema que se aproximasse da democracia.

É com base nessa violência, que as primeiras elites poderão evitar de maneira indefinida a formação de uma real consciência cidadã, e manter facilmente os grandes grupos sociais num estado quase total de desconhecimento de seus direitos, de absoluta desinformação, enfim de "brutalização".

Como indica, entre outros, Stokes,<sup>3</sup> numa análise parcialmente vigente da violência latino-americana, a eliminação da força e da violência como método de poder na América Latina, exigiria uma reformulação completa do modo de vida da sociedade civil destes países.

Como veremos depois, quando a violência indiscriminada perde seu "prestígio" (seja pela pressão dos defensores dos direitos humanos nos anos de 1970, seja pela surpresa do imperialismo face ao desafio das ditaduras subservientes, como no caso da Guerra do Atlântico Sul, em 1982), o poder central e as elites locais articulam também métodos pacíficos de imposição, como a manipulação ideológica e informativa.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Cf. Eliseo Vivas, "The Spanish heritage", in *American Sociological Review*, X, 1945, pp. 184-191.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. William S. Stokes, "Violence as a power factor in Latin American politics", in *Western Political Quarterly*, V, 1952, pp. 445-469. Stokes está certo ao considerar que o primitivismo de nossos povos é um "inimigo interno" da democratização, mas parece desconhecer a incidência decisiva do imperialismo neste atraso.

Uma análise da América Latina em seu conjunto é impossível numa breve nota. Mas pode-se justificar a exclusão da América Central, México e Caribe, por sua estrutura mais autoritária, devida à falta de influências modernizantes, e ao controle direto dos Estados Unidos.

No caso da América do Sul, o controle norte-americano foi sempre algo mais indireto, pelo qual o condicionamento de nossas "democracias" deveu se utilizar não apenas de métodos militares (a última agressão armada a um país desta região foi o bombardeio do porto de Maracaibo em 1902), mas também da propaganda, da educação, da "compra" de intelectuais, e de todos os recursos que implicassem transmissão de informação e formação de opinião.

Concretamente, os países onde é mais interessante estudar as neo-democracias são Argentina, Brasil e Chile. Com efeito, devido à alta taxa de urbanização e de população de origem européia (62% no caso do Brasil, 88% no caso da Argentina, em 1970) é mais absurdo ainda argumentar, como foi insinuado muitas vezes, que a democracia na América do Sul é um sistema *alheio* (sic) ao espírito destes povos. Embora a afirmação (não poderíamos chamá-la um argumento) tenha sido defendida por setores nacionalistas e neofascistas, ela foi um *slogan* muito prezado por liberais e conservadores antes da década de 1980, quando a "democracia" pareceu se transformar num adequado método de perpetuação do poder.

Destes três países, o que mais se aproximou ao modelo democrático foi o Chile. As classes dominantes admitiram o caráter cíclico do governo como maneira de manter o poder sem provocar comoções sociais.

Contudo, a transparência no processo sucessório poderia conduzir a burguesia a perder parte do controle, como de fato esteve perto de acontecer três vezes: em 1938, em 1946, e especialmente em 1970, com o governo de Allende Gossens, violentamente derrubado pelo primeiro golpe militar desde 1924.<sup>4</sup>

O trágico final da Unidade Popular foi uma demonstração evidente de que nem as oligarquias da região nem seus *bosses* permitiriam qualquer autêntica democracia no subcontinente. Mas o golpe produziu um efeito colateral, ao mostrar aos Estados Unidos que a possibilidade quase ilimitada de evitar a democracia pela força, não impedia que a própria imagem do imperialismo sofresse um desgaste, e criasse situações próximas ao atrito, por exemplo, durante o simbolicamente humanitário governo de Jimmy Carter.

Na Argentina, depois de um curto período (1816-1820) em que o poder esteve influenciado por políticos iluministas e revolucionários, as elites se dividiram em dois grandes grupos: os liberais "modernizantes" que encontraram a solução para os problemas do país no submetimento à Grã-Bretanha, e os conservadores de origem rural, que promoveram um regresso nostálgico às praxes típicas da antiga colônia (por exemplo, a eliminação do ensino público e a restauração da escravatura).

O exercício inescrupuloso e irresponsável do poder foi tão grande, que até José de San Martin, cujo prestígio não era discutível, optou pelo exílio.<sup>5</sup>

A real diferença entre os dois setores da oligarquia foi ideológica, determinada pela alternativa entre uma volta ao coronelismo feudal e uma "modernização" burocrática baseada na dependência, pois os interesses estruturais de ambos os grupos não eram demasiado antagônicos. Inclusive, o autoritarismo de estilo

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Cf. José Nun, "A Latin American phenomenon: the middle class military coup", in *Trends in Social Sciences Research in Latin American Studies*, California, University of California Press, 1965.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Cf. Eric Hobsbaum, *Las revoluciones burguesas*, Guadarrama, Madri, 1971, p. 202.

imperial coexistiu com a subserviência à Grã-Bretanha no caso do ditador Juan Manuel de Rosas, quem, no entanto, foi decisivo no robustecimento da economia.<sup>6</sup>

No século XX, a Argentina conheceria governos conservadores apoiados no enorme poder da oligarquia agro-exportadora, e dois regimes reformistas baseados num frágil compromisso entre as diversas classes sociais e as corporações, que acabaram sendo paralisados e expulsos (Yrigoyen em 1930 e Perón em 1955).

A ditadura militar de 1976 seria o começo de um processo novo que, em menor medida, tinha sido antecipado no Chile em 1973: a destruição da indústria nacional e o esvaziamento do movimento operário, o que faria possível a instauração do neoliberalismo. A diferença principal foi a inusitada violência e o radicalismo do programa argentino de extermínio e destruição social, desconhecidos na região.

Nos anos de 1980, enquanto no Chile o liberalismo coexistia com o governo militar, e depois com democracias condicionadas, a Argentina foi obrigada a uma abertura democrática que embora totalmente formal, foi bastante completa. Tanto os crimes da ditadura, como a "concorrência bélica" com os próprios imperialismos, refutaram a crença na utilidade da violência e forçaram as elites a uma forma juridicamente democrática de governo.

As dimensões continentais do Brasil explicam as diferenças. A heterogeneidade cultural e nacional, e depois a diversidade econômica, exigiram das oligarquias nacionais muitos acordos e negociações que não foram necessários nos países da América Espanhola. Também o fluxo migratório desde finais do século XIX até datas bem próximas, com a conseqüente geração de novas classes altas e médias, produziu uma sociedade que, pese a

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Cf. Waldo Ansaldi, "La forja de un dictador", in *Crítica y Utopia*, V, pp. 23-92.

Idéias, Campinas, 3(1):47-76, jan./jun. 1996

seu enorme desequilíbrio sócioeconômico, foi mais moderna do que as obscuras origens monárquicas teriam feito prever.

Todavia, esses traços imperial-escravagistas estiveram sempre presentes na vida do país se misturando com os traços modernos. É certo que algumas medidas reacionárias foram mais difíceis ou ao menos mais demoradas de aplicar (como a destruição do Estado e dos sistemas de bem-estar, eternos inimigos da ultradireita liberal), mas também conquistas democráticas mínimas, como o voto universal, foram extremamente tardias.

Mesmo que oficialmente não existisse o voto censitário, a falta do direito de voto aos analfabetos e a mediação dos colégios eleitorais, transformaram as eleições diretas e universais numa novidade só atingida plenamente em 1989.

O Brasil não podia fugir da estratégia geral dos Estados Unidos para a América Latina, mas seu perfil diferente gerou formas também diferenciadas de autoritarismo e tipos mais específicos de relação com o capital transnacional. Assim, o regime militar a partir de 1964, se desenvolveu durante duas décadas, misturando elementos próprios das ditaduras da região com componentes jurídicos e legislativos mais próximos de uma semidemocracia, ou, como fora dito por alguns de seus líderes, uma democracia relativa.

## Informação e atividade intelectual

Durante a década de 1980, os Estados Unidos já tinham clareza sobre os limites da política do *big stick*. As forças armadas não eram totalmente homogêneas, e mesmo dominadas pelas oligarquias, podiam tomar decisões imprevisíveis que atrasavam o processo de penetração definitiva nos mercados latinoamericanos.

As políticas a serem aplicadas respondiam às necessidades dos países ricos, que, desde 1980 tiveram características muito específicas:

- a) necessidade de estabilidade monetária nos países pobres,
   para que os excedentes de exportação pudessem ser facilmente
   vendidos em nossos mercados;
- b) aviltamento do setor público para viabilizar a política de compra de grandes empresas e serviços estatais;
- c) redução do preço das matérias primas ao mínimo possível (fato já logrado com o estanho da Bolívia e o cobre do Chile, por exemplo).
- d) esvaziamento das ideologias locais, por falta de inimigo aparente, como método de prevenir novos surtos revolucionários (de fato, desde 1985 em diante, só se registram insurreições isoladas, como o movimento chiapaneco no México, e algumas ações, cada vez mais fracas, do Sendero Luminoso, no Peru).

A perpetuação do sistema na América do Sul teve base numa combinação de violência e manipulação da informação, pelo menos desde finais do século XIX. O que foi variando em épocas posteriores foi a proporção entre os dois componentes. A violência foi majoritária e às vezes, quase absoluta até a década de 1980. Durante os anos de 1970, as ditaduras da Argentina e do Chile se preocupavam pouco por convencer a opinião pública, e a política de "manter a imagem" foi substituída pela repressão extrema.

Nos começos da década de 1980, vários fatores induziram os Estados Unidos a valorizar a democracia formal na América do Sul como melhor método de controle.

As ditaduras estavam economicamente esgotadas, e a troca de "dinheiro doce" por "liberdade" já não era possível.

O conflito do Atlântico Sul mostrou ao Pentágono que seus aliados fascistas não eram viáveis, e podiam morder a mesma mão que lhes fornecia dólares e armas.

A tarefa das ditaduras estava cumprida: desmoralização da esquerda, destruição da burguesia nacional, endividamento dos países. A obra suja tinha sido feita; precisava-se agora da obra "limpa" para a qual eram essenciais aliados "civilizados".

Na Argentina e no Chile, as oligarquias locais tinham-se reorganizado, e podiam se colocar de maneira mais cômoda como parceiros do grande capital transnacional. No Brasil a situação foi mais complexa: o compartilhamento do poder entre ditadura e democracia já não era uma alternativa prazerosa para as classes médias e altas. Estas ainda almejavam a posição de elites continentais, que, pela peculiar história e geografia do Brasil, não era um objetivo totalmente irrealista.

Na totalidade da região, a democracia, reduzindo a violência, e, portanto, as reclamações tanto internas como externas, devia também garantir a escolha dos *candidatos certos* ao projeto ultra-liberal, pois, em caso contrário, o risco de retrocesso na política de penetração era grande.

De fato, desde 1984, os candidatos eleitos foram quase certos. Na Argentina, foi o primeiro um candidato pressionável pelos grandes grupos, e depois um segundo que podia executar as políticas antes esquematizadas. No Chile, um governo paralelo ao poder da oligarquia representada pelo exército. No Brasil, um governo de transição em 1985 e uma promessa de projeto liberal em 1989, que ficou frustrada pelas desavenças internas das elites.

Como foi possível garantir, na totalidade da América do Sul, e da América Latina em geral, os candidatos favoráveis ao novo projeto, mesmo quando este seria objetivamente nefasto para, no mínimo, uns 60% da população?

É nesta etapa histórica que os processos de informação ao serviço das neo-democracias são aprimorados.

Embora sempre tivessem existido em épocas anteriores (educação e moral oficiais, propaganda, contra-informação, difusão de boatos, espionagem) e já tivessem sido utilizados pelo menos desde a Guerra Civil Espanhola (onde surgiu o termo quintacoluna), a necessidade de vestir o processo com formas civilizadas, exigiu o emprego de métodos mais elaborados nos últimos anos.

Com um súbito desprezo pelas formas ditatoriais que antes apoiaram, as elites e o imperialismo encontraram na democracia urna opção evidente, produzindo a inversão entre violência e manipulação de informação.

Este período semi-pacífico do subcontinente está marcado, entre outro sinais, pelo fato de que alguns países saíram das listas negras da Anistia Internacional, pelo menos durante algum tempo.

Embora a violência continue, esta é exorcizada oficialmente. Simulam-se (e às vezes, executam-se) medidas tendentes a diminuir a brutalidade contra os pobres e os marginalizados. Inclusive, a violência dirigida contra opositores políticos atinge sua taxa mais baixa em todo o Cone Sul desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Como se manifestam as novas formas de controle por meio dos mecanismos democráticos?

A maneira mais clássica, é a informação carregada de ideologia.

Esse método é tão antigo que encontramos rastos dele tanto nas advertências de Lutero contra as doutrinas "subversivas" da época, como nas medidas policiais do ministro Fouché contra os estrangeiros. Um discurso aparentemente tão moderno como o macarthysmo, se proferia, porém, com toda sua emocionalidade

atual, já na época de Marx e Engels, que ridiculizam no *Manifes-to* a imagem do "fantasma que percorre Europa".

Nos meios de comunicação mais "neutros", ou sob as formas mais refinadas de desinformação, a pregação violenta é substituída por expressões sutis e subliminares. Termos com dupla informação são utilizadas de maneira aparentemente inofensiva.

Theôtonio dos Santos dá como exemplo, o uso por parte das ditaduras e da propaganda norte-americana do termo "Rússia Comunista", apesar de que, desde 1917 (e até 1991, data posterior ao trabalho de dos Santos) a Rússia não era chamada oficialmente com esse nome, senão com o de União Soviética, e, de outro lado, de acordo com a teoria marxista, leninista e incluso stalinista, nunca existiram *países* comunistas.<sup>7</sup>

Mas a comunicação ideológica nem sempre teve a mesma intensidade. Em certos períodos, o sistema se limita a informações irônicas ou levemente distorcidas, que mostram uma imagem negativa do inimigo sem lhe acusar de maneira direta.

Com o final das ditaduras, e o surgimento de grupos profissionais e religiosos mais progressistas, também a versão mais sutil de informação ideológica foi sendo abandonada. Com efeito, durante os anos de 1980 e 90, depois da desaparição do bloco socialista, a condenação enérgica do marxismo ficou relegada a grupos extremamente obscuros e alienados. Mas também o discurso moderno de propaganda anticomunista ou "pródemocrática" subliminar começou a parecer arcaico.

Da primeira forma, mais direta, de propaganda só ficaram algumas amostras em setores neo-falangistas ou, durante momen-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Cf. Theotônio dos Santos, "Brazil: the origins of a crisis", in Chilcote & Edelstein, *Latin America: the struggle with independence and beyond*, Nova York, Wiley, 1974, p. 460. Desafortunadamente, não tive acesso à edição original deste trabalho.

tos críticos, em governos ou grupos políticos atacados por vestígios da antiga paranóia. Em 1993, algumas revoltas urbanas sem transcendência na Argentina, evocaram a imagem de urna vasta conspiração que viria do sul do Rio Bravo e passaria pelo Brasil. Mas esses fatos começam a ser mais raros.

Da forma "comunicacional" de lavagem de cérebro, permanecem algum rastos nas notícias aparentemente objetivas, por exemplo, as que descrevem situações limites da população cubana. A direita fica sem os grandes inimigos.

Ultrapassado o período de confronto com o comunismo, o sistema adquire uma certa frieza anti-ideológica, típica do pragmatismo financeiro do neo-liberalismo, e concentra seus esforços numa tarefa talvez mais difícil que a venda de uma imagem negativa do inimigo: é a venda de uma imagem positiva do próprio sistema.

Mas antes disso, durante os anos de 1980, em quase toda a América do Sul, será necessária uma propaganda e elaboração de informação mais próxima dos critérios "científicos" que só poderá ser empreendida por uma comunidade de intelectuais.

Os países com maior desenvolvimento cultural tiveram uma maior proporção de "ação informativa" de natureza "científica". Exemplo típico foi o *think tank* da Argentina, a partir de 1984, onde economistas, sociólogos, filósofos, lingüistas e outros estudiosos realizavam atividades que visavam, desde mascarar a situação econômica até mostrar as falácias lógicas dos discursos dos sindicatos e outros agrupamentos populares.

Antes da Revolução Tecnológica, e paralelamente com ela, coube aos intelectuais um papel mais importante do que parece na formação de opinião. Não foram todos os intelectuais nem uma parte importante dos que tinham militância progressista, mas sim os que até 1980 representaram as formas metafísicas e confusas de *esquerda*.

Seu efeito foi subestimado pelos militantes, que os consideraram uma elite divorciada das classes populares, com programas críticos e inviáveis cuja missão era se afirmar como *alternativos* (e, portanto, originais) dentro de um sistema que os tolerava por ter consciência de sua inocuidade.

O que não foi claramente previsto pelos intelectuais militantes, é que, primeiro inconscientemente, depois de maneira mais sistemática, esses "dissidentes" cumpriam um papel complementar dos "veículos de informação" para desestimular os projetos populares exeqüíveis, e, numa fase posterior, para se opor a eles.

Com efeito, durante as décadas de 1960 e 70, era frequente que pensadores considerados "marxistas", atacassem as propostas reformistas e democráticas por "fracas", "conciliatórias" e "complacentes".

Como, por sua vez, atribuíam aos países socialistas da época, a substituição do socialismo real pelo stalinismo, o resultado foi a formulação de um marxismo abstrato e de um sociologismo técnico, não apenas ininteligível pelas massas, mas também inaplicável em qualquer sociedade real.

A única reivindicação era uma proposta derrotista dentro da qual "tudo estava errado", "tudo era obra da burguesia", e, portanto, não se podia fazer nada de útil.

Nos países que estamos mencionando, três exemplos fundamentais são os seguintes:

A Unidade Popular do Chile, triunfante em 1970, foi criticada por muitos intelectuais progressistas, com o argumento inexato de que não se tratava de um governo popular mas apenas de uma socialdemocracia transvestida de socialismo.

A Aliança Popular Revolucionária, força razoavelmente democrática que disputou as eleições gerais de 1973 na Argenti-

na, foi qualificada de "alienada" e "gorila" pelos intelectuais autoqualificados de revolucionários.

No Brasil, a situação foi um pouco diferente. A *intelli*genstia "marxista" se aproximou muito mais à direita que nos outros países.

Um motivo para isto foi a repressão relativamente leve se comparada com a do Chile e da Argentina, que, em vez de banir opositores massivamente (mais de 50.000 no Chile), ou assassinálos (entre 30 e 40 mil na Argentina), preferiu aposentá-los, afastá-los de seus centros de trabalho, ou deixá-los em paz para que pudessem criar suas próprias instituições. De fato, se se faz uma lista de intelectuais (famosos ou não) que tiveram necessariamente de se exilar, o Brasil apresenta números que são menos de 20% dos casos similares no Chile, e de 6% dos da Argentina.<sup>8</sup>

No Brasil, o papel de alguns intelectuais "marxistas" pode ser visto não só apenas por sua complexa posição à respeito da ditadura (uma combinação de afirmações abstratas sobre os direitos humanos, e as injustiças do capitalismo, com esforços para

Em 1981, o Alto Comissariado para os refugiados das Nações Unidas, comunicava desde seu Centro para a América Latina e o Caribe, que os exilados argentinos excediam dos 200.000. Contando também os chamados "deslocados" (pessoas que fogem da repressão mas não têm estatuto oficial de refugiados) desse país, as organizações de direitos humanos, tanto da OEA, como da própria ONU, admitiam números que davam um promédio próximo dos 700.000. Destes, a maioria eram sindicalistas ou trabalhadores normais, mas foi estimado por sociedades locais vinculadas aos exilados que ex-membros de universidades, escritores, jornalistas e outras categorias de intelectuais, deveriam exceder os 50.000. Este número é umas vinte vezes maior que os de brasileiros realmente fugitivos da repressão nos anos de 1960 e 1970. Certa confusão nas estatísticas é devida ao fato de que o Brasil tinha muitos estudantes e bolsistas no exterior, que não foram objeto de perseguição, mas em algumas pesquisas aparecem como parte dos refugiados.

prestigiar o país e ajudar ao progresso, para o qual foram bemvindas as vantagens que a ditadura oferecia).

Este aspecto é só uma parte de um problema, e teria sido bastante compreensível (se não tivesse sido enfeitado com rituais declarações democráticas), pois, em alguns países centrais, o apoio cerebral dos intelectuais ao sistema é freqüente, mesmo em casos de guerra e agressão.

Mas o verdadeiro perfil desta *intelligentsia* pode ser melhor avaliado depois da queda da ditadura, quando a livre concorrência democrática elimina preconceitos. O sistema aceita ver os intelectuais já não como contestatários irritadiços, senão como verdadeiros aliados.

Uma das amostras desta imagem pública ocorre em relação com o PT ao qual um grupo significativo da *intelligenstia* ataca com os argumentos classistas mais vulgares: a *breguice* dos candidatos, a falta de formação superior de seus líderes, o desconhecimento do francês ou do inglês.

Se os intelectuais "progressistas" tiveram algum papel na democratização formal (especialmente nas sociedade do Cone Sul, onde existe uma arcaica veneração da "informação" e da "cultura"), seu maior relevo surgiu na época pós-autoritária, como agentes da *racionalidade* do liberalismo.

Nas neo-democracias, os intelectuais "ex-marxistas" são muito importantes como geradores de informação, muito mais do que o seriam em regimes realmente democráticos. As razões são várias:

- a) o domínio do discurso "progressista" permite transmitir mensagens que a classe média e a burguesia bem intencionadas gostam de ouvir, pois comunicam um sossego para eventuais crises de consciência;
- b) os conhecimentos que estes especialistas possuem do "interior" da mentalidade de esquerda, lhes permite uma melhor

neutralização e obstrução de novos setores socialistas ou progressistas;

c) a maior familiaridade com as ciências humanas, (filosofia, psicologia, sociologia, lingüística, jornalismo, etc.) fornece, sem dúvida, elementos que nem sempre estão ao alcance dos técnicos dos *midia*.

É interessante que a elite culta, como transmissora de informação ideológica de alto nível intelectual não tenha sido estudada com a extensão que merece. Uma das poucas análises claras sobre esse assunto, foi apresentada por Bertrand Russell numa brilhante palestra proferida nos anos de 1950.9

Embora de maneira rápida e não documentada, Russell logra transmitir uma imagem cheia de frescor em relação com os intelectuais (especialmente os cientistas), que, em sua análise, aparecem sempre vinculados aos interesses mais sinistros da sociedade. Com seu habitual senso de humor, Russell percorre desde Arquimedes até os modernos cientistas nucleares, e mostra que até o idealizado Galileu foi respeitado pelos príncipes por seus conhecimentos da tecnologia de guerra, e que Lavoisier foi enviado à guilhotina porque suas descobertas químicas ainda não podiam ser aproveitadas para fins militares.

Mas se esse foi o papel dos intelectuais das ciências exatas, muito mais importante é hoje o dos especialistas em ciências humanas

Sua tarefa não é apenas fazer parte dos quadros que assessoram as oligarquias (a chamada *tecnocracia*), mas também emprestar sua imagem para condicionar os processos eleitorais pelos quais essas oligarquias se preservam no poder *legalmente*.

Idéias, Campinas, 3(1):47-76, jan./jun. 1996

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Cf. Bertrand Russell, "As responsabilidades sociais dos cientistas", in Ética e ciência. Buenos Aires, I. I.

Traduzido por mim do original inglês aparecido em *Science*, em fevereiro de 1960.

A imagem destes intelectuais pode ter sido exagerada pelo narcisismo típico dos próprios grupos acadêmicos, mas não deve ser subestimada pela militância progressista, que, se baseando no princípio da *alienação* destes "sábios", ignoram o caráter vulnerável das grandes massas aos pensamentos e raciocínios refinados, com os quais são construídas peças de retórica que um setor amplo da classe média identifica com a "cultura" como bem de consumo.

Se, atualmente, na era da tecnologia, fortes meios de comunicação dedicam grandes e caríssimos espaços a intelectuais que, diferentemente dos artistas, não produzem bens de consumo massivo (músicas, pinturas, quadrinhos, danças), senão teorias abstratas e de difícil (ou impossível) entendimento, isso não é um erro de *marketing*.

A figura do intelectual especializado, que lida com conceitos "complicados", gera na mente do cidadão comum o ideal de cultura, perfeição e refinamento que ele gostaria de atingir. Nos países da América do Sul, em diferentes medidas, estes exemplos abundam. São os líderes culturais, pessoas que opinam sobre temas vários e heterogêneos (sexo, família, juventude, educação, diplomacia) com invariável autoridade e sem qualquer hesitação. Eles mostram uma face honesta e até heróica, evocando confusos e antigos desentendimentos com governos autoritários. Mostram o lado "racional" da vida burguesa, que os mídia complementam com o lado emocional (novelas, reportagens), o lado puramente material (objetos de conforto e produtos de tecnologias avançadas) e o estético (a beleza, humana ou natural, os ideais paradisíacos de vida, etc.).

Para o cidadão comum o intelectual é um complemento positivo de suas ambições burguesas. Ele gostaria de ser rico, bem sucedido, e também de reconhecido talento. Essa identificação encontra no intelectual um de seus elementos.

Mas, além de sua imagem pessoal, o intelectual pode transmitir ao público culto uma mensagem direta, até com mais autoridade que um apresentador normal ou um jornalista profissional. Ele pode explicar que o voto correto deve ser dirigido a determinado candidato, e se utiliza de uma série de razões que ninguém entende, mas todos acham que devem estar bem fundamentadas.

A sacralização das classes média baixa e popular por parte do marxismo clássico, sempre desvalorizou este ponto de vista, atribuindo às grandes massas uma excelência antropológica que as livrava do risco de erro e de ser enganadas. Confundia-se, assim, a igualdade de direitos de todos os seres humanos, com a igualdade de capacidades específicas (como a de poder decodificar uma mensagem carregada de desinformação).

Na sociedade pós-moderna, com sua forte componente tecnológica e profissionalizante, o intelectual deixou de ser um elemento raro que só se encontra nas academias. Ele é mais um trabalhador, que, mesmo identificado com os ideais aristocráticos da antiga academia, pode vender sua força de trabalho em diferentes mercados. E os mais lucrativos são aqueles que o sistema organiza para sua autodefesa.

## Informação e tecnologia

Mas a coexistência dos intelectuais com a tecnologia é um fato novo. Antes desta nova era da informação, a tarefa dos estudiosos como aliados do poder era, se menos eficiente, igualmente ativa. Bastaria fazer uma lista dos grandes pensadores e estudar suas vinculações com o sistema em diversas épocas.

Inclusive, a modernização da informação, permitiu também que muitos intelectuais pudessem progredir por meios próprios, ignorando este submetimento ao poder.

Hoje não seria tão válido como 30 anos atrás, a afirmação de que o intelectual deve "vender-se". Os novos espaços da atividade cultural e intelectual permitem que essa "venda" seja totalmente voluntária, sem que o pretexto da marginalização ou a perseguição justifique moralmente a subserviência.

Mas a forma mais intensa de condicionamento informativo da opinião não é contudo, obra das academias nem da educação. Atualmente, dentro da margem de liberdade deixada pelas neodemocracias, as escolas e os intelectuais podem optar por se afastar do colaboracionismo e até, eventualmente, tentar esclarecer os cidadãos. O sistema, neste período de predomínio da sutileza sobre a violência, não os pune como na época das ditaduras, mas se limita apenas a isolá-los economicamente.

Um exemplo desta estratégia é o estado pavoroso da educação básica na América do Sul, enquanto que os centros onde se formam as elites recebem maior atenção, dependendo do grau de esclarecimento das classes dominantes dos diferentes países (por exemplo, muito baixa na Argentina e maior no Brasil, onde a elite valoriza mais o refinamento intelectual). 10

Estas considerações descrevem apenas a *privação de informação*, processo pelo qual o cidadão é submetido a estado cada vez maior de ignorância, de falta de auto-estima, e de incapacidade de pensamento crítico.

A diferença entre estes dois modelos merece uma análise muito precisa que não caberia num texto pequeno. Brevemente, a Argentina é uma das maiores herdeiras da tradição anti-reformista e anti-iluminista espanhola, consolidada depois da unificação da Espanha pelos reis católicos. O Brasil foi muito mais influenciado pelas tendências culturais anglosaxônicas, que, mesmo num contexto capitalista, são muito mais progressistas.

A face *ativa* da manipulação de informação inclui, como parte privilegiada, a comunicação com as grandes massas, geralmente as menos preparadas, para as quais o discurso dos intelectuais é mais indiferente que para a classe média.

Em auxílio da desinformação massiva, as democracias dos últimos 15 anos encontraram um aliado fundamental na tecnologia, que não por acaso avançou marcadamente na mesma época.

Em outubro de 1994, um alto magistrado brasileiro observava que as pesquisas de opinião contribuem para gerar a idéia de que certos candidatos (os que teriam mais intenções de voto) são mais adequados que os outros ao cargo a que aspiram.

Esta observação, que não visa restringir o direito à informação real, cria um grave problema.

Ignorando-se as bases técnicas sobre as quais foram colhidas as opiniões, se aceita como verdadeira uma suposição que geralmente as urnas confirmam com um erro maior do que seria previsível. É, em termos vulgares, uma difusão de "boatos" qualificados. Não seria um argumento correto o fato de que a população não saiba como elas se realizam, porque na maioria dos casos, utilizamos produtos de tecnologia cujo funcionamento não conhecemos. Mas sim é uma objeção séria a de que, no momento de abrir as urnas, só podem ser verificadas as tendências últimas, as mais próximas do momento da eleição.

Se um candidato aparecia indicado em março com 30% de intenções, e em agosto com 15%, e as eleições demonstram que ele tinha 18%, nunca poderemos saber se a pesquisa feita em março era correta.

A manipulação desta informação pode ser feita com absoluta impunidade, e teria o mesmo efeito se as primeiras pesquisas (que contribuirão a mudar a opinião pública) tivessem sido totalmente forjadas. Mas as pesquisas são apenas um dos muitos métodos que a tecnologia fornece ao condicionamento das candidaturas.

Em geral, a fabricação de opinião é decisiva em sociedades como as latino-americanas, onde o grau de sensibilização do eleitor em relação com programas políticos e a sua exeqüibilidade, está obstruído por fatores crônicos, por exemplo, analfabetismo, desconhecimento de fontes imparciais de informação, desconhecimento dos acontecimentos em outros países, ausência de informação sobre os candidatos e seus partidos, ignorância de modelos similares e seus resultados.

A desinformação pode ser neutralizada em certos momentos históricos em que fatos marcantes da sociedade mostram sinais diretos da situação que se vive, e se impõem com mais força que a informação simbólica transmitida pelo sistema.

Por exemplo, na Argentina, onde estes fatos marcantes (guerras, repressão, violência, hiper-inflação) foram mais extremos que em outros países da América do Sul, os cidadãos lograram muitas vezes contornar o feitiço da desinformação e rejeitaram o candidato do sistema. Isso aconteceu, por exemplo, em 1973, quando os liberais investiram em propaganda eleitoral várias vezes mais que a totalidade dos outros partidos. Como o país saía de uma ditadura, os representantes da mesma política não encontraram apoio nas grandes massas, que optaram por partidos que representavam a rejeição a esta.

Já no Chile, país mais estável, as eleições de 1970 deram quase uns 30% dos votos à ultradireita, pois a falta de situações extremas deixou que os eleitores se guiassem, ou pela informação oficial (no caso do Partido Nacional), ou pela sua ideologia (no caso da Unidade Popular).

A ideologia pode ser um contrapeso eficiente da desinformação, mas sua implementação eleitoral exige uma dose de consciência que se baseia, por sua vez, em informação correta. Assim os efeitos da desinformação serão maiores nos países onde a informação correta é menor.

No caso do Brasil, onde a cultura política tradicional é menos homogênea que no Chile, já a ultradireita logra votos populares com maior facilidade, pois o voto ideológico contra esses setores, representado quase hegemonicamente pelo Partido dos Trabalhadores, é proporcionalmente menor. Assim o PRN ganhou as eleições de 1989 com base num fantástico processo de informação dirigida, enquanto no Chile, Alwyn logrou o triunfo apesar de dita informação.

[De todos modos, as diferenças são pequenas, se se pensa que um voto nitidamente popular tem um peso maior, em termos de ação política futura, que um voto de negociação, mas este é outro problema.] A mais poderosa arma da informação, tanto em termos gerais como em relação com a democracia, é a *televisão*. Apesar da antigüidade deste instrumento tecnológico, seu aperfeiçoamento, possível graças à aplicação da edição computadorizada de programas, alarga a brecha entre os setores apoiados pelo sistema, que podem fazer investimentos pesados em publicidade, e os setores populares, que podem aproveitar apenas os espaços gratuitos, nos países onde existem. 11

Corno observa Darrell M. West, nesta época, considerada a *idade dos mídia*, é surpreendente que poucos estudos se tenham dedicado a examinar o papel da televisão na popularidade política. <sup>12</sup>

Apesar disso, os poucos estudos feitos nos Estados Unidos, onde o grau de informação média é maior que na América Latina

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Que eu saiba, dos países que estamos considerando, só o Brasil dispõe de espaços gratuitos para propaganda eleitoral.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Cf. Darrell M. West, "Television and presidential popularity in America", in *British Journal of Political Science*, 22, pp. 199-214.

(mesmo que as classes cultas do Cone Sul sejam melhor informadas do que as norte-americanas), mostram que a popularidade de um presidente já empossado, e que dá provas de sua real atividade, pode, todavia, ser alterada, não apenas pelo conteúdo de uma reportagem televisiva, mas mesmo pela forma e até pelos padrões comunicacionais utilizados para fazê-la. 13

Nos *mídia* latino-americanos, baseados nas experiências e no assessoramento dos Estados Unidos, não têm sido medidos com exatidão os efeitos da televisão, mas é natural supor que eles devem ser maiores que nos países mais desenvolvidos, onde o cidadão possui outras fontes de informação (por exemplo, jornais, que nem sempre são acessíveis por causa do analfabetismo), e informação boca-a-boca (nos grupos secundários, tipo clubes, associações civis, igrejas), mais escassa para os setores menos abastados que possuem menos tempo para lazer (ou, às vezes, nenhum).

Os estudos feitos nos Estados Unidos, ainda escassos, podem servir para indicar que a desinformação eventualmente oferecida ao cidadão norte-americano, seria o *mínimo* que se poderia esperar de um cidadão médio da América do Sul. [Os fatos provam que a influência em nossos países é muito maior, como decorre das bruscas mudanças produzidas por novas notícias].

O que afeta a popularidade de candidatos às eleições, não é apenas o conteúdo da informação a eles referida. O tom no qual se comentam notícias dos candidatos, a eventual ironia ou incredulidade com que se relata um evento do qual eles faziam parte, influi negativamente em sua imagem mesmo que o fato objetivo

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Cf. S. Iyengar & Donald Kinder, *News that matters*, Chicago, University of Chicago Press, 1987.

Idéias, Campinas, 3(1):47-76, jan./jun. 1996

seja positivo. <sup>14</sup> Quando os fatos são negativos, mesmo que levemente, o efeito de um comentário intencionado pode ser devastador. Por exemplo, se se relata que um candidato utilizou indevidamente o salão de uma escola para fazer propaganda a um grupo de estudantes, este fato intranscendente pode virar motivo de crítica se ele é colocado como *primeira notícia*, ou seja, no começo do horário político. O mesmo acontece se isso se transforma numa notícia nova (e não é uma continuação de uma notícia mais geral que a contenha como parte), ou se é a notícia "líder" de um noticiário.

É equivocado pensar que a manipulação dos *mídia* só é significativa em sociedades onde a população possui grande sensibilidade às informações e onde existem regras morais tão rígidas que a suspeita de violação das mesmas pode excluir o candidato da carreira. Isto é freqüente nos países desenvolvidos, onde escândalos sexuais, crimes de corrupção e doenças mentais pesam decisivamente para acabar com a carreira dos políticos.

Mesmo que, pela menor quantidade de informação *real*, decorrente do menor grau de cultura média, o cidadão da América do Sul possa ser menos sensibilizado a certas notícias específicas (por exemplo, escândalos sexuais têm pouco ou nenhum peso negativo na carreira dos políticos latino-americanos), os exemplos indicados mostram que manipulações muito mais fortes, onde se apela a efeitos emocionais que podem ser dramatizados pela televisão, produzem um impacto grave na popularidade dos políticos.

Por exemplo, nas eleições presidenciais brasileiras de 1989, o candidato da direita contou com o apoio da televisão para mostrar aspectos íntimos da vida pregressa de seu adversário, ferindo a privacidade de uma menor de idade, garantida em lei.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Cf. Brody & Shapiro, "Police failure and public support", in *Political Behaviour*, 11, 1989, pp. 353-369.

Idéias, Campinas, 3(1):47-76, jan./jun. 1996

Portanto, se certas sutilezas transmitidas como desinformação, não lograriam talvez comover o público latino-americano, a maior impunidade existente em nossas sociedades possibilita a veiculação de notícias mais escandalosas, as quais, sem dúvida, interferirão na imagem do candidato.

Outro fator que agrava o uso político da desinformação é a inexistência de regulamentações para a propaganda subliminar, utilizada de maneira agressiva e desmesurada no último mundial de futebol, durante as transmissões para a América do Sul.

Estes problemas que podem ocorrer nas democracias reais (mas também podem ser melhor neutralizados pela audiência) são pequenos, se comparados com a falta de limites reais para a atuação dos *mídia*.

Na América do Sul, apesar do reduzido poder de compra da população, a televisão é o produto tecnológico mais utilizado, até porque modelos antigos ou usados são acessíveis até por pessoas da baixíssima renda, ou porque em certas moradias comunitárias o uso do aparelho é compartilhado por várias famílias. Em contrapartida, nenhum dos países têm medidas jurídicas viáveis que controlem o poder da *lavagem de cérebro*.

No Brasil existem leis regulando o tipo, duração e custo das propagandas, o que inexiste na Argentina, no Uruguai e em outros países. Mas, a propaganda que realmente pode ser feita sob a forma de noticiários e programas de espécie diversa, não está controlada por nenhuma legislação eficiente. Isso fica agravado pelo oligopólio de certos meios, que podem multiplicar a quase todos os pontos habitados uma mesma mensagem. Além da formação de redes (proibida até recentemente na Argentina, por exemplo), o fator principal de poder está na eventual existência de sistemas que funcionam como rede única, pois seus concorrentes não podem disputá-la mais do que uma pequena fatia do público.

Mas não apenas a televisão constitui uma arma da desinformação tecnológica. Os recursos audiovisuais e computacionais que, em grande escala, são de custo elevado (apesar do baixo custo da tecnologia envolvida), abrem uma fenda entre candidatos populares e candidatos do sistema.

Eleições recentes na região têm mostrado o uso do "bombardeio" de imagens em locais abertos (onde a legislação que limita a propaganda não parece ser aplicável), com o intuito de fixar na memória das pessoas as imagens e feitos de alguns candidatos. Esses recursos, que às vezes utilizam jatos de luz coerente e composições holográficas, geralmente estão fora do orçamento dos partidos populares.

### Democracia versus desinformação

Afirmar que nenhum país é democrático é um radicalismo herdado dos antigos movimentos de ultraesquerda, e não pode ser utilizado como hipótese de trabalho. Eventualmente, poderiam-se conceber formas mais perfeitas de democracia, como a chamada "democracia direta" que apesar de ser qualificada de "utopia" só não é viável pelas obstruções montadas pelo próprio sistema, através da repressão e a burocracia.

Podemos aceitar que há países democráticos, num sentido bastante amplo, embora nenhum deles seja perfeito. Um exemplo já muito conhecido é o dos países escandinavos, mas ainda outros países europeus são democracias reais, mesmo que imperfeitas.

Contudo, mesmo longe de quaisquer radicalismos, há um mínimo de condições que caracterizam uma democracia burguesa, das quais talvez poucas ou "quase" nenhuma sejam aplicáveis às nossas sociedades.

Para começar, um sistema democrático exige que se saiba, de maneira geral, em quem o cidadão está votando. Como a imagem que o homem comum tem dos candidatos está intermediada pela propaganda das corporações, dos meios de comunicação, e dos próprios intelectuais "iluminados" que explicam as desconhecidas virtudes do candidato da situação, ele raramente sabe com exatidão quem é realmente a pessoa que recebe seu voto.

Geralmente, só conhece seu nome (quando não apenas um apelido ou uma sigla), e a imagem multiplicada nos jornais e telas de televisores.

Na América do Sul, as pessoas que conhecem a história e as potencialidades dos candidatos são, oscilando, de acordo com os países, das elites ilustradas, a grupos "cultos" de um setor mais amplo da população, mas quase nunca majoritário.

Esta observação não tem nada a ver com as propostas de *ética em política*, que, embora muito louváveis, estão vários passos além do que estamos analisando, muito mais primário e remediável.

Trata-se não da moral do candidato (por exemplo, se cumprirá ou esquecerá suas promessas), o que é sempre um ponto crítico, senão de algo mais simples:

- a) a total carência de conhecimento de um programa (mesmo que não exista garantia de que vai ser cumprido);
- b) a deformação quase absoluta da verdadeira imagem de muitos candidatos:
- c) a pressão psicológica sobre o eleitor que, indo além das deformações e desinformações, consiste às vezes num processo psicológico de penetração direta, geralmente visual e auditiva, para *fixar* a imagem do candidato durante o período imediatamente anterior às eleições.

Qualquer que seja a definição de democracia, ela exclui a tomada do poder pela violência. Por sinal, até os mais reacioná-

rios políticos latino-americanos gabam-se, nos últimos anos, de ter exorcizado os golpes militares, uma (não a única) amostra clara dessa violência.

Mas a desinformação não é violência em sentido apenas metafórico. A perturbação do cotidiano, a criação de idéias e imagens confusas que conduzem o cidadão a abandonar suas primeiras intenções, de votos, a indução programada do terror (a ser expropriado, a ser roubado, a ter sua casa confiscada), a geração de insegurança, são claras formas de violência e até de terrorismo no sentido mais estrito.

Basta lembrar que a tortura, condenada em todos os países civilizados, democráticos ou não, fica caracterizada não apenas pelo tormento físico, mas também pelas pressões psicológicas que acabam fazendo com que a pessoa perca o controle de sua vontade. Em alguns países desenvolvidos, a aplicação de tormentos consistia, por exemplo, na repetição permanente de informações apavorantes ou desestabilizadoras. Esse foi o caso dos palestinos presos em Israel em tempos recentes, que, além de torturas físicas recebiam estímulos negativos de ordem psicológica (informações falsas sobre seus familiares; prognósticos terríveis sobre seu futuro, etc.).

Sempre se pode argumentar que a democracia permite até a liberdade de se recusar a assistir aos meios de informação. Mas isso nem sempre é possível. Além disso, os condicionamentos criados pela superestrutura do sistema condicionam previamente a pessoa para aceitar passivamente a desinformação, pois sua educação anterior não torna possível criar critérios ideológicos ou psicológicos que lhe mostrem seu caráter nocivo.

Contudo, não é certo que a desinformação crie a falsa democracia, e que apenas uma democratização dos *midia* logrará uma democracia real. De fato, a pseudo democracia é imposta no período de interface entre uma ditadura e um governo eleito, aproveitando o entusiasmo que geralmente cria a derrota dos governos autoritários. A desinformação é fundamental, sim, para manter essa pseudo democracia em permanente funcionamento e para evitar seu avanço (não falamos nem mesmo de sua *substituição*) por uma democracia real.

# HEGEL: ENTRE A ÉTICA ANTIGA E A MORAL MODERNA

Maria de Lourdes Borges\*

## Entre a ética antiga e a moral moderna

No artigo "Ética antiga e moderna", lescrito por ocasião do octogésimo aniversário de Gadamer, Tughendat apresenta a exposição de Gadamer sobre a diferença entre a ética antiga e moderna e contrapõe-se à impossibilidade radical de reconciliação entre estas. Segundo Gadamer, em Aristóteles, o conceito de frônesis, central na sua filosofia moral indica que o correto em cada caso deve ser conhecido de modo imediato, na situação particular. A capacidade de formular juízos morais concretos depende de uma disposição correta que remete a uma correta educação. Haveria, pois, uma substancialidade fundamental do direito e dos costumes, cuja existência previamente dada (Vorgegebenheit), a filosofia moral aristotélica pressupõe. Para Kant, ao contrário, o correto em cada situação deveria ser averiguado em conformidade ao princípio moral geral. Gadamer concluiria por demonstrar a impossibilidade de conciliação entre as duas teorias, como conse-

<sup>\*</sup>Departamento de Filosofia da UFSC.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> E. Tugendhat, *Problemas de la ética*, Barcelona, Editorial Critica, 1988, pp. 46 e 47.

quência do seu ponto de partida (e fundamento) radicalmente distintos: a ética antiga, ou aristotélica, baseada numa faculdade de juízo não dedutiva, situacional, para a qual a frônesis constituir-se-ia num conceito fundamental; a ética moderna, ou kantiana, baseada num princípio formal, o imperativo categórico.

Tugendhat opõe-se a Gadamer quanto à impossibilidade de conciliação entre a ética antiga e moderna. Aquele admite que a modernidade distingue-se da antigüidade na radicalidade dos critérios de demonstração, tanto nos juízos teóricos, quanto nos práticos. A idéia de fundamentação radical, clara em Kant, constituiria um progresso naquilo mesmo que desde Sócrates significa fazer filosofia, isto é, "dar conta e razão". Dar conta e razão de uma proposição moral não poderia significar, de forma alguma, extraí-la do que é dado, do empírico; todavia, para Tugendhat, a necessidade de fundamentação formal e a priori do princípio moral, não deve levar ao abandono do que ele considera a pergunta central da ética, qual seja, pelo agaton, pergunta esta que levava à questão sobre o que era necessário para o indivíduo obter a felicidade, a eudaimonia. Como sabemos, Kant opõe-se à vinculação entre moralidade e felicidade: ou bem a felicidade relaciona-se com um bem-estar sensível, dependendo do sentimento particular de cada indivíduo sobre o que lhe causa prazer ou dor, estando exposto à contingência e não podendo fornecer uma lei universal; ou bem, porque, mesmo que haja uma unanimidade entre os seres racionais finitos sobre o que estes devam aceitar como objetos dos seus sentimentos de prazer, esta mesma unanimidade seria ainda casual, e o fundamento de determinação seria ainda empírico, não tendo a necessidade requerida para uma lei universal da razão prática, necessidade esta que só pode ser obtida a partir de princípios a priori.

Em suma, para Kant, há regras objetivas de validade universal sobre o que devemos fazer, sobre o que é moralmente correto, mas não regras de conduta objetivas e de validade universal para a obtenção da felicidade. Dito de outra forma: não há conceito de felicidade com um conteúdo determinado válido para todo ser racional finito. Ou ainda: não há nenhuma concepção de bem racional fundamentada com validade universal.

Tugendhat atribui esta exclusão da ética moderna da pergunta por uma concepção de bem a uma orientação política liberal, segundo a qual deve-se deixar a cada um buscar seu prazer ou sua felicidade à sua maneira. A tentativa de Tugendhat é reintroduzir, na ética moderna, a pergunta por uma concepção de bem, isto é, sobre o que significa, para um ser humano, uma vida digna de ser vivida.

Antes de passar a Hegel, gostaria de utilizar, para a distinção entre a ética antiga e moderna a exposição de Ricoeur, no livro Soi-même comme um autre. Ao iniciar o 7° estudo (Le soi et la visée éthique), o autor propõe uma distinção entre ética e moral,² distinção esta atribuída a duas heranças: a primeira aristotélica, "onde a ética é caracterizada por sua perspectiva teleológica", a segunda kantiana, onde a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, logo, por um ponto de vista deontológico. Ainda, segundo Ricoeur, a perspectiva antiga, ética, perseguiria "a procura da vida boa, com e pelos outros, em instituições justas". Certo, o bem aristotélico distingue-se do bem platônico, ele é sempre o bem que o homem quer: "na ética aristotélica, trata-se somente do bem para nós". Mas o bem para nós não significa o bem para mim, há aí uma visão de comunidade, de um nós já sempre constituinte do bem.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> P. Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990, p. 200.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 203.

A idéia de que o bem aristotélico não é o que melhor serve a meus interesses egoístas, isto é, não se reduz a um cálculo dos melhores meios para fins particulares encontra-se, por exemplo, na análise da proairesis aristotélica: não se pode falar em proairesis se delibero sobre algo de meu interesse que não seja bom em-si, não há boa deliberação se os fins não são por si mesmos bons. Não se poderia, por exemplo, falar em boa deliberação ao falarmos da melhor maneira de cometer adultério, não podemos falar de uma boa deliberação ao se tratar de um mal fim.

Um outro aspecto que Ricoeur pertinentemente acentua em relação à ética de Aristóteles é que ela é realizada nas instituições justas, ou seja, a felicidade individual só poderia ser atingida numa comunidade cujas instituições assegurem a realização de uma determinada concepção de bem: "o bem viver não se limita às relações interpessoais, mas se estende à vida das instituições" por instituição entendendo-se o "viver junto" de uma comunidade histórica, seja ela nação, povo... Somos enviados, portanto, ao perguntarmos pelo bem viver à indagação sobre a justiça realizada nas instituições, uma vez que, não só para os antigos, como para alguns contemporâneos, como John Rawls, a justiça é, antes de tudo, uma virtude das instituições.

Dada a exposição suscinta da pretensão de Tugendhat de conciliar a ética antiga e moderna, a partir da necessidade que este vê de superar o vazio formal da ética kantiana, sem perder a perspectiva de uma fundamentação radical da ética, e dada a explicação de Ricoeur sobre a ética aristotélica, resumida na expressão "a procura de uma vida boa, com e pelos outros, em instituições justas", podemos formular a questão: seria Hegel uma volta à Aristóteles? Isto é, a pretensão formulada por Tu-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 227.

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

gendhat não teria raízes hegelianas, visto que Hegel igualmente critica o formalismo kantiano e faz apelo à constituição do moralmente correto numa comunidade, passando da moralidade (Moralität), fundamentada na autodeterminação da razão, à uma moralidade objetiva, ou Eticidade (Sittlichkeit), que encontra seu conteúdo nas relações intersubjetivas e nas instituições de um povo?

#### A crítica a Kant<sup>5</sup>

Conforme expõe J.-F. Kervegan, a crítica de Hegel à Kant pode ser resumida em três pontos: crítica ao *dualismo*, ao *formalismo* e à *inefetividade* da filosofia kantiana. Veremos em que consiste cada ponto.

a) Crítica ao dualismo: esta crítica é bem conhecida e incide, não apenas sobre a filosofia prática de Kant, mas sobre todo seu projeto filosófico. Kant, ao pretender fazer uma crítica à metafísica tradicional (psicologia racional, cosmologia racional e teologia racional), limita o conhecimento à experiência sensível. Para além dos limites da sensibilidade, é impossível qualquer discurso epistêmico: pode-se pensar o supra-sensível, mas não conhecê-lo. Ao prescrever apenas um uso regulador e não constitutivo à idéia da razão, Kant renunciaria, segundo Hegel, ao pensamento especulativo.

Kant percebera certamente a atividade constitutiva do sujeito em relação ao objeto, todavia não obteve a superação da dico-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A divisão da crítica de Hegel a Kant em três pontos centrais é debitária do artigo de Jean-François Kervegan, "Le problème de la fondation de l'èthique: Kant, Hegel", in *Revue de Mètapysique et Morale*, n. 1, 1990.

tomia interna a estes dois termos: uma cisão entre razão e entendimento, de um lado; uma cisão entre fenômeno/coisa-em-si, de outro. Segundo Hegel, o dualismo kantiano, ou seja, a separação insuperável entre os termos razão/entendimento, infinito/finito, liberdade/necessidade, razão prática/razão teórica leva a filosofia de Kant a não conseguir atingir aquilo a que se propõe: realizar a exigência moderna de autodeterminação radical da razão. Conforme afirma Kervegan, para satisfazer a exigência de princípio que a ética kantiana formulou (a autodeterminação absoluta da razão) deve-se substituir a razão subjetiva, na qual Kant permanece e que é, segundo a expressão hegeliana, uma "razão do entendimento", por uma racionalidade ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, que desenvolve a verdade da qual a primeira é portadora, revelando as condições objetivas, de ordem histórica e política, de sua efetivação.

Superar o dualismo na filosofia prática significa superar a cisão entre ser (Sein) e dever-ser (Sollen), mostrando, não apenas como a moralidade é possível, mas como o mundo ético pode ser visto como efetivação da Idéia da liberdade, ou ainda, como produto concreto de uma vontade racional.

b) Crítica ao formalismo: é claro na doutrina prática de Kant a procura de uma fundamentação a priori da moralidade, tendo como ponto de sustentação apenas o princípio de autonomia do sujeito moral, da autodeterminação racional, estando, pois, excluída uma fundação apoiada em princípios materiais. Pode-se constatá-lo, entre muitas outras passagens, no teorema IV da Crítica da razão prática:

"a autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres a elas conformes; pelo contrário, toda a heteronomia do livre arbítrio,

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

não só não funda nenhuma obrigação, mas opõe-se antes ao princípio da mesma e à moralidade da vontade. Com efeito, na independência a respeito de toda a matéria da lei (i.e., de um objeto desejado) e, ao mesmo tempo, na determinação do livre arbítrio pela simples forma legisladora universal de que uma máxima deve ser capaz é que consiste o princípio único da moralidade". 6

Vemos então que o princípio da moralidade deve ser independente do objeto desejado. A dependência do livre arbítrio em relação a seus objetos não é capaz de fundar nenhuma teoria moral, nos diz Kant. O livre-arbítrio deve determinar-se, não pela matéria da lei, mas pela forma da lei, forma legisladora universal. É esta ênfase na forma da lei, que exclui a matéria do juízo moral, que Hegel criticará como formalismo.

Hegel reconhece, todavia, dois méritos na construção kantiana: a *crítica ao eudemonismo*, que abriria as portas da moralidade "ao prazer e ao capricho" e uma *determinação universal da vontade*. Kant teria, então, o mérito de ressaltar que "a pura autodeterminação da vontade é a raiz do dever". Hegel também busca uma moralidade que se afaste da sensibilidade e tenha uma fundamentação na vontade racional. Ancorar o dever na razão –através da vontade racional– este é o mérito de Kant aos olhos de Hegel.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> I. Kant, Kritik der praktischen Vernunft, A 59, Wissenschaft Buchgesellschaft, Kant Werke, IV, p. 144.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> G.W.F. Hegel, Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften, I, § 54, Hegel Werke, t. 8, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1970.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> G.W.F. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 135, Zusatz, Hegel Werke, Band 7, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1970.

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

A crítica de Hegel incide nas conseqüências, para a filosofia do "entendimento" (é assim que Hegel se refere à filosofia kantiana) do princípio da autodeterminação da vontade racional: a redução do universal à não-contradição abstrata. Em suma, Hegel concorda com o princípio (a autodeterminação racional da vontade), mas não com a conseqüência que Kant daí extrai: o dever como ausência de contradição ou acordo formal consigo mesmo. Nos diz Hegel, como continuação ao comentário ao § 135 da *Filosofia do direito*: "A forma kantiana ulterior, a saber, a capacidade de uma ação de ser representada como máxima universal (...) não contém nenhum outro princípio que não seja esta ausência de contradição e a identidade formal".

Hegel pretende uma universalidade na ética, mas uma universalidade concreta, que possa determinar, entenda-se, deduzir, de um princípio universal, deveres particulares. Ora, a lei moral, em Kant, pode discriminar as máximas, mas não pode deduzi-las. Em Hegel, uma teoria moral em sentido amplo, deve-se basear, certamente, no princípio de autodeterminação da vontade, mas não entendida no sentido kantiano de uma vinculação da lei moral com uma simples forma legisladora universal, mas como o reconhecimento, nas construções humanas, da obra racional desta vontade.

A vontade racional é aquela que se dá um conteúdo racional na esfera do que Hegel denomina de espírito objetivo: "Na universalidade da vontade em-si e para-si, a imediatidade da natureza e a particularidade da reflexão (livre-arbítrio) que a ela se soma são superadas. Esta superação é feita pela consciência de si, que se toma como essência pelo pensamento e, separada do contingente e do falso, constitui o princípio do direito, da moralida-

de e da eticidade". <sup>9</sup> Enfim, "na vontade livre, o verdadeiro infinito é real e presente". <sup>10</sup>

Em suma, a vontade livre e racional em Kant dá a si mesma apenas o imperativo categórico, uma simples forma legisladora universal, enquanto a vontade livre em-si e para-si dá a si mesma, enquanto espírito objetivo, não apenas uma forma de lei, mas um conteúdo no direito abstrato, na moralidade e na eticidade.

Devemos examinar mais de perto a crítica hegeliana ao formalismo da moral kantiana. Ora, que o imperativo categórico seja formal, esta é uma crítica da qual Kant não desejaria se defender, ele é claro quanto ao caráter meramente discriminatório de máximas que pretende atribuir àquele –ele deve ser necessariamente formal, o conteúdo das máximas deve ser buscado nos costumes e não objetos de dedução. A crítica de Hegel tornar-seia, aos olhos kantianos, mais um elogio das virtudes da sua filosofia prática e a certeza de ter alcançado seu objetivo de uma independência da matéria de lei para a determinação do princípio da moralidade.

Esta crítica seria inócua, não fossem as conseqüências que Hegel daí extrai –o imperativo categórico, por ser formal, não é critério suficiente, ainda que necessário, para distinguir o bem do mal. A pura certeza de si da consciência moral é a "potência judicativa de determinar por si mesmo se um conteúdo é bom" le, neste sentido, ela é capaz de fazer a crítica das determinações fixas do direito e do dever, nisto residindo sua necessidade para a averiguação da racionalidade de qualquer conteúdo ético. Hegel cita o exemplo de Sócrates como aquele que, num mundo onde a

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Id., ibid., § 21.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Id., ibid., § 22.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Id., ibid., § 138.

exterioridade dos costumes tornou-se infiel à Idéia de liberdade, soube encontrar esta potência judicativa numa orientação em direção ao interior. A dissolução de todo conteúdo exterior, todavia, acarreta o risco de tomar o particular como o universal e cair no mal: "a certeza moral como subjetividade formal não é outra coisa senão estar a qualquer momento sob o limite de cair no mal". 12 O mal e a moralidade tem portanto uma raiz comum: o formalismo de uma certeza que "existe, conhece e decide por si". 13 A certeza de querer o Bem por parte do sujeito não assegura a universalidade de suas máximas, o livre poder de determinar por si mesmo o que é bom ou mal não é suficiente para realmente diferenciar um do outro.

Hegel consagra o § 140 da *Filosofia do direito* à análise destas armadilhas da subjetividade, realizando uma crítica a toda tradição da filosofia moral moderna –não apenas a Kant, mas igualmente aos românticos. A justificativa da necessária suprassunção da moralidade na doutrina da eticidade tem neste parágrafo um momento crucial, nele são apontadas as carências que o momento subseqüente visa suprir. Nossa análise não pretende um exame exaustivo do diagnóstico das carências das diversas teorias morais referidas implicitamente na observação a este parágrafo, mas precisar a crítica hegeliana ao formalismo da moralidade kantiana

Kant inicia a primeira seção da Fundamentação da metafísica dos costumes com a conhecida afirmação: "nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade". 14 A condição de uma von-

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Id., ibid., § 139.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Id., ibid., § 139.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> I. Kant, Grundlegung zur Metaphysik der Sitten, BA 1, Kant Werke, IV, p. 18.

tade boa em si é o dever, que consiste em agir segundo máximas que possam ser universalizadas. O imperativo categórico kantiano serve como regra de avaliação das máximas, enquanto princípio subjetivo da ação, e, a partir dele, pode-se julgar não só ações que são contrárias ao dever, mas também distinguir ações realizadas conforme ao dever das praticadas por dever.

A dificuldade apontada por Hegel consiste na averiguação da conformidade da máxima (enquanto princípio da ação particular) à condição de sua universalização. Ao examinar o exemplo da promessa falsa, Kant mostra como decidir se uma ação é conforme ao dever: devo perguntar "ficaria eu satisfeito de ver a minha máxima tomar o valor de lei universal?" O exemplo da promessa mentirosa não resiste, por certo, à exigência de universalidade: tomar como lei universal "deve-se fazer uma promessa toda vez que alguém se encontra em apuros" anularia a própria idéia de promessa.

A subsunção, todavia, do "conteúdo particular de uma ação" sob o que Hegel denomina de "determinação geral do Bem" 15 não se faz sem problemas. Se alguém rouba para dar aos pobres, sua máxima de ação pode ou não ser universalizada? Poder-se-ia pensar que, se esta máxima fosse elevada à condição de lei universal, a pobreza seria eliminada. Hegel nos dá outros exemplos de máximas cuja universalização é discutível. Se tomarmos, como ação moral, aquela que indica uma resposta positiva à questão "Posso querer ver a máxima da minha ação tomar o valor de lei universal?", ações tais como "fugir ao combate para ocupar-se de sua família" ou "matar um homem mau para satisfazer o sentimento de direito em geral" poderiam ser tomadas como ações morais, pois não há contradição imediata em leis gerais do tipo "deve-se fugir ao combate toda vez que seja neces-

<sup>15</sup> G.W.F. Hegel, Grundlinien der Philosophie des Rechts, § 140.

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

sário cuidar de sua própria família" ou "deve-se sempre matar um homem mau".

Hegel aponta para o fato de que concepções éticas baseadas em critérios formais não nos apresentam um princípio suficiente –ainda que possa ser julgado como necessário– para a distinção entre bem e mal. Em suma, sem uma concepção de bem, sem um pano-de-fundo de costumes, nenhum critério formal pode ser eficaz.

c) Crítica à inefetividade do princípio moral: segundo Hegel, a doutrina dos postulados em Kant oferece apenas uma perspectiva de um Sollen indefinido, jamais realizado. Para compreendermos esta crítica hegeliana, atentemos para o seguinte trecho da "a imortalidade da alma como postulado da razão pura prática":

"A realização do soberano bem no mundo é o objeto necessário de uma vontade determinável pela lei moral. Nesta vontade, porém, a total conformidade das intenções (Gessinungen) à lei moral é a condição suprema do soberano bem. Ela deve, pois, ser tão possível como o seu objeto, porque está contida no próprio mandamento de a este fomentar. Mas a plena conformidade da vontade à lei moral é a santidade, uma perfeição de que nenhum ser racional do mundo sensível é capaz em momento algum de sua existência. No entanto, uma vez que ela é exigida como praticamente necessária, só pode encontrar-se num progresso que vai até o infinito, e é necessário, segundo os princípios da razão pura práti-

ca, admitir uma tal progressão prática enquanto objeto real da nossa vontade". 16

A plena conformidade da vontade à lei moral só se dá numa vontade santa: "Uma vontade completamente boa estaria portanto igualmente submetida a leis objetivas (do bem) (...) Os imperativos não valem para a vontade divina, nem, em geral, para uma vontade santa". 17 Os imperativos são expressos pelo verbo dever (Sollen), é exatamente a obrigação que mostra que estes se relacionam com uma vontade que já não está de antemão conforme à lei moral, vontade esta que não é necessariamente determinada por uma lei objetiva da razão. Kant expressa claramente na Fundamentação da metafísica dos costumes que os imperativos são relações entre, de um lado, "leis objetivas do querer em geral" e de outro, uma vontade imperfeita, afetada por uma imperfeição subjetiva.

Ora, se a conformidade das intenções à lei moral é a condição da realização do Soberano Bem, sendo esta uma perfeição de que nenhum ser racional do mundo é capaz, a realização do Soberano Bem só pode ser deixada à um progresso ao infinito.

O que Hegel chama de inefetividade é este progresso ao infinito que deixa a realização do Soberano Bem no mundo apenas à uma perspectiva sempre aberta. Construída sob uma separação entre o Sollen e o Sein, entre o querer racional e universal e o querer empírico e particular, a doutrina dos postulados colocaria a concordância entre a felicidade e moralidade como empiricamente irrealizável. A pergunta de Hegel seria: qual o sentido desta moralidade para o homem dado concretamente, se ela se

<sup>16</sup> I. Kant, KpV, A 220, 221.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> I. Kant, Grundlegung ..., BA 39.

apoia no irrealizável na sua ação? No § 6 da *Enciclopédia*, Hegel faz uma severa crítica da filosofia do Sollen, isto é, à kantiana:

"A efetividade do racional já se opõe, da mesma forma, à representação segundo a qual as idéias, os ideais, não seriam nada mais do que quimeras, como àquela, ao contrário, segundo a qual as idéias e os ideais seriam algo por demasiado excelente para possuir uma efetividade, ou então algo tão impotente para se dar uma. (...) Mas esta hábil sabedoria se engana ao imaginar que com tais objetos e seu dever-ser ela se encontra no interior da ciência filosófica. Esta diz respeito à Idéia, que não é tão impotente para apenas dever-ser e não ser efetiva".

Se a Idéia não deve "contentar-se" com o Sollen, se devemos esperar mais do que simples quimeras de nossa teoria moral. será necessário um autodesenvolvimento da razão nas construções concretas do homem. A Idéia não é tão impotente para apenas dever-ser e não ser efetiva, logo, o nosso ideal de perfeição moral não deve ser deixado a um progresso ao infinito, mas devemos poder indicar ao menos os princípios de sua realização terrena. O Estado racional, como momento supremo da Eticidade, parece apontar em direção a esta concordância entre virtude e felicidade. No §141 da Filosofia do direito, Hegel afirma que a Eticidade é a identidade concreta do bem e da vontade subjetiva, pois, nem uma concepção de Bem sem a subjetividade moral, nem esta sem uma efetivação na vida ética de um povo, podem-se constituir numa verdadeira realização da Idéia de liberdade. A vida ética, enquanto plena realização do espírito objetivo, é a realização concreta da moralidade na vida de um povo, nos seus costumes e instituições, sem deixar de ser constantemente animada pela crítica e pelo questionamento, da parte dos indivíduos se, o que assim se dá uma existência, é a racionalidade de uma vontade livre.

Pode-se dizer que a crítica à inefetividade da moralidade kantiana encontra na Eticidade uma resposta: aí há uma efetuação da moralidade, que abandona a insuperável cisão entre as condições concretas do agir, de um lado, e a perspectiva indefinida de uma realização do Soberano Bem. O Soberano Bem não é deixado à impossibilidade de realização, mas é realizado num Estado racional (ainda que se possa objetar que o movimento *ad infinitum* se recoloca em Hegel como uma progressiva adequação entre os Estados empíricos e a idéia de Estado racional).

No sistema acabado de Hegel, vê-se uma superação da esfera da moralidade subjetiva pela da Eticidade. Todavia, a Eticidade não pode ser confundida com o dado dos costumes e leis de um povo, visto que Hegel afirma claramente que o direito supremo não pertence a um povo particular, mas só pode ser averiguado na história. Visto que a história da qual nos fala é a história universal e não a história empírica, o verdadeiro julgamento só pode ser dado pela filosofia, por aquela que, como momento último do espírito absoluto, contempla e julga o desenvolvimento da objetividade do espírito. Ainda assim, isto é, mesmo que a última palavra sobre a adequação dos Estados concretos a uma Idéia de Estado deva ser dada pela Filosofia, há obviamente uma superação da moralidade na Eticidade, o que significa que a vida moral do indivíduo atinge sua máxima realização numa comunidade. Ao fazê-lo, Hegel indica que a própria identidade do homem é uma identidade comunitária.

Como afirma Taylor:

"quando nós falamos de um ser humano, não queremos dizer apenas um organismo vivo, mas um ser

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

que pode pensar, sentir, decidir, ser movido, responder, entrar em relação com os outros; e tudo isto implica uma linguagem, um conjunto de formas de experimentar o mundo, de interpretação dos seus sentimentos, compreender sua relação com os outros, com o passado, com o futuro, o absoluto, etc. ... (...) Neste sentido, o que somos enquanto seres humanos nós o somos apenas numa comunidade cultural". 18

A primazia da Eticidade frente ao direito abstrato e à moralidade subjetiva pode ser expressa, como Taylor o faz<sup>19</sup> ao dizer "que o mais importante para o homem só pode ser obtido em relação à vida pública de uma comunidade". Isto não significa, todavia, que todas as normas de uma comunidade, os direitos e deveres de um Estado devam ser tomados como corretos. Ao analisar, tanto o exemplo de Sócrates, como o de Antígona, como aqueles que souberam fazer a crítica das leis da pólis, Hegel nos oferece exemplos de momentos onde a autoreflexão, portanto, a moralidade subjetiva, pode ser tomada como instância superior à racionalidade que se expressa, naquele momento, como espírito de um povo. A moralidade, enquanto autodeterminação subjetiva, mantém-se como momento importante da filosofia prática hegeliana e mediadora da necessária efetivação institucional da Idéia de liberdade.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> C. Taylor, *Hegel and modern society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. 87.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Id., ibid., p. 93.

## Hegel: uma volta à Aristóteles?

A necessidade de complementar a teoria moral kantiana com a realização da Idéia de liberdade na vida de um povo nos leva à pergunta sobre uma possível fonte aristotélica do pensamento hegeliano. A crítica do pensamento da modernidade levaria Hegel a uma fundamentação, sobretudo no campo moral, de tipo aristotélico? Não seria esta uma busca da eudaimonia grega, ou, na tradução de Ricoeur "a procura da vida boa, com e pelos outros, em instituições justas"? Tentarei, antes de uma resposta definitiva a esta questão, rastrear os pontos em comum e as diferenças entre os dois autores.

a) A inspiração grega: a Grécia foi um modelo de organização da vida ético-política, não apenas para o jovem Hegel, mas para toda a geração do romantismo alemão. O que os seduzia no mundo antigo –e que para alguns continuou sempre sendo um ideal a ser atingido, um belo mundo ao qual se deveria retornarera o modelo grego de harmonia entre o indivíduo e o Estado, um mundo que deu efetividade à idéia de liberdade numa pólis que era um todo orgânico e não apenas uma instância de regramento dos interesses pessoais dos indivíduos.

Considerando a filosofia kantiana e sua exaltação da autonomia da razão um passo importante do desenvolvimento do pensamento filosófico, o projeto hegeliano tenta uma conciliação entre esta e um projeto de crítica às cisões típicas do mundo moderno. O mundo moderno pode ser caracterizado pela oposição entre as esferas de vida (o espaço público, a esfera privada, o Estado), esferas que, nas formas de vida tradicionais, formavam uma unidade.

A obra de Hegel é marcada desde o início pela procura de uma totalidade ética que supere estas divisões, bem como seu reflexo nas teorias filosóficas. Hegel procura manter-se fiel a uma idéia cara ao mundo moderno, qual seja, a importância concedida à autonomia e à liberdade; entretanto, se opunha às dicotomias trazidas por este mesmo mundo, bem como seu reflexo para a filosofia. Neste sentido, Hegel pode ser dito herdeiro direto do "expressivismo", que tem sua expressão em Herder e no movimento do romantismo alemão, principalmente no "Sturm und Drang". Tanto Herder como outros membros do Sturm und Drang (com os quais, como Hölderling, Hegel partilha seus ideais de juventude), desenvolveram, como nos diz Taylor no livro Hegel and modern society, "uma noção alternativa de homem cuja imagem dominante era de um objeto expressivo", onde a vida humana "era vista como tendo uma unidade análoga a de uma obra de arte, onde cada parte ou aspecto apenas encontrava seu sentido próprio na relação com todos os outros".20

Ainda que a filosofia kantiana mantenha esta separação entre razão e sensibilidade, a geração de pensadores e escritores alemães do final do século XVIII (Fichte, Schelling, Schlegel, Hölderlin, Novalis, Schiller e o próprio Hegel), tenta uma síntese entre o pensamento de Kant –acentuando aí o papel da autodeterminação do sujeito moral– com o expressivismo.

Um dos modelos de perfeição expressivista para esta geração era o mundo antigo; portanto, tratava-se de uma esforço para unir o melhor do mundo antigo e moderno, ou seja, a idéia de uma sociedade não cindida com a idéia de liberdade de autodeterminação.

Segundo Taylor, ao colocar a Sittlichkeit como ápice de sua filosofia, Hegel faz uma referência explícita à Aristóteles.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Id., ibid., pp. 1 e 2.

Idéias, Campinas, 3(1):77-101, jan./jun. 1996

Todavia, se o jovem Hegel, acompanhado de toda uma geração de românticos, idealiza a Grécia antiga e vê nela um belo mundo, cujo impossível retorno à modernidade deplora, o Hegel da maturidade tem os olhos mais aguçados para perceber suas imperfeições. O Hegel romântico dá lugar à um Hegel crítico. E sua crítica se dirige a dois aspectos: a liberdade dos antigos não era plena, nem em seu aspecto extensivo, nem no seu aspecto intensivo. A Idéia de liberdade aí não se havia desenvolvido em extensão, não abarcava todos os seres humanos. A existência de escravos alerta bem que, como diz Hegel nas *Lições sobre a filosofia da história*, ali os homens sabiam apenas que "alguns são livres". 21

Segundo, a Idéia de liberdade não havia se desenvolvido plenamente no seu aspecto intensivo, porque o Estado plenamente realizado deve conter em si o princípio de moralidade subjetiva (que faltava ao mundo grego) e ter a força de deixar o princípio de subjetividade ir ao seu extremo: "O princípio dos Estados modernos tem esta força e esta profundidade extrema de deixar o princípio da subjetividade se realizar até o extremo da particularidade pessoal autônoma e, ao mesmo tempo, de trazê-lo à unidade neste mesmo princípio". 22

Num espírito de um povo específico, a moralidade subjetiva como crítica à política é um elemento positivo no próprio desenvolvimento da idéia de Estado. A política imperfeita pode e deve ser objeto de crítica dos seus cidadãos, que fazem, enquanto sujeito, uso da sua faculdade de julgar do ponto de vista moral.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> G.W.F. Hegel, Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte, Hegel Werke, T. 12, p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> G.W.F. Hegel, Grundlinien der Philosophie des Rechts, §260.

"É este direito da particularidade"<sup>23</sup> ou "direito da liberdade subjetiva" que "constitui o ponto crítico central na diferença entre a Antigüidade e os tempos modernos".

O Sócrates condenado no mundo grego é redimido por Hegel pois, sua inclinação em direção ao interior, procurando determinar segundo ele mesmo o que é justo e bom, aparece numa época onde a realidade e os costumes não são mais fiéis a seu ideal, não satisfazem uma vontade escrupulosa que não mais se reconhece nas regras daquele Estado específico.<sup>24</sup>

b) A supremacia da política em relação à moral: em Aristóteles, a vida política é condição de possibilidade da felicidade: fora da vida propriamente política e comunitária é impossível haver felicidade individual.

Ainda que rendendo homenagem àqueles que, numa dada época, voltaram-se para seu próprio interior para criticar uma política que não correspondia mais à Idéia de liberdade, Hegel trata estes momentos como episódios de transição que dão a luz a uma nova forma de fazer político, a um novo Estado. Segundo Hegel –ainda que não desconsiderando a dimensão da moralidade subjetiva, constituinte imprescindível do mundo moderno– a efetivação da Idéia de liberdade é a Eticidade, e o momento máximo da Eticidade é o Estado, que não deve ser considerado apenas como o aparelho estatal, mas como o conjunto da realização política dos homens numa comunidade, suas leis, seus costumes...

A verdadeira vida é sempre, para Aristóteles, a vida na pólis; para Hegel, a vida no Estado. Para ambos os autores, a vida política, tanto na pólis, como no Estado, é o que pode dar uma realização plena ao indivíduo. Para Aristóteles, o bem per-

<sup>23</sup> Id., ibid., §124, Zusatz.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Id., ibid., § 138, Zusatz.

feito é auto-suficiente; todavia, esta auto-suficiência não pode ser atingida individualmente, mas apenas na pólis. A essência do homem é uma essência comunitária, é um viver com.<sup>25</sup>

Em Hegel, de forma análoga, o interesse geral deve ser reconhecido como a substância do espírito da individualidade pessoal, com seus direitos individuais. <sup>26</sup> O indivíduo deve ter no interesse geral seu objetivo, e este interesse geral é encarnado no Estado; portanto, o desenvolvimento pleno do indivíduo só aí pode ser alcançado.

A semelhança entre a visão de ambos os autores, no que toca ao Estado enquanto substância do indivíduo, é reconhecido pelo próprio Hegel quando este analisa, nas *Lições sobre a filosofia da história*, <sup>27</sup> a política de Aristóteles: "Aristóteles não toma o indivíduo e seu direito como primeiro, mas reconhece que o Estado, segundo sua essência, é superior ao indivíduo e à família e constitui a substancialidade destes". Hegel vê em Aristóteles a afirmação de sua própria filosofia, na qual, ao contrário do mundo moderno, onde a individualidade é primeira e é do seu acordo que a coisa pública é engendrada, o Estado é primeiro. A

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> "O bem perfeito parece com efeito ser autosuficiente. E pelo que é autosuficiente nós entendemos, não o que é suficiente a um só homem que leva uma vida solitária, mas também aos seus pais, seus filhos, sua mulher, seus amigos e seus concidadãos em geral, pois o homem é por natureza um ser político", Aristóteles, Éthique à Nicomaque, 1, 1097 b 7, Paris, Vrin, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> "O Estado é a realidade em ato da liberdade concreta, ou, a liberdade concreta consiste em que a individualidade pessoal e seus interesses particulares recebem seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento de seus direitos para si (nos sistemas da família e da sociedade civil), ao mesmo tempo que, por eles mesmos, eles se integram ao interesse geral, o reconhecendo consciente e voluntariamente como a substância do seu próprio espírito, e agindo para ele, como seu objetivo final", Hegel, *Ph. R.*, § 260.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> G.W.F. Hegel, *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, II, Hegel Werke, T. 19, p. 226.

importância do Estado, tanto em Hegel quanto em Aristóteles, não é apenas a necessidade da associação entre os indivíduos, pois isto valeria também para as teorias contratuais, mas é a idéia da essencialidade da dimensão propriamente comunitária do homem. A coisa pública (Gemeinwesen) não é um produto da ação individual, mas um pressuposto desta.

c) Reconhecimento e amizade: a amizade em Aristóteles não deve ser considerada do ponto de vista psicológico, principalmente porque a verdadeira amizade supera os móveis do útil ou agradável. Na amizade considera-se o outro, não como objeto de prazer ou de utilidade, mas pelo que a pessoa é nela mesma.<sup>28</sup> Encontramos também na amizade perfeita o caráter de reciprocidade: "os amigos desejam da mesma forma o bem uns aos outros, enquanto são bons, e eles são bons por eles mesmos".<sup>29</sup> Os amigos partilham o mesmo desejo de viver em comunidade, de partilhar a vida boa. A amizade tem, desta forma, um caráter mediador entre a procura da vida boa por si mesmo (cuja virtude solitária é a auto-estima), e a procura de um viver-com numa pluralidade humana de caráter político.

A amizade, mesmo não sendo a justiça, pois esta rege as instituições, opera, na idéia de mutualidade e igualdade entre os amigos, uma atualização, na intimidade, da idéia de igualdade entre os cidadãos. O homem feliz tem necessidade de amigos, nos diz Aristóteles, o que significa que o desejo em relação à boa vida leva à relação com o outro.

A idéia de ver o outro como fim em si mesmo e não como meio de utilidade ou prazer, presentes na amizade perfeita segundo Aristóteles, bem como o caráter de reciprocidade, estão pre-

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Aristóteles, op. cit., VIII, 3, 1156 a 13-19.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> *Id.*, *ibid.*, VIII, 4, 1156 b 6-9.

sentes na noção de reconhecimento em Hegel, explicitado na figura do senhor/servo na *Fenomenologia do espírito*. <sup>30</sup>

Quanto ao locus no sistema dos dois autores, nota-se uma certa semelhança: assim como a amizade, o reconhecimento não é a relação intercidadãos, a qual, na *Fenomenologia*, só terá lugar na seção dedicada ao Espírito, mas é necessária para que esta seja possível.

Tanto na amizade, quanto no reconhecimento, certo, estão em jogo relações bipolares, do Um e do Outro, relações que não são propriamente sociais. Mas o mesmo caráter de intermediação entre a vida particular e a vida pública estão presentes num e noutro, bem como a pressuposição desta para aquela. A amizade só pode-se dar entre iguais, o que pressupõe a idéia de igualdade entre cidadãos. O reconhecimento, sendo um percurso da consciência dos degraus que o espírito do mundo já percorreu, pressupõe que a idéia de igualdade já tenha tomado corpo no mundo ético. A figura do senhor-servo ainda que narrando a relação entre duas autoconsciências, pressupõe a obtenção pela humanidade da idéia de igualdade surgida com o cristianismo e efetivada politicamente a partir das Revoluções do século XVIII.

d) A tragédia da história: ainda que pensando, de certa forma a subordinação da moral à política, Hegel não afirma que em todos os Estados concretos, as normas morais devam ser julgadas, tendo como medida o que nos costumes ou na legislação é estabelecido como correto –a realização da idéia de Estado se dá através do movimento e das contradições da história e, neste movimento, muitas vezes, a moralidade subjetiva, ao negar

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Pode-se vê-lo já na introdução a esta figura (*Phänomenologie des Geistes*, Hegel Werke, T. 3, p. 145): "Das Selbstbewusstsein ist an und für sich, indem und dadurch, dass es für sich ist, dh, es ist nur als ein Anerkanntes".

aquilo que empiricamente se apresenta no Estado de seu tempo, impulsiona o surgimento de uma nova figura do Estado. Já no início da *Filosofia do direito*, ao expor o plano da obra, Hegel afirma que o desenvolvimento do Estado se dá em três níveis: a) o Estado concreto de um espírito de um povo determinado; b) na relação dos diferentes espíritos nacionais; c) na história universal como espírito do mundo. O Estado hegeliano tem nos Estados concretamente existentes numa época histórica, no espírito de um dado povo, apenas seu primeiro momento. Como Idéia, o Estado supera a particularidade de um momento histórico e se realiza no tempo, como espírito do mundo.

A idéia de progresso, cara a Hegel, é inexistente em Aristóteles: os princípios do político são aqueles que realmente informam a pólis grega. Para Hegel, é apenas o drama da história, com seus momentos negativos, de decadência e surgimento de civilizações que pode trazer à tona as novas figurações do político. Poder-se-ia objetar que, da mesma forma que a pólis de Aristóteles buscava reunir as melhores experiências políticas da Grécia clássica, Hegel vai buscar os princípios da Idéia de Estado no Estado prussiano. Mas, mesmo nesta interpretação, este só pode ser visto como o final do "drama do espírito" na história, é apenas o desenvolvimento temporal do espírito que pode purificar e efetivar os princípios da Idéia de Estado.

A importância dada à política por Hegel não pode nos levar a esquecer que Hegel é o pensador do Absoluto e que isto garante e fundamenta todo seu sistema. O Absoluto deve necessariamente se exteriorizar no mundo e reconhecer-se nesta exteriorização. Até aí Hegel, não só não se opõe a Aristóteles, como dele tira sua inspiração, louvando o caráter especulativo do grande pensador que a modernidade esquecera. Hegel busca em Aristóteles o especulativo que supera as dicotomias do entendimento. Não é à

toa que a *Enciclopédia* finaliza com uma citação do livro lambda da *Metafísica*. Aí percebe-se claramente a proximidade do Absoluto hegeliano com o Nous aristotélico, como a inteligência que pensa a si mesma e, neste processo, mostra a identidade entre o que é pensado e o pensamento. A auto-exposição da razão presente em Hegel, o é também em Aristóteles; todavia, há uma diferença entre movimento e progresso. Hegel nos fala, não apenas do movimento do Absoluto, mas de teodicéia, de uma afirmação de Deus na história, conceito debitário, sem dúvida, da idéia de uma história da salvação presente na tradição judaico-cristã, impossível para o mundo grego.

Para concluir, podemos afirmar que a teoria moral hegeliana encontra, mesmo na maturidade, uma inspiração aristotélica, assim como toda sua filosofia especulativa. Mas Hegel, como filho do seu tempo é produto da tradição cristã e das revoluções liberais. Aquela traz a idéia de teodicéia e da subjetividade, esta a da igualdade entre todos os homens, noções que, mesmo um filósofo da força especulativa de Aristóteles, não poderia ainda pensar.

# AUGUSTE COMTE – SISTEMA DE POLÍTICA POSITIVA, OU TRATADO INSTITUINDO A RELIGIÃO DA HUMANIDADE (1851-1854)\*

Capítulo IV **Teoria positiva da linguagem humana** 

Tradução: Arley Ramos Moreno\*\*

### Apresentação

O texto que segue contém o essencial da teoria positivista da linguagem, formulada por Comte. Texto muito pouco explorado tanto pelos especialistas da linguagem quanto pelos filósofos, e isto apesar de seu interesse histórico e de sua originalidade. Trata-se de uma teoria geral da semiosis –da relação de representação através de signos– que tenta desvendar esta relação, não apenas nas línguas humanas, i.e., usando uma terminologia atual, os diferentes sistemas simbólicos não-lingüísticos, os sistemas propriamente lingüísticos e os sistemas de línguas artificiais,

Departamento de Filosofia do IFCH/UNICAMP.

Paris, ed. do autor. O presente texto encontra-se no vol. II, o qual está datado de maio de 1852. Reproduzimos em margem a paginação do original.

como também nas línguas dos outros animais, estreitamente relacionadas com as primeiras, segundo Comte. É preciso ler o texto como parte integrante de um projeto antropológico cuja natureza de *sistema* é sempre reiterada pelo autor.

Assim é que o Cours de philosophie positive introduz sistematicamente o Système de politique positive, ou, como diz o sub-título, Traité instituant la religion de l'humanité: o método linear, ou histórico, da exposição cede lugar ao método "estático" -em que são desvendadas as funções dos temas estudados no interior do sistema de que fazem parte, em nosso caso, as funções da expressão lingüística no interior do sistema de signos -e, em seguida, ao método "dinâmico" - o estudo prognóstico da evolução do "grande organismo" social. Fica claro que, no caso da linguagem humana, apesar de estar inserida no movimento "estático" de seu método, Comte se preocupa sempre em desvendar as raízes e a evolução genética das funções semióticas que descreve. Se, por um lado, é o peso do sistema que, certamente, impede a Comte de formular uma teoria da representação, por outro lado, é a força desse mesmo sistema que lhe permite formular idéias originais, para sua época, e atuais sobre a linguagem.

Gostaríamos de ressaltar, nesta sumária *Apresentação*, apenas alguns pontos do texto comtiano. O primeiro deles é a tese de que a *origem* da linguagem é biológica, mas que a *teoria* a respeito da linguagem não se reduz a uma descrição biológica; ela é, pelo contrário, de natureza *sociológica* (p. 224). Neste sentido, a situação da linguagem na ordem expositiva revela o íntimo parentesco entre a teoria positiva da linguagem e a teoria positiva da religião: enquanto teoria positiva, a Sociologia expõe o advento da família a partir da propriedade, o advento gradual da linguagem a partir da família e a instituição da unidade social através das religiões; a linguagem possui a característica de representar esta unidade, e, mesmo, de desenvolvê-la através das

Auguste Comte 105

formas mais sofisticadas de comunicação, assim como das formas mais abstratas do raciocínio científico. A Sociologia é a teoria positiva da religião que, exprimindo a instituição da sociabilidade, apresenta-se, ela própria, como um produto lingüístico. Eis um aspecto da força do sistema, evitando que o reconhecimento da natureza biológica da linguagem conduza a um biologismo: para explicar as *funções* da linguagem é preciso considerá-la relativamente ao processo de unificação da humanidade que é a sociabilidade.

O segundo ponto, diz respeito à aparente ambigüidade do termo "signo" no texto de Comte. De fato, aí encontramos, pelo menos, dois sentidos para o termo: por um lado, elemento discreto de uma linguagem, incluindo comportamentos e imagens, mesmo as imagens mentais; por outro lado, elemento discreto da linguagem com palavras, faladas e escritas. Estes dois sentidos, mutuamente irredutíveis do termo, correspondem, todavia, em Comte, a uma continuidade profunda entre dois níveis semiológicos distintos: o da linguagem involuntária e o da linguagem voluntária, respectivamente. Assim, no primeiro nível, comum a todos os animais, em uma "linguagem de ação", o signo está diretamente ligado à expressividade do comportamento, indicando tanto modificações internas ao organismo -vínculo causal- quanto alguma previsão sobre o comportamento -que já escapa ao vínculo puramente causal, permitindo construir associações prováveis. Da mesma maneira, após esta "linguagem de ação", regida por uma "lógica dos sentimentos", o signo se liga diretamente à expressividade das imagens em geral, primeiramente visuais e, posteriormente, auditivas. É aqui que intervém o som da linguagem oral, aperfeiçoando e multiplicando as combinações entre imagens, enriquecendo nossa própria faculdade imaginativa, segundo uma "lógica das imagens": a ordem exterior, representada aqui pelo signo, impõe-se gradativamente à ordem subjetiva. É

importante salientar que os signos desta linguagem involuntária são sempre, segundo Comte, decomponíveis em unidades expressivas. Usando uma terminologia atual, podemos dizer que os signos involuntários sempre possuem traços pertinentes virtuais sem qualquer demarcação precisa; isto porque, por serem involuntários, os signos são naturais. A passagem para o signo voluntário corresponde à delimitação arbitrária (no sentido de Saussure, i.e., sem motivação do significante pelo significado) entre a substância e a matéria do signo: é o advento do signo "artificial", ou da "segunda linguagem" que constitui, aliás, o principal interesse do presente texto, para Comte (p. 222). Note-se, a este respeito, que, apesar da divergência terminológica, há concordância conceitual com as idéias que serão mais tarde expostas por Saussure: segundo Comte, o signo voluntário não é arbitrário porque, se o fosse, não seria eficaz para a comunicação entre os homens; todavia, o signo voluntário deixa de ser natural, torna-se artificial, i.e., sua ligação com aquilo que significa não é naturalmente motivada, mas é construída, exclusivamente, com a finalidade de permitir a comunicação: a ordem externa que aqui se impõe não é aquela do próprio objeto designado, mas aquela da sociabilidade. Neste caso, é o peso do sistema que impede a Comte de aprofundar a análise das relações formais entre os objetos designados e os respectivos signos.

Em terceiro lugar, a profunda continuidade, acima referida, entre os dois níveis semióticos é justificada, no texto de Comte, através da seguinte tese sócio-biológica: com a complexificação dos organismos vivos, há uma crescente diferenciação e especialização de diferentes canais sensoriais para a construção de signos –olfato, visão e audição–, até o surgimento dos signos estáveis da linguagem humana, que correspondem à combinação de técnicas visuais e auditivas. Toda esta evolução biológica é regida pela finalidade da comunicação, mesmo entre os organismos biológica-

mente mais simples. Neste ponto, e fiel à postura positivista, Comte reconhece a possibilidade de associações entre os homens e outros animais, através de linguagens mais primitivas, como a do olfato -para a qual, aliás, o homem não está biologicamente preparado a desenvolver. Há aqui dois pontos interessantes a serem ressaltados. Em primeiro lugar, a idéia de uma articulação elementar em qualquer sistema de signos: unidades mínimas, sem o domínio das quais não é possível organizar signos em sistemas aptos à comunicação. Ainda que no nível da linguagem involuntária a delimitação entre substância e matéria do signo não seia. como vimos, precisa, mesmo assim é necessário que haja algum tipo de estabilidade na associação entre o signo e aquilo que ele significa; ainda que precária, é essa estabilidade que garante a eficácia do sistema expressivo. Ora, na base desta associação está a delimitação, ainda que sempre virtual, entre substância e matéria do signo, e, também, como aqui sugere Comte, unidades discretas que constituem o nível elementar de articulação do signo. Em seguida, seria interessante ressaltar, nesta mesma passagem, que a aproximação entre Sociologia e Biologia, realizada por Comte, é o resultado de sua recusa de uma Psicologia introspeccionista. A atitude positivista levaria Comte a aceitar, certamente, uma Psicologia experimental, e o leva a aproximar sua Sociologia da Biologia da metade do séc. XIX. A "comparação zoológica" é que vai permitir-lhe aproximar a teoria da linguagem da Biologia (p. 225), afastando-a do introspeccionismo psicológico -e sem cair, como notamos, no biologismo. Consequente com a atitude positivista. Comte mostra que a parte intelectual da linguagem humana tem suas raízes na vida afetiva e estética, das quais conserva sempre os traços; é este início comum que permitirá a comparação com os casos dos outros animais, através da descrição dos processos de especialização dos diferentes canais sensoriais que dão origem, no caso do homem, aos diferentes sistemas

de signos e de suas complexas interferências - como é o caso da visão sobre a audição, do signo escrito sobre o oral.

Em quarto lugar, é importante assinalar que a profunda continuidade, de fundo biológico e de forma social, entre os dois níveis semióticos permite a Comte explicar, sem qualquer ambigüidade, a ligação entre signo e pensamento nas diferentes fases de sua formação: desde a "lógica dos sentimentos", passando pela "lógica das imagens" até a "lógica dos signos", propriamente, o signo é sempre a mediação objetiva entre os sentimentos, as imagens e os respectivos pensamentos que daí derivam -ainda sob a forma bastante vaga e imprecisa, no caso da expressão gestual, em que os pensamentos são extensões naturais do comportamento dos animais em geral, em seguida da expressão gestual mímica, em seguida do desenho, da pintura, em que os pensamentos já estão mais submetidos à ordem objetiva imposta pelos signos voluntários, até a expressão lingüística, em que os pensamentos são expressos, organizados e, até mesmo, antecipados pela linguagem. Ora, como o raciocínio lingüístico conserva os traços de sua origem biológica, a lógica dos signos, que preside às formas deste raciocínio, é, para Comte, a mediação entre os sentimentos e as imagens através da sociabilidade, engendrando assim o conceito propriamente dito, i.e., o pensamento abstrato, tal como o encontramos nas ciências. O conceito não é, pois, inteiramente redutível à "lógica dos signos". Com isto, Comte admite, implicitamente, a presença de uma margem de indeterminação importante na forma conceitual, apesar de sua precisão incomparável com relação à indeterminação dos signos e pensamentos da linguagem involuntária e à das imagens. Se é, aqui, o peso do sistema que impede Comte de aprofundar a análise lingüística do conceito -tal como o farão, a seu turno, os logicistas, os positivistas-lógicos e os filósofos analíticos- é, curiosamente, sua própria força que evita, mais uma vez, que Comte se dirija para

Auguste Comte 109

um reducionismo, desta vez, intelectualista, ou logicista, ou, até, lingüístico.

Em quinto lugar, não poderíamos deixar de ressaltar. também, um outro ponto importante, já contido, aliás, na idéia de sociabilidade anteriormente mencionada: o signo artificial emerge com sua estabilidade característica quando a expressão lingüística torna-se sempre mais uma função da comunicação social e da norma moral. O termo dominante é aqui o de "comunicação", e pode ser compreendido em dois sentidos complementares: comunicação de pensamentos entre diferentes indivíduos e comunicação do indivíduo consigo próprio. Assim como o signo lingüístico garante que a ordem objetiva se imponha, permitindo a comunicação entre os indivíduos, assim também deve ser ela a garantia de que o próprio indivíduo não se perca em divagações: a linguagem é o instrumento que permite ao indivíduo esclarecer para si próprio suas próprias idéias e pensamentos ao expressá-las através de signos, i.e. dos mesmos signos que permitem a comunicação intersubjetiva. Seria um contra-senso, do ponto de vista positivista, admitir a possibilidade de uma linguagem privada. Por outro lado, como contrapartida, a norma moral vem garantir a ligação natural da linguagem com a realidade subjetiva -mas não mais privada- evitando toda criação afetada de um espírito excêntrico que pretendesse impor um sistema de signos sem qualquer vínculo com a unidade social, i.e., com a forma de vida social e culturalmente instituída. A norma moral, neste sentido, é também uma garantia, segundo Comte, da estabilidade semiótica do signo lingüístico.

Finalmente, outro tema interessante, que se esboça apenas no texto de Comte, é o dos universais lingüísticos. As diferentes "lógicas" –dos sentimentos, das imagens e dos signos– estão, segundo o autor, submetidas a uma "lógica universal" que se submete, por sua vez, à ordem exterior do objeto, através da socia-

libidade. É isto que pretende mostrar-nos o *Système*. Os universais da linguagem poderão surgir pela unificação da humanidade através da religião positivista (p. 261), uma vez que a linguagem faz parte do mesmo processo de acumulação de riquezas –sendo uma das formas de realização social da propriedade, propriedade cultural– contribuindo para o aperfeiçoamento moral da humanidade. Neste sentido, os universais lingüísticos seriam, provavelmente, formas lingüísticas permitindo, não apenas a expressão, mas, principalmente, a comunicação social de conceitos entre diferentes comunidades; a função lingüística de comunicação seria, desta perspectiva positivista, o campo de estudos a respeito dos universais da linguagem.

\* \* \*

As observações precedentes não pretendem, está claro, ser exaustivas, mas, apenas, sugerir algumas perspectivas para uma reflexão sobre a linguagem do ponto de vista positivista comuano –o qual, aliás, nada tem em comum, senão analogicamente, com o chamado positivismo-lógico ou o neopositivismo-, salientando sua originalidade e atualidade.

Procuramos preservar na tradução, sempre que possível, o estilo de Comte, com suas estruturas de frase e suas expressões, introduzindo modificações apenas nos casos de ambigüidade e inadequação na tradução para o Português. Introduzimos, também, algumas *notas* que são breves comentários, mais sobre a composição dos temas no texto do que sobre os conteúdos. Acrescentamos a paginação da edição original da obra; nosso texto se inicia na página 216.

Arley Ramos Moreno

\* \* \*

(216) Para bem apreciar a natureza e a finalidade deste capítulo intermediário, devo, em primeiro lugar, caracterizar suas relações necessárias com o conjunto dos dois precedentes, que ele completa, e com o conjunto dos dois seguintes, que ele prepara. Segundo esta dupla conexão, torna-se ele igualmente comparável aos dois capítulos extremos deste volume, entre os quais ele poderia até instaurar uma ligação direta. Porque a verdadeira teoria da linguagem humana adere profundamente, por um lado, à teoria da unidade humana e, por outro lado, à teoria das variações normais da ordem humana. A primeira explicação caracterizará o início do presente capítulo, e a segunda a sua conclusão. Entre essas duas apreciações extremas, situar-se-á a própria teoria da linguagem humana, considerada sucessivamente quanto à sua natureza, sua finalidade e seu movimento.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Na introdução a este capítulo, Comte situa a teoria da linguagem no contexto das matérias tratadas nos capítulos precedentes, principalmente nos capítulos II e III, e das questões que serão tratadas nos capítulos V e VI.

No capítulo II, Comte assinala a presença de importantes processos de transformação na evolução da humanidade. Em primeiro lugar, a transformação que leva da atividade egocêntrica à atividade altruísta, e que tem como instrumento a ordem doméstica. Em segundo lugar, permanecendo encerrada em siprópria durante longo tempo, a ordem doméstica abre, por sua vez, e finalmente, a evolução humana à ordem política. É neste ponto que intervém a linguagem, como instrumento da nova transformação: ela permite a reação da ordem política sobre a ordem doméstica.

Temos, assim, três elementos do processo de constituição da humanidade: a ordem doméstica, que permite o desenvolvimento moral altruísta de diversas unidades sociais; a ordem política, que consolida a existência prática dessas unidades; e a linguagem, que permite a ligação entre tais unidades.

A religião é então comparada à linguagem, naquilo em que possuem em comum quanto à sua abrangência, suas origens e na qualidade de fundamento: referem-se, ambas, à totalidade da existência humana; emanam, igualmente, de duas fontes espirituais, uma afetiva, que inspira e dirige, e outra intelectual, que desenvolve e permite novas construções; ligam-se, principalmente, à família,

Uma vez que este plano deve começar por combinar o capítulo atual com o conjunto dos dois precedentes, devo indicar, em primeiro lugar, a conexão especial entre estes dois. Ela aparece agora da simples aproximação de suas conclusões respectivas. De um lado, o estudo fundamental da atividade egoísta que domina toda existência humana demonstrou sua tendência final no sentido de um caráter

(217) essencialmente altruísta. Mas, ao mesmo tempo, estabeleci que esta transformação necessária exigia uma longa e difícil iniciação, que, sem poder disciplinar nossas forças, estava destinada sobretudo a desenvolvê-las, sob o impulso proponderante de sua personalidade primitiva. Conduzido assim ao exame direto das relações afetivas que devem determinar espontaneamente uma tal regeneração, eu senti, por outro lado, que a existência doméstica comporta por fim esta grande finalidade. Todavia, mostrei igualmente que sua eficácia moral limita-se por muito tempo ao interior de cada família, de onde ela tende a desenvolver o domínio

enquanto fundamento afetivo e, em seguida, à sociedade, enquanto fundamento do progresso mental.

Este paralelo entre religião e linguagem é ainda mantido, mas já com certa nuance, no que concerne suas aplicações principais: a religião aplica-se, principalmente, à existência individual, enquanto que a linguagem, principalmente, à existência coletiva. Temos aqui apenas uma nuance de grau, mas não uma compartimentação exclusiva de funções, uma vez que religião e linguagem aplicam-se, também, respectivamente, à existência coletiva e individual. É, entretanto, uma nuance essencial para que se possa compreender a concepção comtiana de linguagem, pois mostra que esta última é uma instituição fundamentalmente coletiva: a aplicação da linguagem à existência individual é considerada exclusivamente naquilo em que o indivíduo está concernido pela sociedade, e não enquanto subjetividade irredutível à dimensão pública. É apenas ao final do presente texto que o paralelo entre linguagem e religião revelará sua conexão íntima, uma vez que as duas instituições tendem, igualmente, à unidade humana.

universal. Por toda a duração da iniciação humana, a ordem doméstica permanece então própria principalmente para formar gradualmente a ordem política. É em seguida a esta que deve emanar o impulso decisivo segundo o qual os afetos de família tenderão diretamente no sentido de sua santa finalidade social, sem degenerar habitualmente em egoísmo coletivo.

Nesse estado da grande questão, a instituição fundamental da linguagem humana se apresenta, em sociologia, como o principal instrumento contínuo dessa reação necessária da vida política sobre a vida doméstica. A verdadeira constituição íntima da humanidade encontra-se assim completada por um terceiro elemento natural, que liga diretamente as diversas unidades sociais, enquanto que a propriedade consolida sua existência prática, e a família permite seu desenvolvimento moral.

Eis, portanto, o princípio geral segundo o qual o presente capítulo combina espontaneamente o conjunto dos dois precedentes com o conjunto dos dois seguintes. Esta tríplice base da vida humana tende assim no sentido da elaboração permanente da verdadeira religião, objeto especial de meu capítulo inicial. Em primeiro lugar, a instituição da propriedade determina a finalidade essencial da religião,

(218) permitindo o desenvolvimento decisivo da atividade contínua que ela deve disciplinar. Em seguida, a família fornece à religião a fonte afetiva da força moral que uma tal disciplina exige. Enfim, a linguagem fornece à religião o instrumento geral segundo o qual se forma, transmite e aplica a fé reguladora, necessariamente resultante do desenvolvimento social da inteligência humana sob o domínio natural da ordem universal.

É sobretudo com a religião que a linguagem deve ser diretamente comparada, pois uma e outra referem-se espontaneamente ao conjunto de nossa existência. Elas surgem igualmente das próprias funções que estão destinadas a regularizar. Sua emanação se realiza da mesma maneira, segundo duas fontes naturais, uma moral que dirige, outra intelectual que assiste completa e desenvolve. Com efeito, a linguagem, assim como a religião, é inspirada pelo coração e construída pelo espírito. Desta maneira, ela se liga, primeiramente, à família e, em seguida, à sociedade, bases respectivas do impulso afetivo e do progresso mental. Destinada sobretudo a comunicar nossas emoções, ela se aplica de preferência, como a religião, aos impulsos simpáticos, os únicos que são plenamente transmissíveis. A elaboração intelectual subordina-se naturalmente à inspiração moral, seja para exprimir os afetos sentidos, seja a fim de melhor satisfazer às necessidades experimentadas.

No segundo capítulo deste volume, mostrei como a religião tira sua principal consistência da própria atividade que ela deve disciplinar. Ora, esta reação normal é ainda mais direta e mais evidente no caso da linguagem; porque seu impulso prático se refere sempre às nossas necessidades contínuas. Daí deriva igualmente sua extensão teórica, quando ela formula as noções que devem regular nossa atividade. Mas não esqueçamos jamais que esta dupla necessidade não seria suficiente para inspirar-nos

(219) a instituição da linguagem, se antes ela não tivesse emanado involuntariamente do afeto, de onde ela se desdobra, em seguida, na ação, e, enfim, até a especulação. A falsa filosofia inverteu totalmente esta ordem natural, em função de sua preocupação exclusiva com as influências intelectuais. Ela cometeu, com relação à linguagem, o mesmo erro que para com a sociedade que esta representa, exagerando irracionalmente a função da reflexão e desconhecendo a função da espontaneidade.

É preciso salientar aqui a harmonia admirável que existe naturalmente entre a instituição da linguagem e a transformação

Idéias, Campinas, 3(1):103-168, jan./jun. 1996

radical de nossa atividade. Com efeito, a linguagem, como a religião, convém, ao mesmo tempo, à existência individual e à existência coletiva. Mas é sobretudo esta última que lhe fornece, mais ainda do que no caso da religião, sua principal finalidade e sua fonte natural. Diretamente relativa à vida social, a linguagem não se relaciona normalmente jamais com a vida pessoal a não ser em função da conexão íntima entre elas. Esta grande instituição é assim espontaneamente conforme à transformação necessária de nossa existência prática, da qual ela anuncia realmente o caráter altruísta durante a mais forte preponderância do regime egoísta. O fim deste capítulo desmonstrará também que o principal desenvolvimento da linguagem humana pertence, sob todos seus aspectos, à ordem positiva, onde nossa atividade permanente deve tornar-se essencialmente coletiva, segundo uma livre cultura habitual dos afetos diretamente benévolos.

O conjunto dessas várias exposições gerais conduz a resumir a analogia fundamental entre linguagem e religião, concebendo uma como representando a unidade que a outra institui. Não podendo elevar-se ao único ponto de vista que seja verdadeiramente universal, a filosofia teológico-metafísica desconheceu sempre a natureza profundamente social da linguagem humana. Ela é, em si própria, a tal ponto relativa à sociabilidade

(220) que as impressões puramente pessoais não podem jamais ser formuladas convenientemente, como o prova a experiência cotidiana com relação às doenças. Sua elaboração mínima supõe sempre uma influência coletiva, onde o concurso das gerações torna-se logo não menos indispensável do que o dos indivíduos. Os maiores esforços dos gênios mais sistemáticos não conseguiriam construir pessoalmente nenhuma língua real. É por isso que a mais social de todas as instituições humanas coloca necessariamente numa contradição sem saída todos os pensadores atrasados

que se esforçam hoje de restringir a filosofia ao ponto de vista individual. Com efeito, eles não podem jamais expor suas blasfêmias sofísticas a não ser em função de uma série de fórmulas devida sempre a uma longa cooperação social.

Desta primeira apreciação geral, é preciso agora deduzir a teoria especial da linguagem humana, linguagem que será sucessivamente apreciada em suas diversas atribuições essenciais, e, também, quanto às partes correspondentes de sua constituição própria.<sup>2</sup>

O processo de comunicação, indissociavelmente ligado à linguagem, é explicado segundo o mesmo mecanismo de determinação da ordem subjetiva pela ordem objetiva: a possibilidade da comunicação intersubjetiva é garantida pela presença da ordem objetiva nas formas da expressão lingüística. Assim, também, no plano individual: o indivíduo só consegue compreender seus próprios pensamentos na medida em que suas formulações tornam-se bastante claras e precisas para poderem ser expressas numa linguagem convenientemente adaptada às exigências da ordem exterior, a saber, a linguagem por signos. A comunicação é, assim, considerada em seus dois aspectos: comunicação intersubjetiva, sujeita à ordem social e pública, através dos signos lingüísticos, e comunicação solipsista, ou privada, que seria, na verdade, um processo estranho à linguagem, pois não lançaria mão dos legítimos signos, em que o próprio indivíduo não teria, conseqüentemente, acesso a seus pensamentos mais íntimos.

A imposição da ordem exterior, pela sua simplicidade superior, sobre a ordem interior não implica, todavia, o exagero de se considerar a existência de uma linguagem natural, própria e exclusiva à ordem exterior. A linguagem é instituição coletiva, e supõe essencialmente a ligação entre um elemento objetivo e um elemento subjetivo –não podendo, pois, este último, ser eliminado. O que caracteriza a linguagem, para Comte, é a representação subjetiva, tanto da

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Nos três parágrafos que seguem, Comte estabelece sua definição de signo, dentro do quadro geral do espírito positivo. Neste sentido, o signo é definido em termos da ordem exterior, objetiva, determinando a ordem interior, subjetiva. A eficácia da linguagem vem de que o subjetivo passa a ser regido pelo objetivo, por intermédio dos signos lingüísticos: são os movimentos exteriores que produzem as sensações, e é a linguagem, por meio dos signos, que fixa e organiza essas ligações.

Auguste Comte 117

Devo, em primeiro lugar, circunscrever o conjunto de um tal exame com mais precisão filosófica do que foi feito sob o regime preparatório, o qual jamais distinguiu, a esse respeito, o estudo sociológico e a análise biológica. Esta confusão habitual explica facilmente a contradição decisiva à qual conduzia uma estranha teoria que, negando a linguagem dos animais, desconhecia todavia as características principais que a separam da língua humana.

A fim de dissipar radicalmente essas trevas metafísicas, é preciso aqui remontar até a verdadeira definição geral dos signos que compõem uma linguagem qualquer. Ela consiste em conceber todo *signo* propriamente dito como resultado de uma certa ligação habitual, aliás, voluntária ou involuntária, entre um movimento e uma sensação. Segundo uma tal conexão,

(221) ora cada movimento reproduz objetivamente a sensação correspondente, ora o retorno cerebral desta representa subjetivamente o movimento de onde ela emanou inicialmente. É assim que o cérebro traduz exteriormente suas diversas impressões interiores por meio da relação mútua dos dois aparelhos nervosos que lhe são exteriores. A comunicação segue, aliás, essencialmente o mesmo caminho, quer o aparelho motor e o aparelho sensitivo pertençam a um só indivíduo, ou a dois seres distintos.

Hobbes comparou judiciosamente a eficácia de nossos signos com a influência geral das relações constantes que se manifestam entre dois fenômenos quaisquer, simultâneos ou consecutivos. Com efeito, essas ligações servem-nos habitualmente para prever cada fenômeno relativamente ao seu correspondente,

Idéias, Campinas, 3(1):103-168, jan./jun. 1996

ordem objetiva quanto da ordem subjetiva, enquanto subsumida pela ordem objetiva que o signo propicia- e isto é válido, também, segundo Comte, para os outros animais além do homem, como será visto a seguir.

de tal modo que um torna-se então o signo do outro. Chamo aqui a atenção desta iluminadora aproximação apenas para melhor vincular a função essencial da linguagem ao preceito fundamental da filosofia positiva sobre a subordinação universal do subjetivo ao objetivo. É apenas ligando assim o interior ao exterior que podemos proporcionar à nossa existência cerebral a consistência e a regularidade que caracterizam naturalmente a ordem exterior, em virtude de sua simplicidade superior, conforme a lei geral da hierarquia real. Ora, esta fixidez constitui a principal aptidão da linguagem, que ela obtém sempre reatando o homem ao mundo. Ela o consegue mesmo segundo relações puramente artificiais. Porque, além dos verdadeiros signos não serem jamais arbitrários, basta que a ligação exista para comportar uma tal eficácia, sem que se deva indagar como ela foi instituída. Eu não aprovaria, todavia, a extensão exorbitante que pensadores por demais vagos atribuíram frequentemente às palavras linguagem, signo, etc.; ao ponto de considerar a ordem universal como formando, no seu conjunto, um

(222) tipo de língua natural, cujos elementos se interpretam mutuamente. Afastando esses exageros irracionais, que não podem senão entravar a saudável teoria da linguagem, devo então limitar-me a sistematizar aqui o uso vulgar, restringindo o nome signo à ligação constante entre uma influência objetiva e uma impressão subjetiva. Esta definição difere daquela que indiquei antes apenas pela sua forma mais abstrata e mais precisa, como o mostra a simples aproximação direta das duas. Todo movimento que evoca uma sensação é, com efeito, essencialmente objetivo, mesmo quando ele emana do organismo ao qual se dirige o signo assim produzido.

O último capítulo do volume precedente estabelece suficientemente a teoria biológica da linguagem para que eu possa aqui

Idéias, Campinas, 3(1):103-168, jan./jun. 1996

Auguste Comte 119

contentar-me de reenviar a ele.<sup>3</sup> Devo, apenas, extrair dele a distinção principal, entre a linguagem involuntária à qual se limitam os animais inferiores, e a linguagem mais ou menos voluntária que se desenvolve em todos os animais superiores, a partir mesmo do grau de organização em que começa a plena separação dos sexos. No primeiro caso, apenas os atos realizados tornam-se os signos necessários das tendências que os inspiraram ou dos projetos que realizam. Esta linguagem, à qual deveria exclusivamente pertencer o nome *linguagem de ação*, é espontaneamente compreendida por todos os seres organizados de modo semelhante. Mas ela pode sempre ser compreendida também essencialmente por todos os animais mais elevados, relativamente à base comum de organização que aproxima todas as naturezas vivas, cuja elevação gradual resulta tão somente de um simples aperfeiçoamento ou desenvolvimento desses atributos gerais. Qualquer que seja,

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Comte distingue, em seguida, dois níveis lingüísticos, diretamente extraídos de sua teoria biológica da linguagem: o nível da linguagem involuntária, próprio aos animais biologicamente inferiores, e o nível da linguagem voluntária, próprio aos animais superiores, onde se manifesta a separação entre os sexos.

O primeiro nível, base comum a todas as espécies animais, e, nessa medida, acessível também às espécies superiores, é denominado de "linguagem de ação".

É sobre o segundo nível que Comte vai se interessar neste capítulo. A linguagem voluntária será caracterizada como sendo, por um lado, artificial, por oposição à ordem exterior, na medida em que seus elementos, os signos, podem ser modificados pela comunidade. Por outro lado, será considerada como sendo não-arbitrária, uma vez que a aplicação principal dos signos lingüísticos reside na comunicação social: os signos são instituições sociais, e sua arbitrariedade acarretaria o rompimento na comunicação. Toda modificação da linguagem é o reflexo exclusivo de modificações na sociedade, as quais refletem, por sua vez, a necessidade de novas formas de comunicação que a sociedade encontra para o seu desenvolvimento; é sempre a sociedade que, por assim dizer, toma a iniciativa, e esta iniciativa está sempre baseada em bons motivos fornecidos pela ordem exterior.

todavia, a importância dessa primeira linguagem, ela deve ser aqui considerada apenas como a base natural da segunda, único objeto deste capítulo.

Enquanto voluntária, esta última é sempre artificial, mesmo nos

animais, que, todos eles, da mesma maneira que nós, modificam sua instituição habitual. Porque eles sabem também modificar, conforme suas exigências, exteriores ou interiores, a ligação normal entre o movimento e a sensação, cuja conjunção produz cada um de seus signos. A instituição destes não pode jamais, todavia, tornar-se arbitrária, sob pena de perder sua finalidade principal, mesmo como meio de ligação pessoal, e sobretudo quanto à comunicação doméstica e social. Minha teoria cerebral indica como esses signos voluntários adquirem naturalmente a fixidez conveniente, segundo sua origem elementar nos signos involuntários, gradualmente decompostos e simplificados, sem cessar de ser inteligíveis. É assim que se estabelece necessariamente a ligação normal entre a verdadeira teoria sociológica da linguagem e sua simples teoria biológica. Com efeito, os signos voluntários são sempre verdadeiras instituições sociais, uma vez que foram destinados primitivamente às comunicações mútuas. Se, em seguida, eles se aplicam ao aperfeiçoamento da existência individual, sobretudo mental, esta propriedade indireta, que permanece limitada quase exclusivamente à espécie humana, não teria jamais sido suficiente para determinar sua formação. A velha filosofia concedia-lhe uma preponderância viciosa tão somente porque não podia situar-se no ponto de vista social. Além desta linguagem voluntária ser realmente a única que deve interessarnos diretamente, ela é também a única que comporta um progresso decisivo, à medida em que a sociedade se complica e se estende. Ela parece ser particular à humanidade apenas em função de nossa sociabilidade superior.

Todos os verdadeiros naturalistas, e sobretudo Georges Leroy, reconheceram que essa linguagem voluntária e perfectível se desenvolve também nos outros animais superiores. 4 Cada espécie aí institui, segundo sua organização e sua situação, sua língua natural, sempre inteligível essencialmente para as

(224) raças mais elevadas, e compreendida mesmo, também, pelos seres menos eminentes, quanto aos graus comuns de vitalidade. Uma tal linguagem aperfeiçoa-se gradualmente segundo o desenvolvimento sucessivo dos impulsos interiores e das influências exteriores que determinaram sua formação. Ela parece imóvel nos animais apenas quando não se faz um exame bastante aprofundado. Todavia, enquanto está sempre subordinada à sociabilidade correspondente, ela comporta necessariamente os mesmos limites naturais, e sofre também entraves artificiais seme-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Comte ressalta, a seguir, a importância do ponto de vista sociológico, mostrando que a linguagem voluntária encontra-se presente também em outras espécies animais, em função direta da organização social de tais espécies.

O desenvolvimento lingüístico depende essencialmente do desenvolvimento social, e uma verdadeira luta se trava entre as diversas sociedades animais, onde umas, mais fortes, limitam o desenvolvimento de outras, mais fracas, e, assim, limitam o seu desenvolvimento lingüístico. Esta idéia relativiza bastante, ao ponto de vista sociológico, a excelência e o caráter *sui generis* da linguagem humana: se a comunidade humana não limitasse, como o faz, o desenvolvimento de outras comunidades sociais animais, estas teriam desenvolvido apreciavelmente suas formas de linguagem. Comte não chega a afirmar, entretanto, que tais comunidades animais poderiam criar signos lingüísticos de mesma natureza que os do animal humano. O autor insiste, principalmente, na importância do ponto de vista sociológico, e mesmo zoológico, para o estudo comparativo das diversas espécies animais, no sentido de se construir uma teoria positiva da linguagem humana –a qual não deve limitar-se, portanto, à análise exclusiva da linguagem produzida pelo homem.

lhantes. Ora, eu expliquei suficientemente, no primeiro volume deste tratado, a irresistível fatalidade que limita apenas à nossa espécie a plenitude do desenvolvimento social. O impulso espontâneo das outras sociedades animais sendo logo interrompido pela preponderância humana, o mesmo deve acontecer com respeito às suas línguas. Cada uma delas quase sempre atingiu atualmente, e frequentemente há muito tempo, a extensão compatível com o conjunto dos obstáculos que dominam a espécie correspondente. Mas, uma vez que nossa supremacia constitui geralmente o mais poderoso desses entraves, concebe-se que, supondo-a suprimida ou suficientemente suspensa, um progresso apreciável não tardaria a desmentir essa imobilidade quimérica das línguas e sociedades animais. Assim, tudo concorre para demonstrar que a verdadeira teoria geral da linguagem é essencialmente sociológica, se bem que sua origem normal seja necessariamente biológica. Consequentemente, ela deve construir-se sobretudo segundo o caso humano, que, além de seu interesse preponderante, é o único que pode desvendar bastante as leis correspondentes, assim como para todos os estudos cerebrais.

A este respeito, mais do que a qualquer outro, o conhecimento positivo do homem fornece o único meio de penetrar finalmente na verdadeira natureza dos diversos animais. Mas não se deve jamais esquecer que a relação entre esses dois

(225) estudos reais foi durante muito tempo inversa. Sem as luzes irrecusáveis que nos fornece a animalidade, não se teria jamais afastado as especulações vãs dos metafísicos sobre a linguagem humana, a qual eles se limitavam a considerar, de uma maneira absoluta, na sua complicação última, salvo quando procuravam para ela uma fonte sobrenatural. Todas essas questões insolúveis se transformam ou se dissipam tão logo cessamos de isolar a humanidade do conjunto das espécies que ela domina. Mas,

além dessa grande ajuda preliminar, a comparação zoológica fornecerá sempre uma preciosa ajuda para a teoria positiva da linguagem humana, pois apenas ela poderá conectar convenientemente essa teoria à sua origem biológica. Porque os signos voluntários tiram necessariamente suas verdadeiras raízes dos signos involuntários, cujo estudo deve realizar-se, primeiramente, em relação aos mínimos graus de animalidade, onde ela se encontra melhor desembaraçada de toda complicação que lhe for estranha.

Pode-se aqui verificar a tendência geral da sociologia a absorver finalmente a biologia, como já estabeleci anteriormente para todas as grandes questões vitais. Entre essas duas ciências normalmente inseparáveis, a mais simples limita-se sempre a preparar a mais complicada, da qual ela deve em seguida aguardar a única resolução decisiva dos principais problemas da vitalidade. Quando a teoria positiva da linguagem humana for suficientemente construída, ela dará logo um impulso fecundo ao conjunto dos estudos, preciosos se bem que empíricos, da filologia atual. Ora, a plena maturidade das noções assim obtidas será verdadeiramente constatada apenas em função de sua aptidão necessária a fazer surgir novas luzes sobre as menores línguas animais. É somente então que a filologia assumirá finalmente sua verdadeira constituição enciclopédica, pela sua indissolúvel incorporação à ciência universal.

(226) Mas este ponto de vista deve prevalecer apenas no último volume deste tratado. Aqui, eu me limito a fundar a teoria sociológica da linguagem sobre sua teoria biológica, da qual me resta ainda derivar a construção gradual dos signos voluntários em função de suas raízes involuntárias.

Todos os signos artificiais derivam primitivamente, mesmo em nossa espécie, de uma simples limitação voluntária dos diversos signos naturais que resultam involuntariamente da existência correspondente.<sup>5</sup> Somente esta origem espontânea pode explicar ao mesmo tempo sua formação e sua interpretação. Os

Comte analisará as diversas fontes sensoriais que permitem a construção de signos voluntários. Serão distinguidas, então, a linguagem do olfato, da visão e da audição.

Comte reconhece que o olfato não permite a livre produção de signos correspondentes aos movimentos respectivos da ordem externa, uma vez que os odores elementares são de difícil circunscrição pelo homem. Isto reduz à visão e à audição os sistemas possíveis de signos que podem ser utilizados na linguagem humana. É, pois, sobre esta base que Comte desenvolverá sua análise positiva do processo de construção dos signos voluntários.

A direção da análise é a seguinte:

- a) a teoria biológica mostra-nos três funções cerebrais intimamente conectadas na seguinte ordem;
  - função afetiva, que fornece o impulso ou energia;
- função contemplativa, que estabelece livremente associações entre imagens;
  - função meditativa, que liga artificialmente os signos aos pensamentos.

De tal modo estão conectadas estas três funções, que não se deve eliminar, no estudo da expressão dos pensamentos pela linguagem (função meditativa), a interferência e mesmo a presença constante do impulso afetivo; o mesmo se aplica, *a fortiori*, para a função contemplativa, como será visto a seguir.

- b) no nível da função afetiva, exclusivamente, temos a constituição dos signos voluntários, como os gritos e os movimentos reativos, ou diretamente imitativos, a partir dos fenômenos naturais.
- no nível da função contemplativa, à qual se aplica a energia da função afetiva, temos a constituição dos primeiros signos voluntários sob a forma artística: mímica e música.
- no nível da função meditativa, em que a função afetiva é mais fraca, sem deixar, entretanto, de estar presente, os signos tornam-se mais artificiais e menos espontâneos, e a ligação entre os signos e o pensamento mais rigorosa. É quando surge a linguagem propriamente dita.

Observe-se que, segundo esta análise, a Arte precede a linguagem e é mesmo sua condição, o que será aos poucos camuflado, segundo Comte, pelo privilégio gradual da expressão lingüística.

Idéias, Campinas, 3(1):103-168, jan./jun. 1996

 $<sup>^5</sup>$  É aqui que tem início, propriamente, a construção da teoria positiva da linguagem.

- a partir da música desenvolve-se a poesia, a prosa e, desta, as diversas línguas especializadas, próprias a cada domínio de interesse, como, p.e., a álgebra.
- d) o mecanismo de interferência de cada uma dessas instituições sobre as outras é regido pelas exigências da comunicação social. À medida em que a sociedade evolui, as formas e os meios de comunicação se transformam e, em conseqüência, as instituições que servem como meio de comunicação entram em contato, fazendo prevalecer de suas propriedades intrínsecas aquelas que melhor favorecem à comunicação social.

Assim, segundo esse princípio, observam-se três revoluções fundamentais que contribuem essencialmente para a constituição da linguagem humana:

- partir da visão, sua fonte sensorial originária, a mímica, que inicialmente domina todas as outras formas de comunicação, é suplantada pela música: o sistema de sons torna-se mais propício à comunicação social, e também egocêntrica, do que o sistema de gestos.
- a evolução social, no sentido de um afastamento com relação à função afetiva, faz com que a linguagem musical torne-se insuficiente, uma vez que esta não pode dar conta de todo o vasto domínio das imagens que devem, agora, encontrar também uma forma conveniente de expressão. É assim que, a partir da música, surge a poesia, que passa a dominar a primeira enquanto forma mais eficaz de comunicação.
- a partir da poesia, pelo mesmo mecanismo, distingue-se a prosa que, por sua vez, passa a dominar: é um meio de comunicação mais afastado da função afetiva e contemplativa e, portanto, menos espontâneo; todavia, revela-se mais eficaz. É neste ponto que se realiza, finalmente, segundo Comte, a função meditativa própria à atividade especulativa do homem, e que é o campo de aplicação da linguagem.

Note-se, aqui, a explicação comtiana do estatuto da escrita na linguagem: constitui, a escrita, uma manifestação da linguagem visual sobre a linguagem sonora e tem por função original fixar a efemeridade natural desta última. A introdução da escrita constitui uma espécie de arremate final da linguagem humana: ela não apenas fixa a expressão oral como, também, conforme será visto adiante, exerce uma função autônoma em certos domínios precisos, como, p.e.,

c) a ordem cronológica de realização das diversas instituições sociais apresenta-se, então, da seguinte maneira:

a partir da mímica desenvolve-se a escultura, a pintura, o desenho e, finalmente, a escrita, sob a forma do tipo hieroglífico e, em seguida, alfabético.

movimentos que os constituem devem normalmente, para anunciar exteriormente as impressões interiores, endereçar-se de preferência aos sentidos suscetíveis de serem afetados à distancia. Seríamos assim conduzidos a distinguir três tipos de linguagem, concernindo respectivamente o olfato, a visão e a audição. Mas o primeiro sentido é por demais imperfeito no homem para poder suscitar um verdadeiro sistema de signos. As espécies melhor organizadas a esse respeito não poderiam mesmo instituir uma tal linguagem, por não poderem daí obter facilmente os odores elementares, que deveriam quase sempre ser extraídos do exterior. É somente, pois, quando a comunicação encontra-se impedida por toda outra via que se pode, em caso de urgência, recorrer ao olfato. Nossa espécie, então, suprindo a imperfeição de seu olfato pela sua superioridade intelectual, institui, com efeito, artifícios engenhosos para transmitir assim até as mais simples nuances do sentimento, quando essa relação se estabelece entre dois seres bastante simpáticos. A linguagem das flores, ainda em uso pelos orientais, não se endereça apenas à vista, como se acredita em geral, mas também e sobretudo ao olfato. Todavia, eu não deveria mencionar aqui um tal sistema de signos senão para caracterizar melhor, através de um contraste espontâneo, a condição fundamental

(227) de toda verdadeira linguagem, a reprodução suficientemente facultativa de seus elementos naturais em função dos movimentos ligados primitivamente às paixões comunicadas.

Seguindo este princípio evidente, o órgão cerebral da linguagem não pode jamais empregar mais do que dois sistemas de

na ciência do cálculo, onde os nomes dos elementos numéricos são indispensáveis à apreensão das unidades e conjuntos de unidades. Os signos formam, neste caso, o próprio fundamento do desenvolvimento desta ciência.

Auguste Comte 127

signos exteriores, dos quais um se endereca à vista e o outro à audição. Cada um deles possui vantagens que lhe são próprias, e em virtude das quais os dois são usados conjuntamente pelos animais superiores. Sua aplicação característica às emoções mais fortes suscita em todas as situações um certo esboço espontâneo da realização estética, fazendo surgir as duas artes fundamentais, a mímica e a música, cuja fonte distinta não impede a combinação natural. Dessas duas origens espontâneas resultam, em seguida, todos nossos signos artificiais, à medida em que a comunicação afetiva se enfraquece pela extensão das relações sociais, para deixar prevalecer cada vez mais a transmissão intelectual, como já o indica meu discurso preliminar. Esta alteração crescente conduz, enfim, nas populações muito civilizadas, a inverter totalmente a ordem natural, persuadindo, ao contrário, que a arte deriva da linguagem. Mas todo o reino animal testemunha prontamente contra esta aberração teórica, mostrando os gestos e os gritos empregados bem mais a comunicar os afetos do que a transmitir as noções, ou mesmo a organizar os projetos. Um tal contraste manifesta-se entre nós quando a existência social se limita às relações domésticas ou a relações políticas fracas. Segundo o desenvolvimento de nossa atividade e a extensão correspondente de nossa sociedade, a parte intelectual, ao mesmo tempo teórica e prática, da linguagem humana dissimula gradualmente a fonte afetiva, e consequentemente estética, de onde ela sempre resulta, e cujo traco jamais se perde. Com efeito, a íntima solidariedade que liga as três partes de toda existência cerebral

(228) não permite transmitir pensamentos nem organizar ações sem comunicar também os afetos que os dominam. O impulso afetivo, aliás egoísta ou altruísta, não é indispensável apenas à contemplação e à meditação, seja para dirigir seu curso, seja a fim de sustentar sua energia. É preciso estender também a mesma

lei cerebral à última função intelectual, considerando sempre a expressão como inspirada e mantida por um afeto qualquer, até nos casos em que ela parece limitada a uma simples exposição científica ou técnica. Esta necessidade faz-se tanto mais sentir uma vez que esta função mental exige, mais do que as precedentes, esforços musculares, onde a inervação precisa ser especialmente mantida segundo as reações afetivas.

No início de toda evolução humana, individual ou coletiva, a mímica prevalece durante muito tempo sobre a música, como na maior parte dos animais. Além das vantagens próprias aos signos visuais, esta predileção espontânea resulta do fato de que os movimentos que os produzem são mais facilmente renováveis e melhor ligados aos afetos correspondentes. Todavia, a fugacidade natural da expressão mímica logo conduz a modificar profundamente a arte fundamental, a fim de fixar-lhe os resultados essenciais, embora diminuindo sua energia estética. É assim que a mímica primitiva cai gradualmente em desuso, uma vez tendo engendrado suficientemente as duas principais artes da forma, primeiro a escultura, e em seguida a pintura. A parte visual da linguagem humana termina derivando essencialmente destas, e sobretudo da última, sem todavia que a origem indireta deixe jamais de tornar-se apreciável aos filósofos positivos. Se toda escrita provém, em primeiro lugar, de um verdadeiro desenho, todo desenho é também destinado primitivamente a perpetuar uma atitude expressiva.

Considerando agora a segunda fonte fundamental da

(229) linguagem, explica-se facilmente a preferência que a expressão musical cedo adquire, e desenvolve cada vez mais, sobre a expressão mímica, preponderante de início. Embora os sons se reproduzam menos facilmente do que as formas, e sem que sejam tão ligados aos nossos principais afetos, sua maior independência

Auguste Comte 129

dos tempos e lugares torna-os mais aptos às comunicações pouco distantes, dentre todos aqueles que são bastante exercitados em sua formação voluntária. Os próprios animais fazem muito uso deles, até nas classes desprovidas de aparelho vocal propriamente dito, como se vê no caso de tantos insetos. Mas essa preciosa ajuda, que parece à primeira vista dar assistência apenas à vida vegetativa, fornece aos animais superiores o melhor meio de ampliar a existência cerebral por meio de comunicações mútuas que podem retraçar suas mínimas nuances. Embora os pássaros nos mostrem diariamente admiráveis exemplos da superioridade que comporta em todas as situações um tal modo de transmissão, sua menor dose de espontaneidade torna o impulso coletivo ainda mais necessário ao seu aperfeiçoamento do que àquele da expressão mímica. Cometer-se-ia um erro quase tão contrário ao verdadeiro espírito filosófico se se supusesse imutável o canto dos diversos animais, quanto se se considerasse os homens como tendo sempre falado da mesma maneira que atualmente. Segundo o volume precedente, toda espécie animal constitui realmente um Grande-Ser mais ou menos abortado, por uma interrupção do desenvolvimento devida à preponderância humana. Aplicando aqui esta concepção fundamental, cada música animal torna-se, como a nossa, uma produção coletiva, que caracteriza a espécie correspondente, onde ela se aperfeiçoa gradualmente, segundo uma lenta elaboração, sucessiva e também simultânea. Os limites desse progresso resultam, em todos os casos, do conjunto dos obstáculos, sobretudo humanos, que limitam todos os

(230) outros desenvolvimentos da animalidade. Assim, a perspectiva social deve prevalecer a tal ponto na teoria positiva da linguagem, principalmente oral, que não se poderia compreendêla de outro modo no que concerne aos animais.

Para apreciar melhor esta preponderância final da expressão vocal sobre a expressão mímica, é preciso sublinhar também duas propriedades essenciais, por demais desconhecidas em geral, uma estática e outra dinâmica. A primeira consiste na íntima dependência do aparelho correspondente com relação ao cérebro, de onde provêm diretamente seus principais nervos. Nenhuma outra parte do sistema muscular está tão ligada ao centro nervoso. Ela era assim a mais apropriada para fornecer signos capazes de bem exprimir nossas emoções e nossos pensamentos, mesmo os mais delicados. Nenhuma espécie superior deve ter encontrado dificuldades em descobrir uma tal aptidão, já espontaneamente indicada pelos gritos que arrancam a dor e a alegria. Em segundo lugar, devo indicar aqui, conforme meu primeiro volume, o privilégio evidente, muito embora desapercebido até então, que apresenta a expressão oral, comparada sobretudo à expressão mímica, de comportar naturalmente um verdadeiro monólogo, onde cada um se dirige a si próprio. Esta propriedade completa o conjunto das características que motivam a preponderância quase universal de um tal sistema de signos em todos os animais superiores, e segundo a qual os outros modos de comunicação são qualificados de linguagem apenas por extensão metafórica. Concebe-se, com efeito, o quanto uma tal vantagem permite familiarizar-se profundamente com um procedimento de expressão que é o único a comportar um exercício solitário. Assim, torna-se logo compensada a menor espontaneidade que oferecia inicialmente o modo musical, comparativamente ao modo mímico.

É assim que, entre todas as populações humanas, a linguagem visual, que prevalecia de início, acaba por tornar-se um

(231) simples auxiliar da linguagem auditiva, como na maior parte dos animais superiores. Tal devia ser o estado normal do sistema de expressão melhor adaptado a uma existência onde, o

afeto dominando sempre a inteligência, os signos que convêm melhor a esta devem subordinar-se àqueles que o afeto prefere. Mas, além dessa assistência contínua, a linguagem visual exerceu primitivamente sobre a linguagem auditiva uma reação mais profunda e menos sentida, que concorre fortemente para a constituição definitiva da linguagem humana, à qual ela fornece a melhor característica distintiva.

À medida em que nossa evolução social desenvolveu nosso espírito, teórico ou prático, e diminuiu a preponderância inicial do afeto, o sentido que mais provê a inteligência deve ter modificado gradualmente a linguagem relativa ao sentido melhor acessível ao sentimento. Esta influência necessária deve ter tornado a linguagem primitiva mais analítica e menos estética, a fim de poder abarcar as nocões concernentes à ordem exterior e nossa constante reação sobre ela. Uma tal modificação aumentou muito o primeiro domínio da arte, se bem que diminuindo sua energia. Com efeito, a verdadeira linguagem musical não poderia abarcar diretamente esse vasto campo de expressão que compreende as imagens propriamente ditas, sempre ligadas em primeiro lugar a impressões puramente visuais. É preciso, assim, que esta língua por demais sintética se decomponha bastante para admitir nuances suscetíveis de se associarem convenientemente a tais sensações, suprindo a observação através da imaginação. Nada impede, no fundo, que sons possam evocar comodamente formas, à condição que sua ligação, ainda que artificial, torne-se suficientemente habitual. A experiência cotidiana mostra-nos, no caso das criancas, e mesmo entre os animais, o quanto é fácil instaurar uma tal associação. Então, a linguagem inicial se enriquece muito para a inteligência, sem

(232) perder sua aptidão estética, apesar do inevitável enfraquecimento de sua energia musical. A imaginação propriamente

dita retira daí até uma nova atividade, segundo um exercício quase contínuo, perfeitamente conforme à sua natureza; porque as impressões visuais fornecem a esta função composta apenas simples elementos, sem assistir jamais sua realização cerebral. Pelo contrário, sabe-se que para imaginar melhor, seja esteticamente, seja até cientificamente, convém fechar os olhos. Assim, a música, quando está suficientemente modificada, deve naturalmente tornar-se mais favorável do que a mímica para a realização real de nossa imaginação.

A primeira modificação profunda que experimentam ao mesmo tempo a arte e a linguagem, segundo esta reação crescente dos signos visuais sobre os signos auditivos, consiste em decompor a música primitiva em dois ramos distintos, que logo se separam facilmente, se bem que sua afinidade persista. Enquanto que a mais afetiva conserva a denominação inicial, a mais intelectual constitui a poesia propriamente dita. Mas apenas a etimologia da palavra música seria suficiente, além do conjunto dos testemunhos que toda a antigüidade fornece, para indicar sempre qual foi o verdadeiro caráter da arte primordial, onde a poesia permaneceu durante muito tempo absorvida na música. Quando ela se desligou da música, foi sobretudo a fim de melhor acompanhar a influência sacerdotal, que tornou-se o motor principal de sua irrevogável separação, tão logo consagrada por uma religião onde a música propriamente dita logo se subordinou à poesia teocrática. Esta nova coordenação obteve cada vez mais o assentimento universal, à medida em que o desenvolvimento intelectual, tanto teórico quanto prático, fez sentir a necessidade de uma linguagem menos sintética, na qual as noções e os projetos pudessem ser melhor formulados. Apesar da diminuição necessária que sofre assim a energia estética, a arte adquire em generalidade muito mais do que perdeu em intensidade.

(233) Em virtude desta plenitude superior, a poesia torna-se logo, por toda a parte, a primeira de todas as belas-artes, dentre as quais a música, embora mais expressiva, ocupa apenas o segundo lugar, à frente das artes especiais, todas subordinadas à arte geral. Tal é a fonte histórica da constituição final própria à nossa série estética, dogmaticamente estabelecida no meu discurso preliminar. Esta separação entre a poesia e a música, e a inversão que experimenta assim sua coordenação primitiva, devem ser consideradas como sendo as características principais que distinguem profundamente a verdadeira linguagem humana de todas as outras línguas animais. A reviravolta análoga que se realiza inicialmente entre a música primitiva e a mímica inicial não é, com efeito, particular à nossa, espécie: a maior parte dos animais superiores chegam a ela da mesma maneira que nós. Mas nenhuma de suas raças pode alcançar esta decomposição mais delicada que separa a simples linguagem poética da pura linguagem musical, sendo esta última a única conveniente às naturezas cuja inteligência se desenvolve muito pouco.

Com muito mais razão, deve-se conceber como própria à humanidade a nova modificação que, sob os impulsos crescentes dos mesmos motivos, decompõe, por sua vez, a linguagem poética, para dar-lhe uma constituição mais usual e ainda menos expressiva. Desta segunda revolução fundamental, resulta enfim a verdadeira instituição da língua humana, quando a *prosa* propriamente dita, cujo nome lembra nitidamente a fonte, é a única a permitir um livre desenvolvimento da finalidade ativa e especulativa da linguagem. Um novo impulso teórico e prático determina necessariamente esta separação decisiva, que, em todas as outras populações civilizadas, remonta às épocas desprovidas de monumentos diretos, como explicarei na dinâmica social. Quanto

(234) à finalidade afetiva da linguagem humana, ela adquire assim mais extensão, e mesmo mais pureza, embora a energia estética torne-se menor, quando a linguagem poética propriamente dita difere sensivelmente da linguagem usual.

Tais são as três grandes revoluções que sucessivamente produzem a constituição normal da linguagem humana, fazendo prevalecer em primeiro lugar a música primitiva sobre a mímica inicial, depois a poesia sobre a música, e enfim a prosa sobre a poesia. Cada uma destas modificações essenciais da ordem natural convinha evidentemente à comunicação universal, onde reside a finalidade principal desta instituição fundamental. Mas ela era igualmente indispensável ao mais importante de nossos desenvolvimentos especiais, a realização, prática e teórica, de nossa inteligência para dirigir a atividade que domina sempre a existência humana. Não posso aqui considerar separadamente as linguagens por demais particulares que provieram em seguida de uma nova decomposição análoga da língua usual, a fim de melhor satisfazer a certas necessidades especulativas. A mais notável dentre elas consiste na língua algébrica sobre a qual devo reenviar à minha obra fundamental. Haveria um verdadeiro interesse filosófico em mostrar como sua criação gradual seguiu espontaneamente um movimento semelhante àquele que acabo de caracterizar. Mas sou forçado a adiar esta explicação até o tratado especial de filosofia da matemática que deve seguir minha grande construção atual. É preciso limitar-se aqui aos sistemas de signos suficientemente gerais para terem afetado diretamente a evolução fundamental da humanidade.

Este princípio deve todavia conduzir-me a completar o conjunto das indicações precedentes, pela caracterização de uma última instituição filológica, que sempre resulta de uma outra reação menos direta da linguagem visual sobre a linguagem auditiva. Já

Auguste Comte 135

(235) mostrei como a mímica primitiva engendra as duas principais artes da forma, a fim de fixar suas expressões essenciais. Ora, a mesma necessidade se faz também sentir no caso da linguagem auditiva, cuja fugacidade espontânea é mais pronunciada ainda. Mas um tal sistema de signos não tende, como o outro, a corrigir naturalmente esta grave imperfeição, modificando-se de maneira a suscitar alguma arte especialmente suscetível de remediá-la. Ele é, assim, apesar de sua preponderância final justa, forçado a emprestar este complemento indispensável da linguagem visual, que deve conservar assim, indiretamente, uma participação constante na instituição total da língua humana. Quando a mímica fez nascer a pintura, ou mesmo antes, apenas a escultura, esta assistência normal se completa naturalmente nos desenhos ou relevos destinados a conservar o equivalente das fórmulas principais. Daí resulta a primeira escrita humana, constituindo um sistema completo de signos visuais, paralelo àquele dos signos vocais, e substituindo-se a ele quando necessário, para transmitir seus resultados essenciais. O nome especial que ela ainda conserva lembrará sempre sua origem e sua finalidade sacerdotais, quando ela fornece às teocracias primitivas a única ligação que pôde então combinar intelectualmente nossas diversas gerações. Mas as populações que puderam livrar-se suficientemente de um regime que se tornou logo opressivo precisaram esforçar-se para preencher esta função de transmissão através de uma instituição menos espontânea, que dispensou a atividade humana do uso contínuo de uma dupla linguagem. Esta necessidade nova se fez tanto mais sentir que a conservação da escrita hieroglífica exigia naturalmente uma casta especial, de cujo domínio esses povos fugiam. Tais foram os impulsos contínuos que, independentemente das teocracias propriamente ditas, conduziram a completar enfim a instituição fundamental da linguagem humana por meio da feliz e difícil fundação da escrita

(236) alfabética ou silábica. Seria supérfluo explicar que esta criação final, que, apenas ela, consolidou nossa continuidade intelectual, forma o mais exclusivo de nossos privilégios filológicos. Nenhuma sociedade animal poderia atingir a idade na qual introduz-se esse aperfeiçoamento decisivo. Mas, para evitar toda aberração orgulhosa, é preciso reconhecer que esta impossibilidade resulta sobretudo da opressão insuperável que a preponderância humana exerce necessariamente sobre a realização coletiva dos outros animais superiores. Sem uma tal fatalidade, o órgão cerebral da linguagem é bastante pronunciado nas outras diversas raças para conseguir, talvez, às mais favorecidas dentre elas, uma aquisição social equivalente. De qualquer maneira, apenas nossa espécie institui esse aperfeiçoamento final, que combina intimamente os dois modos primitivos da linguagem.

Eis como se encadeiam mutuamente todos os elementos essenciais componentes da constituição tão complexa da verdadeira linguagem humana, considerada aqui sempre naquilo que ela oferece de comum a todas as épocas e a todos os lugares. Terminando esta difícil explicação, devo notar a que ponto ela era inacessível antes que eu tivesse criado a sociologia, que é a única que podia fornecer seu princípio e indicar seu espírito. Muito embora tenha havido felizes bosquejos parciais, ainda há menos de um século que todos os pensadores que ousavam aventurar-se sobre esse grande tema, terminavam por recorrer, mais ou menos abertamente, aos expedientes teológicos. A partir de agora, o espírito positivo poderá, espero, abordar diretamente o conjunto do domínio filológico, tão ligado que está a toda construção enciclopédica, sem mesmo esperar que um tratado especial venha desenvolver suficientemente as indicações precedentes.

Devo agora prosseguir a elaboração sistemática da teoria positiva da linguagem humana, apreciando, segundo a base que venho de colocar, suas principais finalidades em

(237) nossa existência real, primeiro individual, depois coletiva. Este segundo exame deverá, como o precedente, atribuir à linguagem toda sua extensão filosófica, vendo nela, segundo sua verdadeira definição, o conjunto dos meios próprios para transmitir fora de nós, nossas diversas impressões interiores. Um tal sistema forma, com efeito, um todo indivisível, onde a parte mais usual e menos expressiva, constituindo a língua propriamente dita, é realmente inseparável, tanto dogmática quanto historicamente, daquela que recebe especialmente o nome de arte. Esta, considerada não apenas em sua fonte geral, a poesia, mas também em seus quatro ramos essenciais, música, pintura, escultura e mesmo arquitetura, forma o complemento necessário da linguagem quanto às nossas mais profundas impressões. Desta última, ela constitui, aliás, a única porção que é verdadeiramente universal, tanto no que concerne toda nossa espécie, quanto, em graus diversos, no que concerne todos os animais superiores. Enfim, esta parte mais saliente da linguagem fornece a verdadeira fonte da mais usual. Sua separação seria assim arbitrária e irracional, pelo menos se se reduzir a arte a seus dois elementos principais, o canto e o desenho, cujo uso tornar-se-á não menos unânime do que o uso da língua materna, quando a educação humana for dignamente regenerada.

Nada caracteriza melhor a impotência necessária dos metafísicos de se situarem no verdadeiro ponto de vista filosófico do que as vãs tentativas pelas quais eles se esforçaram de representar como essencialmente individual uma instituição tão plenamente social como a da linguagem. Sentimo-nos afligidos de ver esse regime falacioso fascinar um espírito tão bom como o de Hobbes a ponto de supor, contra toda evidência, que o uso pessoal dos signos para auxiliar o pensamento deva ter precedido e preparado seu uso nas comunicações mútuas. Examinando em primeiro lugar a influência da linguagem sobre nossa existência individual,

(238) compreende-se assim que eu não poderia de modo algum restabelecer aqui esse ponto de vista fantástico, irrevogavelmente eliminado pela filosofia positiva. Mas havíamos reconhecido, como princípio universal, que todas as funções do verdadeiro Grande-Ser, a despeito de sua natureza coletiva, realizam-se necessariamente segundo órgãos individuais. Ora, é o movimento geral de uma tal realização que devo agora considerar, na medida em que é afetado pela instituição fundamental da linguagem.

Antes de empreender esta apreciação no que concerne as três partes essenciais de nossa existência cerebral, é preciso determinar a função própria da linguagem no conjunto da lógica humana. Porque disso depende toda sua influência real, não apenas sobre a vida especulativa, mas também sobre a vida ativa, e mesmo sobre a vida afetiva. Segundo minha teoria cerebral, a linguagem constitui, com efeito, uma das cinco funções intelectuais, muito embora ela seja mais subordinada à preponderância do sentimento do que as quatro outras. Sua reação afetiva, por pouco forte que ela deva ser, encontra-se assim dominada naturalmente por sua natureza mental, a qual é preciso considerar em primeiro lugar.

O precedente volume estabeleceu dogmaticamente a teoria positiva da lógica humana, fundada sobre o emprego combinado dos sentimentos, das imagens e dos signos para facilitar nossas contemplações e sobretudo nossas meditações. No primeiro capítulo do atual volume, caracterizei preliminarmente a elaboração histórica desses três elementos gerais sob as três fases principais de nossa iniciação teológica. Sabe-se assim como o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo desenvolveram respectivamente, em todas as populações avançadas, a lógica dos sentimentos, a lógica das imagens e a lógica dos signos. Estas três evoluções sucessivas resultaram assim de um exercício universal e contínuo, independente de toda dogmatização especial. Desta tripla preparação espontânea,

(239) resulta finalmente a constituição sistemática da lógica humana, depois que a filosofia positiva institui enfim uma combinação decisiva entre todos os seus elementos necessários. Uma tal sistematização permite então que se conceba claramente a verdadeira função lógica da linguagem, afastando todos os exageros metafísicos que viciaram um tal exame.

Basta, para tanto, uma simples comparação geral entre este último elemento lógico, o mais artificial de todos, e cada um dos dois precedentes.

Deve-se considerar como mais segura do que nenhuma outra a lógica dos sentimentos, isto é. a arte de facilitar a combinação das noções segundo a conexão das emoções correspondentes. Nenhum procedimento factício poderia ser tão potente como esse modo instintivo, de onde emanam realmente todas as grandes inspirações de nossa inteligência, apesar do desdém superficial que ele sofre da maior parte dos pensadores modernos. Sua efi-

Os princípios condutores da análise são os seguintes:

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Abre-se aqui uma segunda parte no texto comtiano. Duas situações serão tratadas sucessivamente: em primeiro lugar, as aplicações e desenvolvimentos individuais da linguagem e, em segundo lugar, suas aplicações e desenvolvimentos sociais.

<sup>-</sup> a linguagem será considerada como sendo "o conjunto dos meios próprios para transmitir fora de nós, nossas diversas impressões interiores".

<sup>-</sup> a linguagem é uma unidade indissolúvel de duas partes: aquela que é mais propícia à expressão de impressões, e mais espontaneamente universal –a Arte em suas diversas manifestações; e aquela que é menos expressiva e mais usual na comunicação social, cotidiana e especializada, onde, conseqüentemente, a universalidade é mais voluntária e menos espontânea– a parte em que os signos são mais artificiais, menos próximos das impressões e cuja ligação com estas é mais fixa e bem determinada.

a linguagem é uma instituição coletiva, mas sua realização efetiva liga-se diretamente aos aspectos específicos e particulares da base biológica sobre a qual ela repousa; assim, no caso em questão, a vida afetiva, a vida prática ou

moral e a vida intelectual do homem e as respectivas ligações nervosas e cerebrais.

Antes de empreender o primeiro passo em sua análise, Comte situará a função da linguagem no conjunto daquilo que ele denomina a "lógica humana". Esta lógica se forma por etapas e insere-se no período teológico do desenvolvimento filogenético. As etapas são as seguintes:

- ao fetichismo corresponde o desenvolvimento da lógica dos sentimentos;
- ao politeísmo corresponde o desenvolvimento da lógica das imagens;
- ao monoteísmo corresponde o desenvolvimento da lógica dos signos.

A combinação de elementos próprios a cada etapa tem como resultado a função lógica final da linguagem. Uma tal combinação se realiza da seguinte maneira:

- a lógica dos sentimentos: possui duas dificuldades fundamentais, a saber, não permite a reprodução livre das emoções que acompanham os pensamentos e, como conseqüência, não permite a correspondência entre os pensamentos, muito mais numerosos, e os sentimentos.
- lógica das imagens: as dificuldades anteriores são aqui amenizadas por uma reprodução mais livre das imagens, que são mais numerosas do que os sentimentos. Ganha-se assim em liberdade e em precisão. Mas há, também aqui, uma dificuldade: o número de imagens e suas formas de combinação não respondem às nossas necessidades intelectuais. Isto faz com que passemos à etapa seguinte.
- lógica dos signos: ela vem resolver a dificuldade anterior, permitindo o estabelecimento de correspondências exatas entre os pensamentos e os signos.
   O que se perde aqui em espontaneidade, ganha-se, todavia, em rigor.

Esse é o resultado final da evolução da lógica humana, em que cada etapa vem resolver as dificuldades apresentadas pela etapa anterior, segundo as novas exigências da comunicação coletiva. Uma vez obtida a ligação direta e eficaz entre o signo e o pensamento, cada signo deve evocar uma imagem, e cada imagem um sentimento. Fica assim estabelecida a ligação entre a ordem exterior e objetiva, por meio dos signos, e a ordem interior e subjetiva: ao organizar nossos pensamentos, a linguagem permite, também, que sejam organizadas nossa imaginação e nossas emoções. Não se deve, pois, segundo Comte, isolar a lógica dos signos das duas precedentes, reduzindo inteiramente a ela o raciocínio; pelo contrário, a atitude positivista consiste em interpretá-la em função da presença constante da lógica das imagens e da lógica dos sentimentos no próprio raciocínio.

cácia repousa diretamente sobre a lei cerebral que representa os órgãos afetivos como mais enérgicos do que os órgãos especulativos. Mas esta lógica primitiva oferece naturalmente duas graves imperfeições, um exercício muito pouco facultativo, e elementos muito pouco precisos. Não podemos reproduzir, de acordo com nossa vontade, as emoções mais propícias que acompanham nossos diversos pensamentos. Além disso, nossas concepções sendo necessariamente muito mais numerosas do que nossos sentimentos, a correspondência mútua não pode tornar-se suficientemente determinada.

Esse duplo inconveniente encontra espontaneamente uma primeira compensação, quando a lógica das imagens desenvolve-se bastante para auxiliar habitualmente a das emoções. Com efeito, a reprodução das imagens é muito mais facultativa do que a dos sentimentos, e aliás estas comportam uma multiplicidade muito superior. Podemos assim ligar mais comodamente cada noção a uma imagem do que a uma emoção, e melhor auxiliar assim

(240) a combinação natural de nossos pensamentos. No fundo, isto significa ajudar o aparelho meditativo através do aparelho contemplativo. Mas, embora este seja mais enérgico do que o outro, ele o é menos do que o aparelho afetivo; de tal maneira que esta lógica, mais livre e mais precisa, possui menos poder do que a primeira. Além disso, as imagens estão longe de poderem reproduzir-se e multiplicar-se segundo nossas necessidades, sobretudo intelectuais.

Daí resulta a finalidade lógica da linguagem, para completar, tanto quanto possível, nossos meios gerais de combinação mental pela intervenção habitual das impressões mais voluntárias e mais variadas. Os signos ligam-se aos nossos pensamentos de uma maneira muito menos íntima e menos espontânea do que os sentimentos, e mesmo do que as imagens. Mas quando esta liga-

ção artificial se acha suficientemente estabelecida por um decisivo exercício, a facilidade de reproduzi-los e de multiplicá-los permite que o seu uso torne nossa elaboração especulativa ao mesmo tempo mais rápida e mais precisa. Todavia, seu emprego normal não deve jamais ser concebido de maneira isolada, como o fizeram irracionalmente, salvo durante a Idade Média, os filósofos ontologistas que, diante dessa lógica artificial, desconheceram essencialmente as duas lógicas naturais. Apesar dessas doutas aberrações, que tenderam a reduzir o raciocínio humano apenas à linguagem, as leis imutáveis de nossa natureza jamais cessaram de fazer espontaneamente prevalecer o uso lógico dos sentimentos e das imagens sobre o dos signos. A eficácia principal desta terceira lógica consiste em prestar assistência à segunda, da mesma maneira que esta ajuda a primeira, a fim de facilitar a combinação das imagens, assim como estas auxiliam a conexão dos sentimentos. Todavia, a ligação dos signos com os pensamentos pode tornar-se direta, e deve mesmo sê-lo com frequência, relativamente às nocões abstratas. Então

(241) liga-se artificialmente nosso mundo interior ao mundo exterior. Mas esta relação imediata possui muito menos consistência do que aquela que se estabelece pela intervenção involuntária das imagens e dos sentimentos. Deve-se assim considerar nossa perfeição lógica, apenas esboçada até aqui, como consistindo sobretudo em combinar de modo bastante satisfatório esses três procedimentos gerais, para que cada palavra evoque, tanto quanto possível, uma imagem, e cada imagem um sentimento. Teremos então aplicado a ordem exterior ao aperfeiçoamento de nossa elaboração interior, ligando nossas emoções essencialmente subjetivas a signos principalmente objetivos, em função da intromissão de imagens, objetivas pela sua fonte, e subjetivas em sua sede. Vê-se assim quanto os pretensos lógicos se fazem idéias

falsas e estreitas de nosso mecanismo intelectual, quando eles concentram toda sua atenção sobre o mais voluntário mas o menos poderoso dos três modos essenciais que comporta a combinação mental.

A função interna diretamente própria à linguagem sendo assim caracterizada, pode-se melhor apreciar a reação indireta desta grande instituição sobre todas as partes de nossa existência cerebral <sup>7</sup>

No caso das construções estéticas, que exprimem essencialmente sentimentos, a influência da linguagem apresenta-se como uma transição entre "sua eficácia moral e sua reação científica", e, o mais notável neste caso, é a associação que se estabelece entre os signos e as formas ou sons que evocamos, simetricamente à associação entre os signos e os sentimentos, analisada anteriormente. Tem-se assim a formação de imagens subjetivas e sua associação estética com imagens e sons objetivos; a expressão dessas imagens estéticas pode ser realizada pelos signos.

No caso das construções científicas, o papel da linguagem se torna mais notável. Não se deve, entretanto, negligenciar, mesmo neste caso, a presença

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Comte inicia, a seguir, o primeiro passo da análise anunciada anteriormente, a saber, a consideração das aplicações e desenvolvimentos individuais da linguagem. Isto é feito da seguinte maneira: a influência da expressão lingüística sobre as diferentes partes de nossa atividade cerebral será considerada sob as duas formas principais de motivação: a afetiva e a intelectual.

a) Comunicação afetiva pela linguagem: a expressão em geral tem sua origem nos afetos, mas à medida em que suas formas se desenvolvem, a comunicação mímica, a oral e a escrita, com as transformações inerentes a cada etapa, a expressão consolida e desenvolve, reciprocamente, os afetos. Depois da ação, é a expressão lingüística o mais poderoso estimulante dos sentimentos. Comte examinará, então, as relações da expressão mímica, oral e escrita com os sentimentos, no caso da utilização de signos. A influência da expressão lingüística sobre os sentimentos torna-se mais pronunciada quando são utilizadas, além dos signos, as imagens: é a expressão artística.

b) Comunicação intelectual pela linguagem: trata-se aqui da expressão lingüística dos pensamentos, por oposição ao caso anterior. Neste tópico, Comte examinará a expressão dos pensamentos estéticos e científicos.

Um tal exame deve compreender apenas duas influências distintas, uma afetiva, a outra intelectual. Porque a linguagem

dos sentimentos e das imagens. Para bem colocar em evidência esta situação, Comte distingue duas etapas na elaboração científica:

- etapa inicial da investigação científica, em que é a lógica dos sentimentos, auxiliada pelas imagens, a dominante. Nesta etapa, o cientista procura, e a ausência de resultados precisos implica a ausência de um discurso articulado. Os signos estão presentes, nesta primeira etapa, apenas acessoriamente.

- etapa final da investigação científica, na qual é a lógica dos signos que domina. Trata-se, então, de comunicar resultados obtidos, o que supõe precisão e clareza suficientes das noções para que possam ser expressas em um discurso. A comunicação já é, portanto, o estágio final de um longo processo em que as próprias noções foram lingüisticamente buriladas: de fato, os signos constituem, não apenas, o meio de comunicar publicamente as noções obtidas, mas, também, o seu próprio critério de clareza, precisão e objetividade. Comte insiste, então, neste sentido, sobre a importância da linguagem escrita. A linguagem oral, mesmo já sendo o resultado de um amadurecimento importante das noções, é sempre preliminar à linguagem escrita; é apenas esta que permite um exame aprofundado e definitivo da validade dos resultados expostos. A este respeito, verifica-se um fenômeno de íntima colaboração entre linguagem e pensamento, no fato de que este pode ser, e o é, com frequência, efetivamente antecipado pela linguagem sem perder sua coerência interna. O discurso, a partir de um conjunto de proposições iniciais, antecipa as proposições futuras que podem não ter sido previstas pelo pensamento, mas que encontrarão progressivamente sua posição adequada no sistema. Isto mostra, segundo Comte, a autonomia do órgão da linguagem com signos, relativamente ao órgão do pensamen-

Esta situação de autonomia, a que conduz a expressão lingüística através de signos, não deve levar-nos a esquecer, todavia, conforme um dos princípios da atitude positivista, a indissolúvel unidade lingüística que constitui a expressão estética e a expressão por signos: de fato, mesmo na exposição científica, principalmente em sua etapa preparatória, a influência da expressão estética é grande, p.e., na elaboração de imagens metafóricas: mas também na etapa final da exposição científica, a Arte, sob suas mais variadas formas, como o canto e o desenho, pode prestar um grande auxílio ao cientista – uma vez que dessas formas expressivas forem eliminadas suas origens afetivas, poderão elas ser utilizadas sistematicamente como auxiliares para as formulações abstratas.

não influi imediatamente sobre as três funções práticas salvo para obter as reações musculares exigidas por seu exercício, onde a energia inicial, a delimitação permanente e a perseverança final são sempre indispensáveis. Nenhum dos quatro outros órgãos do espírito liga-se diretamente aos do caráter propriamente dito. Mas, com exceção desta relação habitual, elemento normal da expressão real, o orgão cerebral da linguagem não modifica a região ativa do cérebro a não serhabituais da região afetiva, como o faz, em

(242) geral, toda a região especulativa. Se os signos podem, frequentemente exaltar ou temperar a coragem, a prudência e a firmeza, é apenas em função de sua ação, direta ou indireta, sobre os sentimentos. É preciso assim limitar aqui a influência cerebral da expressão, primeiro ao afeto, em seguida à concepção. Essas duas relações devem, aliás, ser consideradas de maneira plenamente geral sem nada especificar das diferentes tendências nem das diversas faculdades. Mas, após haver bem compreendido o espírito desta teoria, o leitor competente poderá suprir espontaneamente essas explicações secundárias, que aqui ficariam mal situadas.

Este duplo estudo deve ser sempre dirigido pela finalidade social que é a única a caracterizar a linguagem, a comunicação mútua dos sentimentos e dos pensamentos. O ponto de vista puramente individual convém tão mal a este grande tema que até impediu aos metafísicos de apreciarem a reação intelectual com a qual estavam exclusivamente preocupados.

Aplicando inicialmente este princípio à influência afetiva da linguagem, é fácil explicar, segundo a primeira lei da animalidade, a reação profunda da expressão sobre o sentimento. Porque ela faz parte dos efeitos gerais do exercício biológico. Nossas tendências levam-nos a exprimir suas emoções, mesmo na exis-

tência solitária, assim como a agir para satisfazê-las. Os movimentos que concorrem para a expressão, pelo menos quando ela mantém-se mímica, coincidem essencialmente com aqueles que servem à ação. Além disso, cada um exprime mais freqüentemente seus afetos com o intuito de satisfazê-los melhor, determinando seus semelhantes a auxiliá-lo. Se então a expressão resulta, sob todos os aspectos, do sentimento, ela deve, reciprocamente, tender a desenvolvê-lo e a consolidá-lo. Esta reação normal, que pertence a todos os afetos, convém sobretudo aos instintos simpáticos, cuja expressão produz em torno de nós

(243) emoções próprias para estimular-nos felizmente, por uma alternativa quase indefinida. Todavia, a expressão não constitui jamais o meio mais poderoso de excitar o afeto, o qual fortifica-se sempre mais em função da própria ação que ela deve determinar. Mas, depois da prática propriamente dita, a linguagem torna-se certamente o melhor estimulante geral do sentimento. Todas as religiões preliminares, e sobretudo o catolicismo, utilizaram profundamente, embora de uma maneira empírica, esta preciosa aptidão, para aperfeiçoar nossa cultura moral por um exercício regular da prece. A religião final obterá dela sistematicamente uma eficácia muito superior, instituindo, na vida subjetiva, a realização direta dos instintos simpáticos, como o explicará especialmente meu último volume.

Esta reação necessária da linguagem sobre o sentimento torna-se, relativamente a um afeto qualquer, mas sobretudo benévolo, tanto mais viva e mais profunda quanto a expressão é mais completa e mais enérgica. Uma tal gradação manifesta-se nitidamente quando se compara os três modos gerais da comunicação humana, primeiro mímica, em seguida oral e, enfim, escrita. Quando a primeira mantém-se sozinha, ela modifica menos na medida em que nenhuma das outras a interpreta, embora ela pos-

sa afetar muito o espectador. A expressão oral, aliás acompanhada naturalmente de gestos e atitudes convenientes, tem muito mais eficácia moral, como sempre foi reconhecido no caso da prece religiosa. Mas a expressão escrita, apesar de sua realização silenciosa e solitária, modifica-nos ainda mais, quando ela é suficientemente espontânea. Os esforços interiores que ela exige tornam-se uma nova fonte de excitação afetiva, à condição de que eles não absorvam a inteligência. Apenas ela, aliás, comporta suficientemente plenitude e precisão. As cartas de dois dignos amantes são também

(244) normalmente mais ternas do que seus encontros. A reação afetiva da expressão mede-se portanto sempre segundo sua própria intensidade cerebral. Mas sua influência moral estende-se mesmo ao caso em que a linguagem permanece puramente passiva, isto é, quando nela empregam-se fórmulas tomadas de outros domínios. Embora os modelos de prece contidos nos livros religiosos possam convir raramente à verdadeira situação de cada crente, seu uso bem aplicado não deixa de exercer uma reação salutar. Ele é menor apenas no caso em que o fiel tivesse composto sua própria efusão, seja no momento de realizá-la, seja muito tempo antes. Pode-se dizer o mesmo das passagens dos grandes poetas que utilizamos para aperfeiçoar nossas expansões espontâneas A excelência da expressão é aliás reforçada pela lembranca de todas as simpatias que essas passagens excitaram antes de nós. Todavia, a falta de oportunidade e de espontaneidade não permitem nunca a essas efusões passivas tanta eficácia quanto a de nossas menores expansões ativas, apesar da inferioridade estética destas.

Nesta apreciação geral da reação afetiva da linguagem, eu a supus como reduzida à sua parte mais usual composta dos signos propriamente ditos. Mas sua influência moral torna-se ainda

mais pronunciada, embora siga sempre as mesmas leis, quando ela se eleva especialmente à dignidade de arte, assimilando a esses signos artificiais um emprego feliz das imagens exteriores resultantes naturalmente de formas ou de sons. A energia superior de uma tal linguagem permite-lhe não apenas uma poderosa reação afetiva quando a linguagem é verdadeiramente ativa e espontânea. Essa energia pode também compensar freqüentemente a ausência total de espontaneidade, e até a insuficiência de oportunidade, como o mostra freqüentemente a influência das cerimonias religiosas e das produções estéticas sobre os mais passivos espectadores. Abusa-se algumas vezes de uma tal aptidão para

excitar emoções falaciosas, segundo fórmulas ou compo-(245)sições que correspondem a sentimentos ainda inertes. Quando tratar da cultura moral, mostrarei cuidadosamente a importância prática do preceito normal que subordina sempre a expressão ao afeto. Mas, sem que aquela deva jamais preceder a este último, ela pode ser utilizada, embora com uma grande reserva, para provocar dignamente um próximo despertar de nossos melhores sentimentos. Se esta excitação torna-se muito precoce, as impressões estéticas mais poderosas limitam-se a depositar lembranças, cuja reação moral surgirá apenas quando o órgão cerebral da linguagem vier a reproduzi-las espontaneamente no bom momento. Antes desta operação interna, tais antecipações oferecem o grave perigo de dispor a um afeto que tornaria ulteriormente impossível toda verdadeira emoção. Não é nem mesmo suficiente que a expressão se relacione sempre com um sentimento afetivo. Deve-se também destiná-la constantemente a uma comunicação real, individual ou coletiva, mas que pode ser tanto subjetiva quanto objetiva. Se a presença exterior do ser adorado fosse considerada como indispensável ao efeito moral das efusões humanas, não seria possível compreender a eficácia cerebral das preces religiosas.

Auguste Comte 149

Após haver caracterizado suficientemente a influência afetiva da linguagem, é preciso agora apreciar sua reação intelectual. Examinando-a como destinada a exprimir nossas concepções ao invés de nossos sentimentos, será suficiente nela distinguir duas ordens de pensamentos, uns estéticos e os outros científicos. Existe, sem dúvida, uma terceira classe de concepções, aquelas denominadas, especialmente, técnicas que não concernem nem nossas emoções interiores nem as noções que tiramos do exterior, mas apenas nossa reação prática sobre o meio humano.

Todavia, creio dever afastar aqui a distinção normal que (246)eu já tanto apliquei, e que utilizarei ainda bastante no resto deste tratado, entre esta última ordem de pensamentos e a ordem puramente científica. Porque a influência cerebral da linguagem deve ser essencialmente idêntica com respeito a todas as nocões que concernem o mundo exterior, seja que sua finalidade permaneça passiva ou torne-se ativa. Não se pode apreciar aqui outra distinção intelectual senão a da natureza, subjetiva ou objetiva, das concepções a transmitir. Toda subdivisão geral das noções objetivas em científicas e técnicas conduziria a desenvolvimentos que devo deixar ao leitor. Pois eles não exigem nenhum princípio novo, mas apenas uma atenção suficiente nas diferenças tais como foram caracterizadas pela minha teoria cerebral, primeiro entre as duas espécies de contemplações, em seguida entre os dois tipos de meditações.

A influência normal da linguagem sobre a construção estética constitui uma transição natural entre sua eficácia moral e sua reação científica. Com efeito, tais composições, embora plenamente intelectuais, são destinadas apenas a retraçar nossos próprios sentimentos. É por isso que a linguagem aí reage sobretudo segundo sua influência direta sobre os afetos correspondentes. A esse título, um tal exame ofereceria portanto apenas uma repro-

dução supérflua das indicações precedentes. Mas a reação estética da linguagem contém, além disso, um elemento essencial, que devo agora caracterizar separadamente.

Consiste em sua aptidão para auxiliar a combinação espontânea das imagens interiores que constituem o verdadeiro domínio da arte. Este aperfeiçoamento cerebral pode obter-se em primeiro lugar segundo os signos artificiais dos quais compõe-se a língua usual, desde que um exercício suficiente tenha-os associado preliminarmente às formas ou aos sons que eles devem reanimar em nós. Acabei de explicar a aptidão das palavras em despertar nossos mais íntimos

(247) sentimentos, por um poder normal que frequentemente deve ter parecido sobrenatural durante a longa infância da razão humana. Concebe-se, a fortiori, que elas possam despertar mais facilmente imagens com as quais uma analogia superior permitalhes uma melhor ligação. Se a vida íntima, tão cultivada na Idade Média, não fosse atualmente deploravelmente negligenciada, uma prática cotidiana faria sentir a cada um de nós como a mínima palavra pode reanimar uma imagem, comovente ou venerável, à qual a palavra aparentemente é estranha. Ora, a elaboração estética consiste, por um lado, em combinar satisfatoriamente essas imagens interiores após havê-las tornado suficientemente belas, e, por outro lado, a comunicá-las com energia, segundo um sistema equivalente de imagens externas, fornecidas pelos sons e pelas formas. Sob cada um desses dois aspectos essenciais, a operação pode ser bastante assistida pela ajuda de signos igualmente suscetíveis de ligar-se aos dois tipos de imagens, uma vez que são, como elas, objetivos em sua fonte e subjetivos quanto à sua sede. Mas, após haver concebido esta reação estética da linguagem propriamente dita, não se teria nenhuma dificuldade para ampliar a explicação à sua parte mais expressiva, que constitui a própria Auguste Comte 151

arte. Porque as imagens externas das quais dispõe o músico ou o pintor devem, evidentemente, convir ainda melhor do que signos puramente artificiais para combinar e traduzir as imagens internas resultantes de nossas emoções. Quando a educação regenerada tiver tornado o canto e o desenho tão familiares a todos quanto a palavra e a escrita, cada um utilizará constantemente a assistência preciosa que eles podem fornecer a todas nossas composições estéticas, públicas ou privadas. Essas leis íntimas de nossa constituição cerebral são empiricamente conhecidas hoje apenas pelo pequeno número de poetas ou de artistas bastante bem preparados para aplicar uma arte ao aperfeiçoamento habitual de uma outra. Mas a religião positiva, fazendo prevalecer em todas as situações

(248) o verdadeiro regime enciclopédico, logo levará a sentir dignamente a realidade e a importância de uma conexão que deve interessar diretamente o conjunto do culto humano. Cada espírito devendo então tornar-se ativamente estético, ao menos para compor suas próprias preces, não mais poder-se-á desconhecer a eficácia de uma ligação capaz de facilitar a todos essa santa elaboração cotidiana.

Tendo reconhecido o quanto a linguagem presta assistência às mais poderosas de todas as nossas funções cerebrais e às construções que melhor convêm à nossa inteligência, deve-se pressentir uma importância superior quanto à elaboração mental menos espontânea e mais abstrata. Seu papel na concepção científica foi até concebido com um exagero muito vicioso sob o regime metafísico, por pensadores que, quase sempre entregues ao vago e à flutuação, deviam sobretudo aos signos a aparente fixidez de suas idéias. Além de terem ignorado essencialmente a combinação direta das noções reais, eles negligenciaram inteiramente a reação lógica dos sentimentos, e mesmo a das imagens. Toda sua atenção permaneceu portanto limitada ao menos pode-

roso dos três auxiliares gerais de nossas meditações, atribuindo um custo exagerado à disponibilidade que o caracteriza. Muito embora os estudos científicos tenham freqüentemente conduzido a constatar parcialmente essas aberrações ontológicas, o espírito positivo não pode adquirir uma generalidade suficiente para construir uma teoria melhor a esse respeito, até o momento em que a fundação da sociologia tivesse constituído o único ponto de vista conveniente. Porque é sobretudo relacionando a linguagem com sua finalidade social que se pode conceber sadiamente sua principal eficácia teórica.

É preciso, para tanto, distinguir, em toda elaboração científica, duas fases naturais: uma, puramente preparatória, onde as concepções não são ainda comunicáveis;

(249) outra, onde elas tornam-se comunicáveis, e que é a única definitiva. Atribui-se um papel exageradamente grande aos signos no que concerne a primeira operação, e insuficiente no que concerne a segunda.

Durante o esboço inicial das concepções, indutivas ou dedutivas, a principal função lógica pertence diretamente aos sentimentos que dirigem e sustentam a contenção mental, tomando por ajuda as imagens que a tornam mais precisa e mais rápida. Os signos participam aí apenas acessoriamente, para fixar melhor os elementos e os resultados de cada especulação abstrata, os quais permanecem por demais expostos a se alterar ou se apagar sem uma tal ajuda. Toda a ciência do cálculo oferece-nos, já desde os seus primeiros passos, admiráveis exemplos desta preciosa aptidão. A numeração abstrata tornar-se-nos-ia já impossível além do número três, como nos animais, se a instituição dos nomes não nos permitisse conservar e distinguir os diversos grupos de unidades. Mas esta incontestável eficácia dos signos quanto às mais simples noções diminui muito à medida em que os temas se

complicam. Fora do domínio matemático, a linguagem assiste realmente esta primeira fase meditativa apenas fornecendo, segundo a feliz expressão de Hobbes, algumas *notas* próprias a demarcar o caminho espontâneo do espírito. Convenientemente aplicadas, aqui e ali, elas determinam melhor as condições e os produtos desta elaboração provisória, que não poderia ainda comportar nenhum verdadeiro discurso.

Tudo se passa de outra maneira quando a ação mental tende diretamente à comunicação, que caracteriza sempre sua verdadeira finalidade. Um tal objetivo constitui a única prova decisiva da maturidade de nossas concepções em geral. Não apenas confirma sua realidade, preservando-nos de tomar o subjetivo pelo objetivo; mas constata, sobretudo, que elas adquiriram bastante precisão e consistência. Mesmo se se tratasse de

(250) concepções destinadas unicamente ao nosso uso pessoal, deveríamos considerar como sendo muito pouco trabalhadas aquelas que não fossem verdadeiramente comunicáveis. Porque, se elas não são essencialmente quiméricas, esta única prova é suficiente para julgá-las vagas, confusas e flutuantes. Ora, a linguagem que preside imediatamente à comunicação deve também auxiliar muito a elaboração que a torna possível. Ela não se limita mais a fornecer simples notas esparsas, como no esboço inicial. Sua função produz então um discurso contínuo, que se desenvolve e se esclarece ao mesmo tempo que a meditação, cuja realização espontânea torna-se assim difícil de distinguir de uma tal assistência.

Esta eficácia lógica da linguagem manifesta-se nos dois modos gerais que comporta a comunicação teórica, primeiro oral, depois escrita. A primeira, menos perfeita e mais fácil, constitui somente, em um verdadeiro pensador, uma prova preliminar, privada ou pública, da maturidade das concepções. Quando ob-

tém sucesso, ela não pode jamais ser suficiente, porque a rapidez da produção e da apreciação não poderiam permitir um exame bastante aprofundado. Mas, pronunciando-se sobre a realidade e a oportunidade do trabalho, ela é apropriada para indicar-nos também quais esforços ele ainda exige para adquirir a nitidez, a precisão e a coerência convenientes para a plenitude e para a estabilidade do resultado. Esse aperfeiçoamento definitivo não pode jamais provir senão da exposição escrita.

Não apenas esta, ao conservar as noções obtidas, é a única a permitir seu exame decisivo, ao abrigo de todo prestígio oratório. Mas a clareza e continuidade que lhe são próprias conduzem-nos, durante sua realização gradual e solitária, ao último grau de precisão e consistência que os pensamentos humanos comportam. Não se pode chegar até aí, quando nos limitamos à comunicação oral, mesmo pública.

(251) Todas as grandes concepções, após terem sido suficientemente preparadas pela meditação, surgiram irrevogavelmente sob a pena, para realizar uma digna exposição escrita. A participação teórica da linguagem torna-se, então, também mais inseparável do simples esforço mental, a ponto de verificar o célebre aforismo que Buffon limitava demais às composições estéticas. É aí sobretudo que se pode observar frequentemente o fenômeno cerebral, indicado no volume precedente, onde o discurso antecipa o pensamento, sem alterar seu paralelismo. O órgão da linguagem, então mais ativo do que o aparelho da meditação, toma a iniciativa parcial das próximas proposições, guiando-se segundo o conjunto das precedentes. Ele fornece assim expressões que podem ser prematuras, mas que logo convirão a outras situações. Um tal fenômeno, além de confirmar diretamente a existência distinta do órgão dos signos, indica também sua profunda cooperação no trabalho teórico, suscitada pela exposição escrita.

Nesta apreciação sumária do papel científico da linguagem, precisei ter em vista sobretudo o emprego das palavras e das notações, como sendo mais convenientes à elaboração abstrata. Mas é preciso também prolongar até aqui minha recomendação anterior de considerar sempre a linguagem em seu verdadeiro conjunto, sem jamais separá-la da arte propriamente dita. Esta última parte do sistema total da expressão humana não poderia, enquanto mais concreta e menos analítica, convir tanto às construções científicas quanto às composições estéticas. Todavia, ela pode aí preencher uma função muito mais íntima e mais eficaz do que o indica atualmente a extrema imperfeição de nosso regime intelectual. Minha obra fundamental assinalou há já muito tempo a aptidão geral do espírito estético para aperfeiçoar nossas teorias científicas, utilizando convenientemente o grau de liberdade que permite a natureza sempre

(252) relativa das concepções positivas. A educação regenerada deve, além disso, segundo o discurso preliminar do presente tratado, preparar-se para a lógica científica pela lógica estética. Sob esse duplo impulso, eis-me conduzido a mencionar também a função, mais especial e mais contínua, que a arte pode exercer sobre a ciência, a título de complemento natural da linguagem, prestando assistência direta às duas partes essenciais da elaboração teórica. Quando o grande problema cerebral cessar de ser cindido empiricamente a importância de uma tal ajuda habitual não mais parecerá paradoxal. Cada um poderá sentir que o regime do espírito deve tornar-se tão sintético quanto o exige a íntima solidariedade de seu aparelho orgânico.

A influência estética prestará assistência sobretudo à meditação científica durante a fase que, precedendo à elaboração didática, comporta menos a intervenção dos signos artificiais. Então, a natureza, mais geral e menos determinada, das concep-

ções teóricas torna-os mais acessíveis às reações poéticas, e mesmo às imagens musicais ou gráficas. Esta assistência, que pode estender-se até às especulações mais abstratas, convém melhor às mais elevadas concepções, enquanto mais próximas de nossa natureza, segundo minha lei enciclopédica. Mesmo durante a segunda fase meditativa, quando a construção teórica leva diretamente à comunicação, e sem excetuar a exposição escrita que termina a elaboração normal, a arte pode ainda ajudar imediatamente a ciência, se bem que em menor grau. O estado, mais preciso e menos sintético, dessas concepções definitivas não impede absolutamente, com efeito, às imagens estéticas de completarem, segundo sua energia superior, a função lógica dos signos artificiais. Se o empirismo acadêmico rejeita atualmente tais auxílios, estes serão, espero, melhor apreciados pelos pensadores bastante familiarizados com o canto e o desenho, sem o que toda linguagem permanece

(253) insuficiente, mesmo no que concerne sua mais abstrata aplicação. Explicando o uso sistemático desses auxiliares intelectuais, independentemente de sua reação afetiva, a teoria positiva da natureza humana faz, aliás, sentir o quanto é importante combinar todas as forças verdadeiramente capazes de auxiliarem um trabalho tão difícil.

Tais são as relações normais da instituição da linguagem humana com as diversas partes de nossa existência cerebral. Essas considerações genéricas receberão logo um primeiro desenvolvimento natural quando eu considerar diretamente, no antepenúltimo capítulo deste volume, o quadro fundamental da vida social. O volume seguinte fornecer-lhes-á espontaneamente uma precisão crescente, estudando o verdadeiro conjunto da evolução humana. Enfim, meu quarto volume determinará especialmente sua finalidade essencial, para caracterizar o estado definitivo

desta grande instituição. Mas as indicações precedentes devem já ser suficientes ao ponto de vista abstrato sob o qual foi preciso aqui fundar a verdadeira teoria da linguagem.

Para completar esta teoria, resta-me apenas estendê-la imediatamente até à existência coletiva, única fonte possível da evolução correspondente.<sup>8</sup> Mas, uma tal apreciação, na qual a

Linguagem e propriedade: estas duas instituições sociais constituem igualmente sistemas de acumulação e de transmissão, respectivamente, da vida espiritual e da vida material. Comte insiste, então, sobre as diferenças fundamentais entre as duas:

Da mesma maneira, há exageros perniciosos que são cometidos quando os guardiões sociais da propriedade degeneram em árbitros egoístas, e quando os utilizadores da linguagem, nada tendo construído, retiram desse tesouro peças de ornamento pessoal para nada produzirem, apenas brilharem socialmente.

Linguagem e família: este tópico ressalta, mais uma vez, de acordo com o espírito positivista, o caráter coletivo da linguagem. A família constitui o órgão social de engendramento da linguagem; e, no seio da família, a mãe é o instrumento mais adequado. Trata-se, aqui, todavia, não se deve esquecer, de uma função exercida exclusivamente por agentes sociais anônimos no interior de um sistema, e não de relações pessoais ou individuais. É o coletivo social que se manifesta no interior das instituições particulares determinando funções e estruturas.

Linguagem e sacerdócio: de todas as instituições sociais esta é a mais propícia à divulgação e ao desenvolvimento social da linguagem (como já foi examinado no texto), pois supõe apenas a simples imitação ritual dos gestos e sons. Esta tarefa é igualmente exercida pela classe dos poetas, quando o sacerdócio degenera. Mas, em todos os casos, essas instituições supõem a linguagem, não

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Comte vai efetuar agora o segundo passo da análise anunciada, isto é, considerar a aplicação e os desenvolvimentos da linguagem no nível coletivo. Para isto, serão examinadas as relações da linguagem com a propriedade, a família e o sacerdócio.

<sup>-</sup> a propriedade, para realizar eficazmente sua função social, tende a uma concentração individual;

<sup>-</sup> a linguagem, pelo contrário, sendo um "tesouro universal", implica a posse comum e, mesmo, seu desenvolvimento e conservação supõem que todos possam ter acesso a esse tesouro.

linguagem é diretamente considerada em sua função própria, exige aqui apenas um exame muito sumário. Era preciso explicar como uma instituição unicamente destinada às comunicações mútuas exercia, todavia, uma reação profunda sobre as principais funções individuais. Este tema difícil foi tão reduzido, e mesmo viciado, pela antiga filosofia, que eu não poderia fazer prevalecer o espírito positivo sem muitas retificações complicadas. Tais esforços tornam-se agora supérfluos com relação a uma tão clara apreciação quanto a da comunicação direta, primeiro doméstica, depois política, onde os entraves essenciais resultavam

(254) apenas da impossibilidade de se assumir o ponto de vista conveniente.

Sob este aspecto social, a instituição da linguagem deve ser, finalmente, comparada à da propriedade, cuja teoria positiva

a criam. A comunidade tende espontaneamente a estabelecer relações de comunicação, e é aí que reside a origem da linguagem enquanto instituição social espontânea.

Em conclusão, a comunidade é o fator decisivo, não apenas da criação da linguagem, mas também o critério de conveniência ou não das inovações que nela são introduzidas, mesmo contra a opinião dos doutos. A linguagem usual da comunidade é o critério final da conveniência dos discursos filosóficos e científicos. Entenda-se, aqui, não o critério técnico de conveniência, que é próprio a cada domínio, mas, critério de conveniência em um nível talvez mais profundo: a conveniência de uma tese filosófica ou científica não é justificada apenas por critérios técnicos, mas também, e em última instância, pelo critério da comunicação, da compreensão e do assentimento mútuo da comunidade social. Como afirma Comte: "Obrigados a se entender com o público os mais sonhadores são levados a se entender a si próprios". Mais uma vez, é a exigência da comunicação social que impera: primeiramente consigo próprio, o que garante um nível prévio de clareza e precisão dos pensamentos, graças a esse instrumento objetivo que é o signo lingüístico; em seguida, com a comunidade, que os retifica, corrobora ou elimina, em função de suas necessidades, dos novos obstáculos que encontra e das novas soluções que elabora.

Auguste Comte 159

resulta do segundo capítulo deste volume. Porque a primeira realiza, para a vida espiritual da humanidade, uma função fundamental que equivale àquela que exerce a segunda relativamente à vida material. Após haver facilitado essencialmente a aquisição de todos os conhecimentos humanos, teóricos ou práticos, e dirigido nosso impulso estético, a linguagem sanciona esta dupla riqueza, e a transmite a novos cooperantes, Mas a diversidade dos resíduos estabelece uma diferença capital entre as duas instituições conservadoras. Para produções destinadas a satisfazer necessidades pessoais, que as destróem necessariamente, a propriedade deve instituir conservadores individuais, cuja eficácia social é até aumentada por uma sábia concentração. Pelo contrário, no que concerne às riquezas que comportam uma posse simultânea sem sofrer nenhuma alteração, a linguagem institui naturalmente uma comunidade plena, onde todos, tirando livremente do tesouro universal, contribuem espontaneamente para sua conservação. Apesar desta diferença fundamental, os dois sistemas de acumulacão suscitam abusos equivalentes, igualmente devidos ao desejo de gozar sem produzir. Os conservadores dos bens materiais podem degenerar em árbitros exclusivos de seu próprio emprego, muito frequentemente dirigido às suas satisfações egoístas. Da mesma maneira, aqueles que não colocaram absolutamente nada no tesouro espiritual, ornam-se dele de maneira a usurpar um fragmento que os dispensa de todo serviço efetivo. Esta tendência parasita é aliás mais fácil e mais frequente do que a outra, sem ser menos nefasta, porque é mais amparada pela natureza coletiva do tesouro. A linguagem, que o Grande-Ser coloca generosamente à livre disposição de todos os seus servidores para

(255) comunicar e aperfeiçoar seus sentimentos e seus pensamentos, muito freqüentemente serve para formular emoções arti-

ficiais, e sobretudo para dissimular a ausência de concepções próprias.

Na apreciação geral de uma tal instituição, devo apenas insistir aqui sobre sua natureza profundamente coletiva, que foi sempre desconhecida até o surgimento do positivismo. A sabedoria empírica não podia, a esse respeito, compensar suficientemente as aberrações doutas inspiradas por uma filosofia incapaz de ultrapassar o ponto de vista individual. Na falta de uma doutrina verdadeiramente positiva a esse propósito, conserva-se um respeito estranho por aqueles que pretendem ensinar-nos dogmaticamente uma arte que resulta espontaneamente de um impulso universal, semelhante, mas superior, àquele das outras sociedades animais. Embora os gramáticos sejam ainda mais absurdos do que os lógicos, eles são bem menos descreditados até nossos dias. A barbárie e a impropriedade da maior parte dos termos que lhes pertencem deveriam ser suficientes para caracterizar a inutilidade de suas pretensões concernentes à fala.

Através da instituição da linguagem, o verdadeiro Grande-Ser revela-nos sem cessar sua própria existência, enquanto nos inicia ao conhecimento da ordem universal que o domina. Esta ordem encontra-se profundamente impressa na própria composição de todos nossos signos, cuja eficácia é sempre o resultado de sua fixidez, impossível sem a permanência da economia natural. A parte objetiva de cada um indica a ordem exterior de onde ela emana, e sua parte subjetiva supõe a ordem interior que ele deve consolidar ligando-a melhor à primeira. Segundo uma sistematização completa da clarificadora abordagem de Hobbes sobre a teoria dos signos, a filosofia positiva concebe definitivamente as relações voluntárias que os instituem como uma simples extensão das relações involuntárias que dirigem o mundo real. Então a linguagem toma um caráter verdadeiramente sagrado, incorporando-se

(256) à religião, pois ela aperfeiçoa diretamente a unidade humana, tanto individual quanto coletiva, ainda que com liames artificiais. Sua existência apenas já evoca também o Grande-Ser que a forma, conserva-a, e desenvolve-a através de uma incessante solicitude, que nenhum poder pessoal poderia substituir. Uma vez que a filosofia elevou-se ao verdadeiro ponto de vista universal, cada um deve facilmente apreciar assim a situação contraditória de todos aqueles que desconhecem a Humanidade. O devoto, cristão ou muçulmano, que agradece seu deus pelos benefícios realmente devidos à nossa verdadeira providência, não pode proferir suas preces anti-sociais a não ser em uma língua que emana sempre do Ser-Supremo que ele não admite. Igualmente, o comunista ou socialista, que rejeita cegamente a continuidade humana, prega suas utopias anarquistas segundo fórmulas construídas pelo conjunto das gerações anteriores.

Esta natureza coletiva da linguagem é tão pronunciada que resulta bem mais da existência política do que apenas da existência doméstica.

Todavia, ela surge sempre na família, como o confirma, mesmo atualmente, sua constituição mais afetiva do que intelectual. Mas ela se desenvolve aí muito pouco, sobretudo no que concerne os signos artificiais, que já dominam há muito tempo. As populações nas quais as famílias são ainda unidas apenas por expedições temporárias, de guerra ou de caça, possuem apenas um vocabulário mínimo. Embora a vida doméstica desenvolva mais a parte estética da linguagem, eu já assinalei que o impulso principal das belas-artes resulta sempre da vida social propriamente dita. Unicamente a mímica primitiva é suficiente, e mesmo convém melhor, à expressão dos sentimentos mútuos entre seres que se simpatizam bastante para preferir os signos mais sintéticos. Por outro lado, seus pensamentos práticos, e mesmo teóricos, transmitem-se antes

(257) pela simples imitação do que segundo um verdadeiro ensinamento: o exemplo aí dispensa o discurso. Comete-se, a esse respeito, um equívoco muito natural, mas que logo deixará de ser perdoável, ao ver-se a família a presidir agora à transmissão individual da linguagem humana. Esta função, própria sobretudo à mãe, constitui realmente um encargo social, realizado pelos auxiliares domésticos do poder espiritual. A linguagem pode desenvolver-se menos nas famílias primitivas, na medida em que uma opressão brutal pesar sobre o sexo mais apto para esta evolução.

Um tal impulso pertence então à sociedade propriamente dita, onde ele opera à medida em que as relações se estendem e se complicam. Conveniente já no que concerne à parte estética da linguagem humana, esta apreciação se aplica sobretudo aos signos artificiais, que prevalecem cada vez mais no uso universal, como nas elaborações especiais, teóricas e práticas. O discurso adquire novos termos, quando o pensamento, científico ou técnico, permite um melhor conhecimento da ordem natural ou conduz a modificá-la ainda mais. Mas a constituição íntima de nossa linguagem se aperfeiçoa gradualmente, segundo a melhora contínua das relações sociais, à medida que nossa atividade coletiva se desenvolve e se transforma. A sociologia dinâmica permitirá freqüentemente que se sinta esta conexão necessária, sobre a qual não devo agora insistir.

Se alguma classe especial pudesse ser autorizada a atribuir-se a principal instituição da linguagem humana, um tal privilégio conviria sobretudo ao sacerdócio. Porque ele faz naturalmente sua aplicação mais conveniente para desenvolvê-la e para consagrá-la, tendo em vista realizar um ensinamento onde apenas a imitação torna-se suficiente. Quando a teocracia aborta ou se dissolve, os poetas sucedem aos padres nessa aptidão característica, segundo a qual eles criaram no passado orgulhosas

ficções sobre a fundação das línguas. Os puros filósofos, e menos ainda os simples sábios, não podem, a esse respeito, erigir nenhuma pretensão razoável, salvo no que concerne a algumas expressões doutas, comumente mal construídas. Mas as duas classes cujos títulos para esse monopólio são os mais bem fundados nada fizeram realmente senão concorrer, na proporção de suas próprias necessidades para desenvolver uma instituição nascida sempre espontaneamente de um instinto coletivo. O ensino sacerdotal e o impulso poético supõem, evidentemente, a linguagem, sem jamais poder criá-la, não mais do que o estado social, o qual foi frequentemente atribuído a essas mesmas influências. É a uma tal espontaneidade popular, ao mesmo tempo conservadora e progressiva, que todas as nossas línguas devem sua admirável retidão. Mesmo a mais sistemática e a menos extensa. a escrita hieroglífica que convém às especulações algébricas. resulta também de comunicações mútuas, através de uma lenta elaboração coletiva, que nenhum gênio matemático poderia substituir.

É assim que o público tem necessariamente uma parte fundamental em todas as construções, científicas ou estéticas, cujos órgãos próprios se atribuem, de maneira vã, toda a glória. Sua aptidão espontânea não deve de modo algum surpreender, no que toca uma instituição diretamente ligada à nossa constituição cerebral. Embora seja mais fácil aprender do que inventar, a extrema facilidade com a qual apropriamo-nos das línguas, desde a mais tenra idade, à condição de que se esteja preservado de todo ensinamento douto, confirma suficientemente uma tal origem. As leis essenciais da linguagem são mesmo bem melhor observadas pelas crianças, como pelo povo, do que pela maior parte dos filósofos e dos gramáticos. Nossas línguas, aliás, apesar de sua complicação atual, tornam-se, sob vários aspectos, inteligíveis

aos animais mais sociais, quando eles estão suficientemente dispostos.

O público humano é assim o verdadeiro ator da lingua-(259)gem, assim como seu verdadeiro conservador. Uma repugnância justa quanto às inovações inoportunas garante assim a conveniência que sempre caracteriza essas aquisições graduais quando se remonta à sua etimologia, porque elas emanam de uma necessidade há muito tempo ressentida. As próprias ambigüidades, que se atribui desdenhosamente à penúria popular, atestam frequentemente proximidades profundas, felizmente percebidas pelo instinto comum, muitos séculos antes que a razão sistemática possa aí chegar. Em minha obra fundamental, assinalei, a esse respeito, o exemplo mais decisivo, quanto aos dois sentidos da palavra necessário, dos quais apenas a filosofia positiva explicou a íntima conexão. Eu poderia estender aqui essa observação a muitos outros equívocos realmente admiráveis, como quanto às palavras justo, ordem, propriedade, humanidade, povo, etc. Mas, a qualificação de positivo deve já ser suficiente ao leitor para o desenvolvimento espontâneo desta útil apreciação, tão pouco compreendida atualmente.

Enfim, a providência coletiva que constrói e mantém a linguagem humana aplica-a também para corrigir, tanto quanto possível, as aberrações de um gênio teórico que permaneceu até então radicalmente inferior ao instinto prático. Obrigados a entender-se com o público, os mais sonhadores são levados a compreender-se a si próprios. A verdadeira lógica universal, tão profundamente impregnada em toda língua usual, assinala e restringe as divagações de uma filosofia fantástica assim como as de uma ciência vã. Dispensada de sistematizar as noções que ela formula, a linguagem consagra espontaneamente todas as verdades constatadas, por mais opostas que elas sejam aos preconceitos teóricos.

Por exemplo, enquanto que a filosofia, teológica ou metafísica, rejeitava a existência natural dos afetos benévolos, a poesia, melhor intérprete da sabedoria comum reservava-lhes quadros decisivos.

(260) Após esta apreciação suficiente da natureza coletiva de nossa linguagem, sou conduzido a terminar este capítulo caracterizando o prosseguimento necessário de uma tal instituição. Mas, devo aqui, mais ainda do que no resto deste volume, limitar-me a colocar o princípio geral de uma evolução parcial que, profundamente ligada ao conjunto do movimento humano, comporta, menos do que nenhuma outra, um estudo separado.

Como em todas as outras situações, esse princípio consiste em desenvolver cada vez mais a finalidade correspondente, sempre nitidamente apreciável desde o primeiro impulso de cada verdadeira construção. Nenhum outro caso pode oferecer uma aplicação tão completa desta grande regra sociológica, porque a finalidade da instituição encontra-se aqui melhor acentuada. Todas as aberrações metafísicas sobre o prosseguimento e o estado final de nossas línguas foram devidas essencialmente à viciosa preponderância do ponto de vista individual relativamente ao sujeito, o qual exige sobremaneira uma teoria social.

Instrumento universal de nossas comunicações mútuas, a linguagem deve sempre seguir o mesmo encaminhamento que elas. Seu destino é então regrado sobre o da sociedade humana, da qual eu já caracterizei a evolução necessária. Assim como

Idéias, Campinas, 3(1):103-168, jan./jun. 1996

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Neste final de texto, Comte indica, apenas, uma noção que faz parte de sua análise da dinâmica social, a saber, a tendência à unificação da linguagem, como conseqüência da uniformização dos costumes. Daí evidencia-se, segundo Comte, a conexão íntima entre linguagem e religião, uma vez que as duas tendem à unidade humana (o tema da unidade humana e a religião é tratado no cap. I deste mesmo volume).

esta, a linguagem deve em primeiro lugar sofrer uma longa iniciação, onde sua característica permanece essencialmente parcial, para tender em seguida na direção de uma universalidade ativa, à medida em que nossas relações se consolidam e se desenvolvem. Assim, a unidade constitui o estado final da linguagem, tão necessariamente quanto a da civilização e a da religião, às quais ela adere intimamente. Um sistema de comunicação mental e moral não poderia permanecer sempre uma fonte de separação coletiva, uma vez que as opiniões e os costumes tornem-se suficientemente conformes. Mas uma filosofia que reduzia nossas línguas a fornecer a base geral da lógica individual não podia jamais perceber sua unidade final.

Surgida da vida doméstica, como em todos os outros (261)animais, a linguagem humana varia, em primeiro lugar, de uma família a outra, sem jamais deixar de oferecer o tipo comum próprio à nossa espécie. Sua propagação permanece sempre tão limitada quanto sua extensão. Quando o estado social começa a desenvolver-se, o regime correspondente comporta apenas coalizões parciais, cujos liames internos são inseparáveis das antipatias externas. Porque a fé religiosa e a atividade militar combinam algumas famílias apenas isolando-as das outras. O conjunto dos homens não pode colocar-se melhor de acordo no que concerne a crenças quiméricas senão em função de uma meta hostil. Ora, a linguagem deve seguir o mesmo curso que a comunidade de opiniões e de costumes que ela supõe e desenvolve. Apenas uma anomalia pouco durável estendê-la-ia para além da associação correspondente, senão temporal, pelo menos espiritual. Mesmo neste caso, ela levaria espontaneamente a reunir as populações respectivas. No meio das lutas mais encarnicadas, o homem sempre experimentou uma repugnância involuntária em destruir o inimigo que lhe pedia graça em sua própria língua.

Todas essas noções, das quais devo indicar aqui apenas o princípio, encontram-se convenientemente explicadas e verificadas na dinâmica social.

É em seguida no último volume deste tratado que é preciso reservar também a apreciação direta da unidade final na direção da qual acabo de assinalar a tendência necessária da linguagem humana. Por mais vãs que tenham sido as utopias concebidas a esse respeito, segundo uma filosofia absoluta e individual, seu impulso crescente durante os três últimos séculos, em pensadores até eminentes, indica confusamente, assim como nos outros sonhos análogos, esse próximo acontecimento futuro. Era absurdo, sem dúvida, esperar pela língua universal deixando prevalecer crenças divergentes e costumes hostis. Mas seria igualmente contraditório conceber todas as

(262) populações humanas unidas por uma fé positiva dirigindo uma atividade pacífica, e falando ou escrevendo línguas sempre diferentes. Devo ainda determinar, aqui, menos a época de uma tal harmonia do que sua constituição. Todavia, reenviando ao meu quarto volume esta dupla apreciação, seria preciso, agora, completar a teoria estática da língua humana, fazendo surgir, de sua verdadeira natureza geral, sua unidade definitiva.

Uma tal conclusão evoca espontaneamente a comparação inicial deste capítulo entre a linguagem e a religião. Mas sua analogia primitiva torna-se agora uma íntima conexão, segundo esta aptidão no sentido da unidade humana. Transpondo aqui por sobre a transição indispensável, de que os dois volumes seguintes tratarão, podemos já conceber os dois órgãos essenciais da futura espiritualidade dirigindo, cada um à sua maneira, o impulso simultâneo da religião e da linguagem próprios à nossa espécie. Desde as primeiras comunicações orais, a mulher anunciará a mãe comum eterna que os instituiu gradualmente. A análise reli-

giosa de uma língua que tornou-se familiar deverá permitir em seguida ao sacerdócio revelar convenientemente a imutável economia, ao mesmo tempo interior e exterior, da qual ela constitui um aperfeiçoamento geral. Através desta dupla iniciação, a linguagem tenderá diretamente no sentido de sua santa finalidade, ao melhor coordenar o interior unindo-o mais ao exterior. É assim que os homens regenerados aprenderão cada vez mais a amar e venerar simultaneamente a ordem artificial de onde procedem imediatamente tais benefícios e a ordem natural sobre a qual aquela repousa necessariamente.

## Resenhas

## AS RAZÕES DA RAZÃO

Sergio Silva\*

Muitos dos que reconhecemos hoje como fundadores da Economia Política e das Ciências Sociais estão entre aqueles pensadores do século XIX que -segundo Raymond Williams (*Marxismo e literatura*, Zahar, 1979)- transformaram a reflexão sobre a sociedade à imagem da lógica que se afirmava de modo avassalador com a grande indústria e a tecnologia (aplicação da ciência à produção). Essa lógica, mesmo quando na forma da contradição, aparecia como o incontestável desenvolvimento da própria Razão.

No século XX, aqueles que poderíamos chamar de seus herdeiros revelaram à Razão científica praticamente todos os campos da sociedade. São brilhantes e numerosos pensadores, de diversas orientações ideológicas, mas sempre preocupados com as questões sociais e com as suas possíveis soluções, através de novas formas de organização da sociedade (ou, pelo menos, da adoção de políticas públicas adequadas), com o apoio de amplos movimentos sociais e políticos (ou, pelo menos, de uma opinião pública bem informada), e sempre sob a orientação de uma elite esclarecida.

É de justiça notar que esse movimento é especialmente importante no que se refere aos problemas econômicos ou sócioeconômicos, de tal modo que é, muitas vezes, através da Eco-

Idéias, Campinas, 3(1):169-178, jan./jun. 1995

<sup>\*</sup> Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

nomia que ele entra no campo definido como "propriamente" político. E, no que diz respeito a esse privilegiado entrelaçamento da economia com a política, com vistas ao encaminhamento de soluções para os problemas da sociedade, os teóricos do desenvolvimento ocupam, certamente, um lugar de destaque, sobretudo entre os anos 40 e 60.

É justamente sobre eles que nos fala o livro que Reginaldo Moraes acaba de publicar -Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal (Ática, 1995). Como aprendemos desde a leitura da orelha e da quarta-capa, o autor nos propõe uma introdução ao conjunto de "idéias, paixões e interesses" que constituíram o universo do pensamento cepalino e, em particular, de Celso Furtado. Uma introdução que tem sempre presente as relações desse pensamento não somente com as idéias, mas também com a história do século XX, através das questões por ela colocadas.

O livro é uma nova versão, mais leve e menos extensa, da tese defendida pelo autor, em 1987, na Universidade de São Paulo: *Planejamento: democracia ou ditadura? Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra*. Mas a adoção de uma forma de estilo de leitura mais fácil, destinado a um público amplo, não impediu o autor de manter, no centro dessa nova versão, as questões relativas à Razão e à racionalidade, desenvolvidas no seu Doutorado em Filosofia.

Um dos aspectos mais interessantes do trabalho de Reginaldo Moraes -de certo modo diretamente decorrente das suas preocupações com estas questões- está em que, sem deixar de atribuir uma importância central ao contexto histórico e aos fundamentos sociológicos e políticos do pensamento da Cepal e de Celso Furtado, ele consegue ser

"também o roteiro de um drama vivido por indivíduos que achavam necessário examinar o mundo segundo a ordem das razões, para poder transformálo de acordo com a ordem dos desejos".

Sergio Silva 171

Nessa linha, Reginaldo Moraes nos apresenta toda uma série de reflexões relacionada com a questão geral da Razão, que nos remete, ao mesmo tempo, para as relações e para as diferenças entre o pensamento da Cepal e de Celso Furtado, de um lado, e o pensamento do século XIX, de outro. Assim, por exemplo, chama a nossa atenção (p. 53) para uma afirmação de Celso Furtado (em *Fantasia organizada*): "a Secretaria Executiva [da Cepal] se oferecia para servir como *parteira da história*" e, logo em seguida (p. 54), destaca:

"A expressão não é certamente fortuita. Pretende-se substituir o fator violência, constante na conhecida frase marxista".

O desejo de compatibilizar um programa de reformas com as preocupações de paz social e estabilidade política do *establishment* internacional é certamente fundamental para entender o pensamento que sustenta as análises de Celso Furtado, da Cepal e dos teóricos desenvolvimentistas de um modo geral, como aparece ao longo dos primeiros capítulos, de *O mundo partido das Nações Unidas* ao *Ovo da serpente: a gestação da Cepal*.

Esse desejo está certamente vinculado à substituição da "razão da violência" pela "razão consensual". Reginaldo Moraes dedica-se especificamente a esta questão no capítulo sobre a gestação da Cepal -conforme, notadamente, os itens *O desafio da persuasão* e *O parto (sem dor) da história*, de onde tiramos a citação acima- e, logo em seguida, no capítulo 5, *Furtado, entre o sonho e o plano*, em especial no item *Os reformadores, a persua-são e o consenso*.

Digamos, desde logo, que não se trata de nenhuma tentativa de indicar uma submissão ao *establishment* internacional da época. O que não teria muito sentido tendo em vista que nos parece impossível pensar esse mesmo *establishment* sem nele incluirmos esses pensadores e homens de ação. Além disso, a análise apresentada ao longo desses primeiros capítulos permite reconhecer que as preocupações com a paz social e a estabilidade política

não podem ser circunscritas a um pensamento conservador e reacionário ao qual o pensamento desenvolvimentista e reformador se adequaria por razões "táticas".

Essas preocupações já aparecem no centro das obras de dois expoentes dessa Razão do século XX, que, evidentemente, se encontram entre os pensadores que mais influenciaram os cepalinos e, confessadamente, Celso Furtado: Keynes e Mannheim. A Primeira Guerra Mundial e as grandes crises econômicas são referências fundamentais para Keynes; isso tudo, mais o fascismo, o nazismo e o stalinismo e a Segunda Guerra, para Mannheim. Para salvar a democracia, é preciso uma nova política econômica, para o primeiro, e o planejamento (democrático), para o segundo. Em ambos, a reflexão sobre a realidade do século XX conduz à defesa de uma maior intervenção social, via Estado, em nome da Razão.

Na linha de Keynes e Mannheim, os cepalinos defendem uma importante intervenção do Estado, como elemento central e indispensável à orientação da economia (e da sociedade). Da mesma forma que a preocupação com a paz social, a intervenção do Estado não representa uma concessão tática, nem, como bem assinala Reginaldo Moraes, "práticas heréticas a curto prazo" combinadas com uma "posição econômica ortodoxa em princípio (e a longo prazo)" (p. 50).

Muito antes pelo contrário, a Cepal e Celso Furtado vêem na intervenção do Estado, fundada na forma maior de desenvolvimento da Razão -a Ciência-, o instrumento capaz de orientar a economia e a sociedade no sentido da superação das desigualdades sociais e internacionais. Presente das mais variadas formas nas mais diferentes correntes de pensamento, essa idéia foi, como sabemos, uma das características mais marcantes do século XX. Na medida em que ela está também indissoluvelmente ligada ao pensamento marxista, parece-nos importante prosseguir no paralelo com Marx, indicado nas reflexões de Reginaldo Moraes.

É verdade que não é difícil entender a metáfora de Marx como uma manifestação de domínio absoluto da Razão. Como Sergio Silva 173

parteira, a violência (a violência real da luta de classes) nada mais faria do que seguir as *leis da história*. A imagem de um processo natural é certamente muito forte. Tão forte que podemos mesmo associá-la -como muitas das conhecidas metáforas de Marx- a um gênio decididamente enfático e polêmico, mas também perfeitamente inserido no pensamento do seu tempo.

Essa é, sem dúvida, uma longa discussão, mas o que nos interessa aqui é unicamente o paralelo entre, de um lado, uma análise onde a Razão (ou as leis que revelariam a racionalidade da história) se apresenta(m) como uma força externa aos indivíduos ou, se preferirmos, supra-individual; uma força que domina (e explica) a própria ação desses indivíduos. De outro lado, uma análise onde a Razão aparece como instrumento da ação de um grupo de indivíduos que, justamente por dominarem esse instrumento, seriam capazes de ocupar o lugar de *parteiros* da história.

Não queremos entrar numa discussão puramente interna do pensamento de Marx, apesar dela ser, neste ponto, particularmente rica. Entretanto, gostaríamos de assinalar que temos uma certa dificuldade para encaixar a idéia de indivíduos portadores da Razão no pensamento de Marx. Toda a sua fundamentação do socialismo -a contraposição do socialismo científico ao socialismo utópico- vai na direção contrária. O seu otimismo, tão criticado pelos "materialistas vulgares", não se apoiava em nenhuma esperança de encarnação da Razão em um grupo privilegiado. Também nos parece duvidoso atribuir uma idéia semelhante à dos desenvolvimentistas, sobre o papel da persuasão e do consenso, a um autor que tanto enfatizou o papel da violência na história.

Essa consideração é importante na medida em que o apelo à razão científica e ao Estado constituem marcas reconhecidas do pensamento e da prática política de boa parte dos marxistas. Ela serve, em especial, para colocar uma dúvida geral sobre uma relação simples e direta entre essas idéias do século XX e o pensamento de Marx, por mais forte que tenha sido essa relação. As idéias de um tempo (mesmo se geralmente vestidas com roupas antigas, como dizia Marx) sempre representam soluções para (ou

o equacionamento de) problemas reais desse mesmo tempo. E os desenvolvimentistas, os cepalinos, Celso Furtado (e, *salvo melhor juízo*, também os marxistas) não nos parecem constituir uma exceção a essa "regra".

Sobre esse ponto, cabe registrar as contribuições de Cleofas Salviano Jr. (*O discurso cepalino: ensaio de análise retórica*, Mestrado em Economia, USP, 1993) e de Bernardo Gouthier Macedo (*As idéias de Raúl Prebisch sobre a industrialização periférica*, Mestrado em Economia, UNICAMP, 1994), que consideram o engajamento político dos pensadores cepalinos essencial para a compreensão de suas idéias. Nas palavras de Bernardo Gouthier Macedo (p. 3):

"as hesitações, as ambigüidades, as contradições e o voluntarismo [do discurso de Prebisch são] muitas vezes mais relevantes para a consecução de sua meta precípua [arrolar argumentos e teorizações que justifiquem e impulsionem as políticas industrialistas dos governos latino-americanos] do que a obediência estrita aos cânones científicos".

De qualquer modo, o paralelo com o pensamento de Marx e esse "pedido de destaque" para as mudanças em relação à Razão, não nos autorizam a identificar esses pensadores do século XX como simples apóstolos do domínio absoluto da Razão. Nem é nessa direção que Reginaldo Moraes nos encaminha. É possível até pensar, por exemplo, que esses pensadores, ao se apresentarem como militantes da Razão, operariam uma mudança na direção oposta, posto que negariam a sua externalidade e a recolocariam como instrumento de realização dos seus desejos.

Essa nos parece ser uma das possibilidades de conclusão levantadas por Reginaldo Moraes no mais bonito e instigante dos seus capítulos -Os intelectuais no fio da navalha-, que parece formar um único bloco com o capítulo seguinte (O papel dos plebeus), para terminar nesse parágrafo (p. 93, os grifos são nossos):

Sergio Silva 175

"A doutrina política de Furtado pretende explicar o pacto redentor -que, por sua vez, antecede o consenso- através da geração de elites adequadamente 'equipadas' para 'sentir o social' e administrá-lo (...) Necessita apontar caminhos para a produção intelectual da 'vanguarda' e dos indivíduos por ela conduzidos. Para falar a esses dois gêneros de homens e dirigí-los, Celso Furtado, passageiro da utopia, deveria navegar entre as demonstrações da Razão e as sombras da Persuasão".

A contraposição, se associada à idéia da Razão-instrumento do Projeto Político/Desejo, nos permite pensar que Reginaldo Moraes não atribui à Persuasão apenas o triste papel de *via crucis* da Razão. Na verdade, nas sombras da Persuasão se encontraria o Projeto Político/Desejo que daria sentido (e manejaria) o instrumento da Razão. Nesse caso, poderíamos aproximar Furtado e os cepalinos de Max Weber, que define as questões objeto das Ciências Sociais como as questões das Políticas Públicas (cf. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*, publicado na coletânea da Ática, organizada por Gabriel Cohn), mas também afirma a contradição entre as vocações científica e política (nos célebres ensaios, disponíveis, por exemplo, na coletânea organizada por Hans Gerth e Wright Mills, publicada, no Brasil, pela Zahar).

Os desenvolvimentistas, entretanto, não parecem ter seguido exatamente esta via. Parecem mais próximos do que indicamos como o movimento mais amplo que constituiria o "caminho real" da Razão no século XX: a Razão instrumento de uma elite esclarecida (*iluminada*, no melhor sentido do termo). Em espaços incrivelmente reduzidos, Reginaldo Moraes consegue enfileirar diversas e numerosas citações e referências, atestando a "filiação" desses autores a esse movimento mais amplo na área das Ciências Sociais. Isso acontece ao longo de todo o livro e, notadamente, no capítulo sobre os intelectuais, com os seus sugestivos subtítulos: *Com os pés fincados na Razão*, *O dever de conduzir*, *A formação das elites*.

Idéias, Campinas, 3(1):169-178, jan./jun. 1995

É verdade que esse movimento apoia-se, muitas vezes, no próprio Weber, estrategicamente colocado na passagem dos séculos. Afinal, a glória de ser interpretado das mais diversas e, por vezes, das mais contraditórias formas não é apanágio exclusivo de Marx. Apesar da importância atribuída por Weber à crescente racionalidade da ação no universo cultural europeu, suas idéias sobre os limites da Razão levam Gabriel Cohn (*Crítica e resignação*, TAQ, 1979, p. 149) a vê-lo num pólo bem oposto ao dos intelectuais militantes desenvolvimentistas,

"como uma espécie de Maquiavel tardio, que enfatiza tanto mais a noção de *virtú* quanto mais a de *fortuna* é substituída pela de *destino*".

Na introdução à coletânea de Max Weber (Ensaios sociológicos, Zahar, 4a. edição, p. 89), Hans Gerth & Wright Mills chamaram a nossa atenção para que

> "O hábito da moderna intelligentsia política de disfarçar as aspirações de seus partidos sob a necessidade histórica, e de apresentar tais formulações com a dramaticidade da 'necessidade férrea', é característica do conservantismo como também do marxismo. Em ambos os casos, o conceito de liberdade segue-se ao 'Facta nolentem, volentem ducunt' (Os fatos arrastam os que não querem e levam os que querem) de Hegel".

O paralelo com Hegel é uma boa oportunidade para destacarmos, de um lado, as origens desse pensamento do século XX na Razão científica do século anterior. E, de outro lado, o fato de que é somente no século XX, quando as Ciências Sociais se consolidam enquanto tais, com o estabelecimento das suas diversas especialidades e com a formação dos seus variados especialistas, que essa Razão científica assume as formas que hoje conhecemos e pode realmente apresentar, em todos os campos da política pública, as necessidades férreas que passarão a ocupar o lugar Sergio Silva 177

das razões de Estado (uma espécie de efeito perverso da especialização defendida por Weber).

Paradoxalmente, quando os projetos (desejos) políticos passam a se apresentar como "necessidade férrea", revelada pela análise científica, perde-se a Razão como determinação supraindividual, como leis históricas às quais necessariamente se submetem todos os indivíduos. Ao mesmo tempo, torna-se impossível resgatar a Razão como instrumento da ação política. Ao contrário, a ação política é recolocada como instrumento da Razão, mas, dessa vez, como instrumento apenas da ação daqueles poucos que conhecem os seus verdadeiros desígnios, os novos eleitos.

Elide Rugai Bastos, como parte de uma análise mais ampla, chamou a nossa atenção para o papel desempenhado pela Sociologia brasileira na fundamentação das razões de Estado, nos anos 30 (Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira, Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1986). Maria Eugênia Guimarães procurou nos mostrar como o discurso político passa a assumir a forma de discurso econômico a partir, notadamente, do pós Segunda Guerra, com a contribuição decisiva dos desenvolvimentistas (Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado, Mestrado em Sociologia, UNICAMP, 1993).

Talvez seja impossível indicar exatamente o momento em que a utilização da Economia, da Sociologia, das Ciências Sociais em geral, transformou o próprio discurso político em discurso (pretensamente) científico; nem correto dizer que isso pode ser observado da mesma forma, e com a mesma intensidade, em todos os lugares do mundo. Entretanto, parece claro que esse fenômeno atingiu um estágio avançado e particularmente dramático, pelo menos do ponto de vista da democracia, em nossa Ilha de Santa Cruz.

Instrumentos de governo democrático, para Mannheim, de desenvolvimento, para Furtado, os planos econômicos transformaram-se em uma forma moderna de golpe de estado. Com respaldo "científico", eles atrelam, de forma aparentemente inexorável, os poderes legislativo e judiciário ao executivo; e, em tor-

no deste último, fazem gravitar toda a vida política nacional. O caráter bonapartista desse tipo de plano econômico se destaca no fato de que a sua aprovação pelo legislativo e o reconhecimento da sua legalidade pelo judiciário tornaram-se decorrências automáticas do caráter, dito irreversível, das medidas que o compõem, independentemente de qualquer outra consideração política ou de qualquer consideração jurídica que eventualmente possa ser levantada em seu favor.

Não pensamos que seja correto atribuir esses mais recentes infortúnios da Razão ao trabalho dos teóricos e militantes desenvolvimentistas; mesmo se alguns mentores dos planos-golpe possam ser considerados como seus discípulos. Entretanto, o estudo atento das idéias dos pensadores que fizeram a Cepal, em particular de Celso Furtado, o estudo da forma como eles entenderam e se valeram da Razão certamente poderá ajudar-nos a manejar, com cada vez mais cuidado e destreza, essa complexa e poderosa arma do mundo moderno; conscientes de que, talvez, a razão também tenha razões que a própria Razão desconheça.

Pedro Paulo Abreu Funari, Antigüidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos, Campinas, Editora da Unicamp, 1995, 150 pp.

A história, no sentido comum de conjunto de conhecimentos sobre um certo povo em uma dada época, exerce fascínio, pode-se dizer, sobre muitas pessoas. No entanto, a este grande público e mesmo à majoria dos estudantes universitários de ciências humanas não é revelado, nos cursos de História ao longo de sua vida escolar, o material de que emana o discurso historiográfico que aprendem e de que chegam a gostar. Em outras palavras, o público que aprecia história e que, de uma ou outra forma, dela se serve, conhece apenas a elaboração final dos documentos antigos por parte de um historiador, em geral deste século ou do século passado. Conhecem o texto moderno a respeito do texto antigo, o que é inevitável aos não historiadores, mas não conhecem o próprio texto antigo, ainda que traduzido, nem a relação entre este texto, que é a fonte primária, e o discurso do historiador moderno. É cabível afirmar que o grande público não é levado a conhecer o funcionamento e os meios do discurso historiográfico. ainda que seja conduzido a conhecer seus fins. O livro do professor Pedro Paulo Abreu Funari, precisa e explicitamente ocupando este espaco no estudo de história da Antigüidade Clássica no Brasil, propõe discutir o discurso historiográfico a partir de vários tipos de fontes: literárias (decretos, relatos históricos, romances, poemas), arqueológicas (inscrições murais, moedas, grafitos, papiros, placas metálicas com inscrições) e artísticas (mosaicos, afrescos, esculturas).

O livro, depois de breve introdução (pp. 11-12), reparte-se em dez capítulos e uma espécie de apêndice (pp. 137-143) em que se explicam abreviaturas e expressões usuais, autores gregos, autores latinos, documentação arqueológica, inscrições e papiros gregos, inscrições latinas e os autores modernos citados, informação esta muito útil ao estudante que deseja iniciar-se na terminologia científica. Dos dez capítulos, os dois primeiros

("Documentos: análise tradicional e hermenêutica contemporânea", pp. 11-24, e "Análise documental e antigüidade clássica", pp. 26-36), de maneira oportuníssima, introduzem o leitor nãoespecialista ao universo específico dos historiadores e arqueólogos e, de certa forma, até agora restrito a eles: abordam a definicão de história, a crítica textual, a seleção e a diversidade dos documentos, sua possível falsidade; propõem a inclusão de grupos, em geral relegados -como os camponeses e as mulheresacolhem novos objetos de estudo, como os gestos e a resistência das camadas dominadas. Estes capítulos, de maneira didática, ao mesmo tempo em que mostram a colaboração à tarefa do historiador de outros segmentos do saber -como a filosofia (p. 21), a crítica textual (p. 28), a crítica filológica (ibidem), a semiótica (pp. 23)- dão sugestões de como o estudante pode organizar a leitura (p. 29). Entretanto, o fundamental nestes capítulos é explicitamente admitirem a subjetividade do historiador (antigo e moderno), bem como o agenciamento de recursos retóricopoéticos com intenção de persuadir, de modo que o leitor é honestamente levado a compreender os meios e instrumentos de qualquer texto historiográfico, e percebê-lo como um discurso ontológico e necessário sobre o passado, produzido, porém, a partir da também necessária inserção ideológica do próprio historiador e dos modelos teóricos que utiliza: "A própria razão, a maneira de compreender e interpretar a sociedade e o mundo, seja estaticamente, seja nas suas transformações, é historicamente determinada (Koppenberg 1989: 1011). David Lowental (1985: 412) resume bem a relatividade do discurso histórico ao afirmar que 'é muito melhor considerar que o passado sempre tem sido alterado do que pretender que sempre foi o mesmo... não podemos evitar a refacção constante do nosso patrimônio, pois cada ato de reconhecimento altera o que sobrevive'. A oposição entre fatos e interpretações, na base do positivismo oitocentista em busca das 'evidências' históricas, tem sido, igualmente, desmantelada. O uso do termo evidência pelos anglo-saxões para referirse aos fatos, acontecimentos ou dados objetivos parece particularmente significativo. A evidência, enquanto 'aquilo que é visível', não se confunde com a realidade, sendo, antes, algo a ser

decifrado, visto" (p. 18). Em passagem logo adiante, Funari, nesse mesmo sentido, faz menção das modernas correntes da historiografia, como a de Georges Duby, de quem cita: "Estou convencido da inevitável subjetividade do discurso histórico... Estou convencido: a História é, no fundo, o sonho de um historiador -e este sonho é grandemente condicionado pelo meio no qual se insere este historiador" (p. 19). Com isto, o livro já cumpre sua proposta.

Os capítulos de três a dez notabilizam-se pela divisão que propõem para a matéria: "Memórias" (pp. 38-48); "Práticas" (pp. 50-62); "Sentimentos" (pp. 64-74); "Reflexões" (pp. 76-84); "Expressões" (pp. 86-96); "Poderes" (pp. "Espaços" (pp. 108-119) e "Experimentos" (pp. 122-136). Contêm todos um conjunto de aproxidamente seis documentos gregos e latinos, pertinentes ao tema do capítulo. Após alguns deles, há "Comentários" explicativos, referentes ao lugar e à época em que viveu o autor, ao sentido geral de sua obra e ao contexto específico da passagem. No fim de cada capítulo, o livro apresenta duas séries de questões sobre os documentos observados: a primeira, denominada "Atividades encaminhadas", tem cerca de seis perguntas respondidas. A segunda série, denominada "Atividades propostas", contém cerca de oito perguntas a responder. Portanto, com estas atividades, alunos secundaristas e graduandos de cursos superiores têm, nesta publicação a eles destinada (p. 11), além de uma obra didática, na melhor acepção da palavra, um guia de leitura e consulta daquelas fontes raramente encontradas em publicações e mesmo em bibliotecas brasileiras.

Com efeito, de todos os tipos de documento que o professor Funari analisa, não há como não perceber que obtemos qualitativa e quantitativamente maior informação histórica ao observarmos a reprodução do mosaico da casa do Fauno, de Pompéia, que figura o momento decisivo da batalha entre Alexandre e Dario (no cap. 3, "Memórias", p. 39), a cópia e tradução das *defixiones* - tabuinhas em que pessoas que tiveram roupas roubadas nos banhos públicos pedem a Minerva punição aos ladrões (no cap. 4, "Práticas", pp. 52-53), a escultura do trono Ludovisi (no cap. 5, "Sentimentos", p. 64), o notável friso da Vila dos Misté-

rios, que figura um ritual de iniciação de uma jovem nos mistérios de Baco (no cap. 7, "Expressões") e o grafite pompeiano (CIL IV, 8329) cujos traços, a um tempo desenho e palavra, mostram um par em meio a determinada prática sexual (no cap. 10,

"Experimentos", p. 125).

Assim, Pedro Paulo Abreu Funari, a partir da aceitação de que a história é um discurso articulado, logra, com mais esta publicação, produzir nos estudantes abertura para a diversidade de fontes, além dos tradicionais textos literários, para a possibilidade de existir mais de um modelo teórico, para o recurso a outros ramos da ciência, em particular a arqueologia, e logra produzir a consciência de que a história que buscamos compreender é plural, dinâmica e multifacetada.

João Angelo Oliva Neto\*

<sup>\*</sup> Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH da USP.

Cláudio Katz, Ruy Braga e Osvaldo Coggiola, Novas tecnologias - crítica da atual reestruturação produtiva, São Paulo, Xamã Editora, 1995, 167 pp.

A obra Novas tecnologias - crítica da atual reestruturação produtiva é constituída pelos ensaios de Cláudio Katz, intitulado "Evolução e crise do processo de trabalho", de Osvaldo Coggiola, "Marxismo e classes sociais na atualidade" e o ensaio, mais longo, "Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia", de Ruy Braga. É lançada num momento histórico em nosso país caracterizado pela conjunção de dois importantes processos sócio-políticos: o avanço do neoliberalismo e da

reestruturação produtiva.

A partir do Governo Collor, em 1990, e agora, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, presenciamos no Brasil o que Atílio Bóron caracterizou como sendo o "dilúvio neoliberal". Úm componente intrínseco da onda neoliberal é o de ofensiva do capital na produção, poderíamos denominar transformações tecnológicoonda de caracterizado pela organizacionais, que atingem, de modo decisivo, a materialidade do capital, com injunções estruturais sobre o mundo do trabalho. Quando dizemos mundo do trabalho, pensamos, principalmente, nas grandes empresas, base do sindicalismo de classe no país. A reestruturação produtiva, portanto, tende a conduzir a crise do sindicalismo, que em nosso país características assume peculiares, com o surgimento de um defensivismo de novo tipo. com cariz neocorporativista.

Os ensaios, de nítida inspiração marxista, próximos das leituras de Trotsky (no caso de Coggiola e de Katz) e de Gramsci (no caso de Braga), procuram, acima de tudo, resgatar, ainda que de modo introdutório, um tipo de crítica à atual reestruturação

produtiva.

Nos ensaios de Katz, por exemplo, percebe-se a tentativa de crítica do toyotismo (ou do pós-fordismo). A equação central do argumento de Katz é simples. Para ele, capitalismo é igual a taylorismo, cuia principal característica é, não a mera

fragmentação de tarefas repetitivas e monótonas, mas principalmente, o controle gerencial do trabalho (a "gerência científica", na acepção de Braverman). Deste modo, enquanto persistir o modo de produção capitalista, o taylorismo, apesar dos arautos pós-fordistas, subsistirá nos locais de trabalho. Ou seja, como observa ele, "o taylorismo encarna uma tendência geral do capitalismo" Por isso, a sua simpatia pela obra de Braverman, *Trabalho e capital monopolista* (de 1973), um dos clássicos dos estudos marxistas sobre o trabalho e que denuncia a degradação taylorista do trabalho sob o capitalismo.

As leituras toyotistas, são, para Katz, apenas mistificações, tendo em vista que tais interpretações do processo de trabalho no capitalismo contemporâneo elidem a natureza capitalista do modo de produção, principalmente a exploração da mão-de-obra e a sujeição ao domínio gerencial. Para ele, o "modelo japonês" é expressão do taylorismo, apesar de Coriat ter dito o contrário: "A essência do taylorismo não é o caráter repetitivo das tarefas, mas o controle patronal do processo de trabalho".

Em Coggiola, discorre-se algumas críticas às leituras "pósmodernas" que tendem a abandonar o conceito de classe e a anunciar a crise da categoria do trabalho, propalando uma crise irrecuperável dos sindicatos e partidos operários (ele critica o que ele denomina de "desnorteamento ideológico da esquerda mundial", que vai de Robert Kurz até André Gorz, passando por Claus Offe).

Para Coggiola, as transformações estruturais do capitalismo tardio em crise, salientadas pelos vários autores, não implicam na perda da centralidade da classe operária (e de seu papel revolucionário), ou ainda, a crise do sindicalismo e dos partidos operários é uma mistificação (se a compreendermos como coloca Habermas, que a identifica com o fim da sociedade do trabalho).

Nessa perspectiva, não teria havido alterações estruturais no desenvolvimento capitalista capazes de debilitar o potencial revolucionário da classe operária e de sua bandeira histórica, o socialismo. A classe operária teria crescido e seu potencial de contestação se manteria e a crise dos sindicatos e partidos operários seria tão-somente a crise de suas direções reformistas.

Utilizando a palavra de Trotsky, ele termina seu ensaio dizendo que "a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária."

Finalmente, no ensaio de Braga, um dos mais instigantes da pequena coletânea, presenciamos a tentativa de leitura do processo de reestruturação produtiva a partir das categorias de Gramsci, desenvolvidas nos *Cadernos do cárcere* (o paralelo histórico entre a década de 30 e os nossos dias é claro -no período do entre-guerras a ofensiva do capital possuía uma dupla perversidade- o fascismo, que iria ser derrotado na II Guerra Mundial, e o fordismo, que teve uma notável expansão no pósguerra).

Logo em sua introdução ele é claro: "Nosso esforço vai no sentido de uma atualização das categorias gramscianas presentes nos *Cadernos do cárcere*, notadamente os conceitos de crise orgânica, revolução passiva e hegemonia, objetivando uma interpretação mais sistemática daquilo que estou aqui chamando de o atual processo de reestruturação das forças produtivas, mercados de trabalho e Estado, materializadas sob a forma de um projeto hegemônico sintetizado pela expressão "acumulação flexível".

Entretanto, o ensaio de Braga deixa-nos a impressão de que a atualização de Gramsci ainda é preliminar (e quase precária, posto que ele não desenvolve algumas intuições interessantes). Apesar disso, só a percepção do valor heurístico das categorias políticas de Gramsci para interpretar (e criticar) a onda de reestruturação produtiva, salientado por ele, é um desafio teórico relevante.

Uma lacuna importante no ensaio de Braga é a ausência de um tratamento mais apurado do fenômeno do neoliberalismo, a outra face da ofensiva do capital e que atinge, em nossos dias, as conquistas históricas da classe operária.

Com certeza, o mérito de Braga, é ter apontado a importância de uma atualização (ou, diríamos, aggiornamento) do pensamento de Gramsci para compreender o sentido político do processo de reestruturação produtiva que ocorre no capitalismo tardio em crise.

Entretanto, a instauração de *um novo salto no processo de modernização capitalista*, de dimensões planetárias, com certeza, impõe novos desafios para o pensamento marxista e para a política de classe. Algumas categorias políticas, inscritas no pensamento de Gramsci (ou de Trotsky), e mesmo no de Marx e Engels, não podem ser apenas rebatidas no tecido histórico do capitalismo no limiar do século XXI. Urge constituir novas categorias capazes de expressar o novo *modo de ser* da acumulação planetária do capital, com um novo adensamento histórico, capaz de dar um potencial renovado para o nosso instrumental de análise.

Com certeza, a obra, com seus vários ensaios, merece ser lida, principalmente por ser provocativa e instigante, com novas reflexões sobre o sentido histórico das novas transformações sob o capitalismo tardio de um ponto de vista do marxismo do movimento operário (utilizando uma acepção de Kurz).

Giovanni A. P. Alves\*

<sup>\*</sup> Doutorando em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP.

Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo/Campinas, Cortez Editora/Editora da UNICAMP, 1995, 155 pp.

Adeus ao Trabalho? compõe-se de um ensaio principal (pp. 13-102), que na verdade constitui o corpo do livro, mais um apêndice (pp. 103-155), formado por seis outros textos que tratam da mesma problemática geral do ensaio principal. Ricardo Antunes é provavelmente o primeiro autor brasileiro a lidar de forma abrangente com um tema que desde o início da década de 1980 vem ocupando um grande espaço nos debates acadêmicos e políticos, sobretudo nos países da Europa Ocidental: a crise da sociedade de trabalho.

O livro de Ricardo Antunes, como ele mesmo afirma na apresentação (pp. 9-11), é inspirado pelo debate desencadeado a partir da publicação de *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz em 1980. Mas como a interrogação no título indica, o livro de Antunes surge como contraponto ao livro de Gorz. Através da discussão de vários assuntos relacionados ao chamado mundo do trabalho, Ricardo Antunes incorpora o essencial da polêmica sobre a crise da sociedade de trabalho durante o período de 15 anos que separa os dois livros.

Antunes discute as mudanças tecnológicas e organizativas ocorridas na esfera da produção durante as últimas décadas e conclui, da mesma forma que Gorz, que seu "mais brutal resultado" foi o desemprego estrutural (p. 41).

Ele afirma ainda que esse conjunto de transformações indica "uma processualidade contraditória" (p. 41), marcada por mudanças de natureza quantitativa e qualitativa. As mudanças quantitativas são indicadas pela redução do operariado industrial tradicional, pelo aumento do subproletariado (trabalho precário, informal e em tempo parcial), e pelo crescimento do trabalho feminino e do setor de serviços. Tudo isso conduz, na sua análise, à expansão, heterogeneização e complexificação do que ele chama de "classe-que-vive-do-trabalho".

Mas há também, segundo Antunes, uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, indicada pela redução da dimensão variável do capital e pelo crescimento da dimensão constante do capital, tornando possível a conversão do trabalhador em supervisor e regulador do processo de produção. Para ele, no entanto, essa alteração qualitativa é bipolar, pois enquanto em alguns ramos verifica-se uma intelectualização do trabalho manual (o trabalhador torna-se mais qualificado), em outros o que se vê é o aumento do trabalho precário, informal; ou seja, um processo de desqualificação.

Mesmo admitindo que nos países de capitalismo avançado a crise no mundo do trabalho atingiu a materialidade e a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, ele sustenta que nos países de industrialização intermediária essa classe desempenha atividades centrais no processo produtivo: "Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o é que fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*" (p. 54).

Eu não vejo grandes diferenças entre o diagnóstico da crise da sociedade de trabalho apresentado por André Gorz (ou mesmo por Claus Offe e Jurgen Habermas), de um lado, e o apresentado por Ricardo Antunes, de outro. Todavia, é com base na análise dessa crise que Antunes pretende contestar as teses sobre o fim (da centralidade) do trabalho, atribuídas aos três autores mencionados antes. Para ele, as tendências em curso "não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias" (p. 75). Para tanto, ele afirma que quando se fala em crise da sociedade de trabalho é necessário qualificar de que dimensão se está falando: se apenas do trabalho abstrato ou também do trabalho em sua dimensão concreta.

Para Antunes, Habermas, Offe e Gorz não fazem a devida distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto. Distinção decisiva, segundo Antunes, porque coloca a questão essencial de saber se a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de

mercadorias. Daí sua conclusão de que "a variante crítica" representada por esses autores (Habermas, Offe e Gorz) "nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea" (p. 78). Sem a distinção acima, afirma ele, chega-se à conclusão que todo trabalho é igual a trabalho abstrato, estranhado, fetichizado. E a consequência é imaginar, como saída, uma sociedade de tempo livre, convivendo com formas de trabalho estranhado e fetichizado (caso de Gorz); ou transferir o acento utópico do trabalho *social* para a comunicação (caso de Habermas).

E reafirmando sua crença no poder estruturante do trabalho, Antunes conclui afirmando que as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do, no e pelo trabalho que não exclui, mas subordina outras manifestações. A base empírica para tal emancipação humana é todavia um amplo e heterogêneo leque de assalariados, que a partir do suposto "irreconciliável antagonismo entre capital social total e a totalidade do trabalho" (p. 87), é assumido enquanto classe potencialmente anticapitalista.

Aqui a diferença entre Antunes e os autores por ele criticados aparece de forma mais nítida; ou seja, embora os diagnósticos sobre a crise sejam parecidos, as conclusões são distintas. Isto se deve, a meu ver, à diferença básica entre os modelos de sociedade por eles utilizados. Habermas, Offe e Gorz usam modelos de sociedade formados por esferas diferenciadas, sendo que cada uma delas tem sua própria lógica de funcionamento. Nesses modelos de sociedade, o trabalho (social) é visto como pertencendo a uma das esferas, sendo por isso mesmo incapaz de sozinho dar conta do cunjunto das relações sociais. Antunes, por outro lado, usa um modelo de sociedade, no qual o trabalho tem estatuto de centralidade. Assim, mesmo não sendo a única categoria, em tal modelo o trabalho (na sua dimensão concreta) aparece como tendo prioridade lógica na estruturação da totalidade do social: "a esfera do trabalho

concreto é *ponto de partida* sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade" (p. 84).

Para concluir, três comentários suplementares. Primeiro: não concordo com a afirmação de Ricardo Antunes que os três autores por ele criticados não fazem a devida distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, tampouco que eles negam o caráter capitalista da sociedade contemporânea (ver pp. 78-79). Gorz, por exemplo, distingue claramente entre trabalho abstrato e trabalho concreto nos capítulos 1 e 11 do seu Métamorphoses du travail, enquanto em Les chemins du paradis. cujo subtítulo é L'agonie du capital, ele não só define a sociedade contemporânea como capitalista, como faz propostas radicais em direção à sua superação. O mesmo vale para os casos de Habermas e de Offe, cujas teorias sobre o capitalismo tardio são bastante conhecidas. No caso de Offe, a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto aparece no livro Beyond employment, enquanto em Habermas essa distinção aparece no capítulo 8 de sua Teoria da ação comunicativa. De qualquer forma, a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato é apenas analítica, já que a noção de trabalho social envolve a combinação simultânea das dimensões concreta e abstrata, como se fossem os dois lados de uma mesma moeda.

Segundo: não ficou muito claro para mim o que o autor entende exatamente por "classe-que-vive-do-trabalho", quais os critérios utilizados para diferenciá-la de outros grupos sociais: assalariamento, tipo de ocupação, nível de renda, relações de propriedade ou identidade política. Qual é a relação entre categorias como proletariado, classe trabalhadora e classe-que-vive-do-trabalho? A referência aos novos processos de trabalho indica que o operariado industrial tradicional é parte dessa classe, mas o conceito de trabalho utilizado pelo autor parece indicar uma base mais ampla que a do trabalho industrial. Quando Gorz fala em "adeus ao proletariado" ele está claramente se referindo ao operariado industrial tradicional; enquanto a expressão classe-que-vive-do-trabalho parece incluir todos os assalariados reais ou potenciais.

Terceiro: quando o autor fala em crescimento do setor de serviços, creio que vale a pena indagar sobre que tipo de crescimento está se falando (valor agregado, pessoal ocupado, etc.), já que a informatização neste setor também é poupadora de trabalho. Vale a pena alertar também que o aumento da participação relativa das mulheres no mercado de trabalho, ao invés de fortalecer a centralidade do trabalho, tem na verdade contribuído para enfraquecer a centralidade atribuída ao trabalho, tanto através do aumento da participação relativa do trabalho em tempo parcial no conjunto das atividades, como através da inclusão de uma nova problemática nos debates políticos e acadêmicos: a contestação do modelo patriarcal-produtivista de sociedade, centrado no trabalho.

Josué Pereira da Silva\*

<sup>\*</sup> Pesquisador e docente junto ao Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP, como bolsista recém-doutor do CNPq.

Jon Elster, *Peças e engrenagens das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, 212 pp.

Nada define melhor o "espírito" do marxismo do que a famosíssima XI tese sobre Feuerbach: "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de maneira diferente, o que importa é mudálo", esta tese sintetiza a característica fundamental que explica a especial relação do marxismo com a dinâmica histórica. Concebido para ser, ao mesmo tempo, uma teoria social -interpretação da sociedade- e como uma ideologia política -ferramenta de intervenção social-, o marxismo tem sua trajetória histórica profundamente marcada pelas vitórias e derrotas daqueles movimentos sociais que pretendeu ser o intérprete.

Assim, a própria solidificação do marxismo tem como momento chave a derrota dos movimentos populares de 1848, na Europa, que tiveram como resultado a constatação da necessidade, por parte de Marx, do aprofundamento do conhecimento sobre os movimentos de produção e reprodução da sociedade capitalista, que teria como resultado mais concreto a produção da sua obra-prima "O Capital". Um novo momento, na história do marxismo, seria inaugurado com o refluxo da vaga revolucionária operária européia, sintetizada pela derrota da Comuna de Paris em 1871, pela reação burguesa e pela posterior prioritarização do caminho eleitoral pelo socialismo europeu. É nesse contexto que o marxismo sofre sua primeira derrota: a chamada "crise do marxismo" no final do século XIX marca a ascensão do reformismo político e do marxismo vulgarizado e evolucionista sintetizado pelas doutrinas dos partidos socialistas da II Internacional. que tinham no fatalismo mecanicista e positivista de Bukharin e no evolucionismo darwinista de Kautsky seu núcleo central. O marxismo era, então, concebido como uma sociologia ou como economia, e se procurava qual a filosofia que seria mais adequada a seu método: Plekhanov apostava em Spinoza, Kautsky em Darwin e Adler em Kant, buscava-se um substituto para a dialética hegeliana considerada inadequada para um método que se propunha "científico".

Produto de uma mesma conjuntura, contudo, com diferenças nacionais marcantes, outros autores, no entanto, revigoraram a tradição marxista: é o caso das concepções de Gramsci, de Rosa de Luxemburgo, de Lukács, de Korsch, de Mariátegui, ou mesmo dos bolcheviques russos. Todos eles incorporando a tradição regional/nacional com o que de melhor produzia a ciência social dita "burguesa". Nestes autores o marxismo não se emascula, ao contrário, se fortalece e se enriquece no contato com pensadores de outras tradições; mantém seu caráter dialético, sua capacidade de compreender a dinâmica histórica, sem perder sua capacidade de descrever e explicar a "estática" funcional-estrutural da sociedade, mantendo os homens e as classes como o momento privilegiado de sua análise.

A história do marxismo em nosso século continua com um segundo momento da crise proporcionada pela ascensão do nazismo e do estalinismo. É este o momento da elevação do marxismo a doutrina de Estado, de doutrina nacional, momento máximo de "cientificação do marxismo" como a "ciência pura do proletariado", momento máximo da vulgarização e mecanização do marxismo. Contudo, também é o momento de uma renovação fecunda do marxismo sintetizada pelas idéias da chamada Escola de Frankfurt. Estas incorporam, principalmente, as idéias freudianas e weberianas (via Lukács), base para o desenvolvimento da análise da sociedade de massas.

A terceira crise do marxismo vem na esteira da morte de Stalin, da estabilização do mundo capitalista e da guerra fria. É assim a ascensão do estruturalismo, decretando a terceira morte de Hegel em busca da pureza de um marxismo que estaria contaminado pelo individualismo/humanismo burguês daquele filósofo. Negar a obscurantista metafísica hegeliana equivaleria a negar o valor da história, do indivíduo e da ação consciente na história. De outro lado, no entanto, surge a necessidade de revigorar o marxismo fazendo renascer aquelas características do marxismo sepultadas pelo estalinismo e pelo estruturalismo: recuperar o indivíduo, as classes sociais e a história como um produto da ação conflituosa dos homens. Um exemplo deste caminho é a re-

novação da historiografia através de um grupo de marxistas ingleses, entre eles Eric Hobsbawm e E.P. Thompson.

A longa agonia dos regimes estalinistas, que se conclui em 1989, assiste à construção do *welfare-state* social-democrata na Europa, seu espetacular sucesso nas décadas de 50 e 60, sua crise e a ascensão do neoliberalismo nos anos 80.

É neste contexto de crise que surge uma nova rejvindicação para a renovação do marxismo. Os argumentos partiam do pressuposto que, nos mais de cem anos de seu surgimento, o marxismo tinha inevitavelmente envelhecido, haveria a necessidade deste se abrir para as teorias burguesas mais modernas. Três seriam, então, as necessidades impostas ao marxismo: 1) ser capaz de incorporar em sua análise a ação individual, portanto, oferecer microfundamentos para os fenômenos sociais, tarefa a ser realizada através do individualismo metodológico; 2) retirar de seus fundamentos a análise funcional, responsável pelo caráter teleológico do marxismo -explicaria o presente pelo futuro-: e finalmente, 3) aproximar o marxismo das chamadas "ciências duras" ciências exatas-, abandonando o contato com a filosofia e a história, aproximação esta que deveria ter como pressuposto a eliminação da dialética hegeliana, responsável pelo caráter metafísico -obscurantista- do marxismo, e que teria como resultado positivo a reconstrução de uma "ciência social marxista".

Este é o projeto do chamado "marxismo analítico", grupo que tem como principais animadores: Jon Elster (dinamarquês), Adam Przeworski (polonês) e John Roemer (americano), entre outros.

Peças e engrenagens das ciências sociais (originalmente, Nuts and bolts for the Social Sciences) foi um livro escrito por Elster em 1989, que somente agora, em fins de 1994, é traduzido no Brasil; tem como objetivo apresentar questões básicas, elementares, das ciências sociais, sob um ponto de vista avançado, na realidade, apresentar os fundamentos para o marxismo sob um ponto de vista analítico.

No projeto inicial dos marxistas analíticos teríamos a incorporação, na problemática marxista, do individualismo metodológico, da escolha racional e da teoria dos jogos, teorias oriundas

da economia neoclássica. Assim, todos os fenômenos sociais se explicariam pela ação individual, esta se explicaria pela escolha racional do indivíduo diante de alternativas dadas, a escolha não poderia ser aleatória e se basearia numa escolha egoísta, orientada pelos fins e racional, a partir destas características, e compreendendo que as decisões dos indivíduos são estratégicas (são tomadas levando em conta o que o outro vai fazer), usaríamos a teoria dos jogos, a única teoria do conflito passível de ser usada.

Contudo, o trabalho de Elster é um bom exemplo das dificuldades em se manter o projeto neoclássico, mantendo ao mesmo tempo a referência marxista do conceito de classes sociais e não uma visão baseada em indivíduos competindo no mercado.

O primeiro grande obstáculo se refere a motivação que leva os indivíduos a agirem em conjunto (pois, segundo Mancur Olson-que formulou as críticas básicas à teoria da ação coletiva marxista- agir coletivamente é, em essência, contrariar o auto-interesse), pois, em nenhum momento os autores encontram a motivação egoísta como base desta ação. Elster ora fala em interesses coletivos, ora diz que vários interesses se complementam, e conclui negando que o egoísmo seja a motivação mais difundida. A cada momento Elster encontra novas barreiras ao comportamento egoísta, contudo, não abandona seus princípios, defende a motivação egoísta como "prioridade epistemológica": deve-se iniciar a análise pelo conceito mais simples (egoísmo), e só depois dele ter se mostrado insuficiente buscar outras explicações.

O maior problema, contudo, parece ser com a própria teoria dos jogos, a única possibilidade do individualismo metodológico se traduzir em resultados concretos. Elster começa afirmando que a teoria dos jogos, não é apenas conclusão final da análise individualista, mas o próprio solo onde esta cresce, seria mais do que uma teoria, seria mais propriamente uma lógica, "um contexto natural e indispensável para compreender a interação humana". Para esta ser uma teoria empírica há a necessidade de acrescentar princípios de comportamento que possam ser testados. Contudo, a aplicação prática da teoria dos jogos parece ser seu ponto fraco, o próprio Elster já nos lembrou que a grande fraqueza da teoria dos jogos é a incapacidade de produzir hipóteses testáveis. Usada

na análise do conflito social ela se torna ainda mais inoperante, vários autores destacam a incapacidade de se utilizar a teoria dos jogos num contexto onde interajam mais de dois atores (o indivíduo pode ser a corporação, classes, sindicatos, Estado, etc.), por ex., nas coalizões de classes, e em conflitos que o Estado seja o terceiro elemento. Elster conclui com uma defesa do projeto individualista: "o teste não atesta a validade da teoria".

O projeto inicial também negava a idéia de que a escolha individual pudesse ser imposta pela sociedade (como as normas sociais), ou pelas estruturas. Pois, negava-se a existência de normas sociais e as estruturas teriam apenas a função de limitar as escolhas disponíveis. Todavia, como lembra Argelina C. Figueiredo, em seu prefácio a esta obra, houve uma inflexão em sua obra, Elster passou a aceitar e atribuir um papel cada vez mais importante para as motivações não-racionais do comportamento humano -as normas sociais-, além disso, ele parece estar colocando em dúvida a própria racionalidade instrumental. Parece compreender, que a ação coletiva não se rege pelas mesmas motivações da ação individual, que a ação coletiva se rege por motivações não-egoístas e não-instrumentais (como a luta pela justiça).

Seria de se perguntar o porquê da manutenção da validade do individualismo metodológico, se o próprio Elster já admitiu que "existem entidades supra-individuais que precedem os indivíduos na ordem da explicação" (citada em M. Burawoy - "Making nonsense of Marx: O marxismo revisto pelo individualismo metodológico", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15). Uma resposta estaria no firme engajamento dos autores ao projeto de atualizar o marxismo enquanto ciência e não como ideologia, e o único caminho a seguir seria acompanhar a tendência da ciência moderna, ou seja aproximar as ciências humanas das *hard sciences* (das ciências positivas) e praticar o reducionismo epistemológico (buscar os microfundamentos seria incorporar as conquistas da ciência precedente na escala analítica, a psicologia, a próxima tarefa seria a da aproximação com a biologia evolucionista).

Outra resposta plausível seria (que não anula a primeira, mas ao contrário a reforça) a submissão à vitória neoliberal, ao primado da visão de uma sociedade competitiva de indivíduos

egoístas. Por mais que Elster alegue a independência entre o método "científico" individualista e a ideologia política individualista (afirmação que um sociólogo marxista deveria classificar como "ideologia"!), o próprio autor cria argumentos contra esta idéia ao, por ex., negar às instituições (como o Estado, os sindicatos ou os partidos) a capacidade de produzir reformas -negar, portanto, que a política possa produzir resultados efetivos, argumento que os liberais assinariam em baixo sem pestanejar-, nega que as instituições tenham vontades ou interesses: a sociedade e o povo não sabem o que querem, apenas o indivíduo sabe, apenas o indivíduo pode ter um papel positivo na história. Elster nega a possibilidade do planejamento social, aludindo apenas a um vago "movimento social pela reforma".

Como vimos, o melhor marxismo sempre foi capaz de absorver as contribuições ditas "burguesas", sem perder suas características centrais -sejam elas epistemológicas ou políticas-, contudo o que nos trazem Elster e os marxistas analíticos? Eu responderia que nos colocam alguns questionamentos importantes à teoria marxista -sobre os microfundamentos e sobre o caráter funcional de algumas de suas análises-, sem, contudo, apresentar uma resposta eficaz. O marxismo analítico é uma clara emasculação do marxismo -tanto teoricamente, como politicamente- frente as teorias liberais. Perde sua força crítica -por ex., os trabalhadores escolhem ser explorados, a alienação e a ideologia capitalistas perdem o seu caráter de véu que encobriria o caráter brutal do sistema- e sua vantagem epistemológica, a capacidade de compreender tanto os momentos "estáticos" da sociedade -funções e estruturas- como a dinâmica social. Elster e seus companheiros não atualizaram o marxismo, podem ter criado, no máximo, uma forma radical de positivismo.

Marcos Vinícius Pansardi\*

Doutorando em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP.

Idéias, Campinas, 3(1):193-198, jan./jun. 1996

## Normas para colaboração

- Os artigos recebidos por *Idéias* serão submetidos a dois pareceres, cabendo a decisão final sobre a sua publicação à Comissão de Redação.
- Os artigos deverão ser apresentados, preferencialmente em disquete de microcomputador IBM PC ou compatível, acompanhados de duas cópias impressas, ou em duas cópias datilografadas em espaço duplo, com 27 linhas de 60 toques.
- 3. Os artigos não deverão ultrapassar 30 laudas.
- 4. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas em notas de rodapé nas quais conste: nome do autor, sobrenome do autor, título da obra em *itálico*, local da publicação, editora e ano da publicação.
- 5. Idéias aceita sugestões para resenhas de livros

